



PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

Fonte: Thiago Portelinha

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – PROGRAMAS DE MANEJO



INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS





PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – PROGRAMAS DE MANEJO**

APA ILHA DO BANANAL CANTÃO

Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins CTT – Comissão Técnica Temporária

Cledson da Rocha Lima
Presidente

Perla Oliveira Ribeiro
Diretora de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Victor Danilo Moreto
Gerente das Unidades de Conservação

Laudy Carpes Malescha
Gerência de Suporte ao Desenvolvimento Socioeconômico

Maurício José Alexandre de Araújo
Gerência de Inspeção Ambiental

Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves
Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Oscar Barroso Vitorino Júnior
Gerência de Unidades de Conservação, Parques e Monitoramento

Aline Maria Constantin
Gerência de Suporte ao Desenvolvimento Socioeconômico

Associação para o desenvolvimento sustentável do Tocantins – ADSTO

Arnardino dos Santos Gabriel
Presidente ADSTO

Pedro Igor Galvão Gomes
Arquiteto e Urbanista Mestre e Doutorando em Ciências do Ambiente - Especialista em SIG

João Victor Galvão Gomes
Engenheiro Agrônomo - Especialista em Aptidão Agrícola

Bruno Picoli Lopes
Arquiteto e Urbanista Mestrando em Arquitetura Paisagística - Especialista em Produção da Paisagem

Gabriela Miranda Sampaio Freires
Arquiteta e Urbanista Mestranda em Projeto e Planejamento - Especialista em SIG

Hércules Jackson Moreira Santos
Analista Jurídico – Especialista em Direito Ambiental

Igor Queiroz
Analista Jurídico – Especialista em Direito Ambiental

Érica Pereira Nascimento
Arquiteta e Urbanista Mestranda em Desenvolvimento Regional - Especialista em SIG

João Marcos Garcia

Arquiteto e Urbanista - Especialista em Produção Cartográfica e SIG

Jales Nepomuceno

Geólogo - Especialista em Solos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

Reitora

Marcelo Leineker Costa

Vice-reitor

**Equipe Técnica – Instituto de Atenção às Cidades - UFT
Coordenação e Acompanhamento**

Humberto Xavier de Araujo

Doutor em Engenharia Elétrica – Professor de Engenharia Elétrica e no PpgMCS/UFT
Coordenador Geral

Maria Carolina D'Oliveira

Doutora em Biotecnologia – Professora de Engenharia Civil da UFT
Coordenadora Técnica

Thiago Costa Gonçalves Portelinha

Doutor em Ciências Biológicas – Professor da Engenharia Ambiental e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Meio Físico

Elineide Eugênio Marques

Doutora em Ambientes Aquáticos – Professora da Biologia e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Meio Biótico

Fernando Sérgio de Toledo Fonseca

Doutor em Economia – Professor da Economia da UFT
Especialista Sênior em Socioeconomia

Rodolfo Alves da Luz

Doutor em Geografia Física – Professor da Geografia e no PpgDR/UFT
Especialista Sênior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

Fernan Enrique Vergara Figueroa

Doutor em Recursos Hídricos – Professor da Engenharia Ambiental da UFT
Especialista Sênior em Recursos Hídricos

Sarah Afonso Rodovalho

Doutora em Desenvolvimento Regional – Prof. da Arquitetura e Urbanismo e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Leitura Comunitária

Polliana Gomes Lopes

Doutora em Ecologia – Professora da Engenharia Ambiental da UFT
Especialista Júnior em Meio Físico

Ana Livia Macêdo Arouca de Lima

Mestre em Propriedade Intelectual – Professora da Engenharia Civil da UFT
Especialista Júnior em Leitura Comunitária

Clara Silva Gonçalves

Geógrafa – Mestranda na Geografia UFT

Especialista Júnior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

Erlan Silva de Sousa

Mestre em Ciências do Ambiente e Doutorando PpgCiamb/UFT

Murillo Barros de Carvalho

Mestre em Agroenergia – Doutorando PpgCiamb/UFT

Juliana Barros Martins Coelho

Assistente Administrativo

Erika Torres Salles

Estagiária - Graduanda em Arquitetura e Urbanismo UFT

Lucilene Leite Pereira

Estagiária – Graduanda em Geografia UFT

Paulo Palmeira de Souza Júnior

Estagiário – Graduando em Economia UFT

Mariana Alves da Silva

Estagiária – Graduanda Engenharia Ambiental UFT

Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Estado do Tocantins - FAPTO

Leo Araújo da Silva

Diretor Presidente

DIREITOS AUTORAIS

Copyright@2026 de Instituto de Atenção às Cidades – IAC da Universidade Federal do Tocantins. Todos os direitos reservados. Este documento ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou usado de forma alguma sem a autorização expressa, por escrito, do autor, exceto pelo uso de citações breves em uma resenha do documento. Maria Carolina de Paula Estevam D'Oliveira; Dr. Thiago Costa Gonçalves Portelinha; Humberto Xavier de Araujo. Primeira edição, 2026.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO REALIZADAS.....	7
2. ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE PROGRAMAS DE MANEJO	23
2.1. Abreulândia.....	23
2.2. Divinópolis do Tocantins	31
2.3. Monte Santo do Tocantins	35
2.4. Dois Irmãos do Tocantins	39
2.5. Araguacema	50
2.6. Caseara	57
2.7. Marianópolis do Tocantins	67
2.8. Chapada de Areia	71
2.9. Pium	77
3. LISTAS DE PRESENÇAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE PROGRAMAS DE MANEJO	88
3.1. Abreulândia.....	88
3.2. Divinópolis do Tocantins	90
3.3. Monte Santo do Tocantins	91
3.4. Dois Irmãos do Tocantins	92
3.5. Araguacema	96
3.6. Caseara	99
3.7. Marianópolis do Tocantins	100
3.8. Chapada de Areia.....	102
3.9. Pium	103
4. REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE PROGRAMAS DE MANEJO	106
4.1. Abreulândia.....	106
4.2. Divinópolis do Tocantins	110
4.3. Monte Santo do Tocantins	112
4.4. Dois Irmãos do Tocantins	114
4.5. Araguacema	117
4.6. Caseara	119
4.7. Marianópolis do Tocantins	121
4.8. Chapada de Areia.....	123
4.9. Pium	126

APRESENTAÇÃO

Este é o RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO que apresenta os documentos que comprovam as atividades referentes as AUDIÊNCIAS PÚBLICAS da etapa de apresentação da proposta de programas de manejo realizadas no âmbito da revisão do Plano de Manejo da **APA Ilha do Bananal/Cantão**. Os documentos aqui apresentados consideram os princípios de avaliação do contexto; participação social contínua; promoção da inclusão; consideração das necessidades das partes interessadas; diálogo de saberes; incentivo ao engajamento social e ao pertencimento; aprendizado adaptativo; construção de relações de confiança mútua; transparência e comunicação.

1. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO REALIZADAS

Este item se dedica a apresentar as estratégias de divulgação e mobilização realizadas para as AUDIÊNCIAS PÚBLICAS para apresentação da proposta de programas de manejo. Inicia-se com edital de chamamento publicado em diário oficial (Figura 1), convites divulgados, ofícios enviados, publicações em sites e redes sociais, e repercussão na mídia.

Figura 1 - Edital de chamamento publicado no Diário Oficial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) em cumprimento das atividades previstas no processo de "Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão", proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO), e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do IAC, CONVIDA toda a população para as Audiências de Apresentação da proposta de Programas de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão, que acontecerão do dia 21 de Junho a 25 de Junho de 2026, conforme cronograma abaixo:

Data	Dia da semana	Horário	Município	Local
21.06.2026	domingo	14h às 17h	Abreulândia	Câmara Municipal
22.06.2026	segunda-feira	08h às 11h	Divinópolis do Tocantins	Câmara Municipal
22.06.2026	segunda-feira	14h às 17h	Monte Santo do Tocantins	Audatório da Prefeitura
23.06.2026	terça-feira	08h às 11h	Dois Irmãos do Tocantins	Câmara Municipal
23.06.2026	terça-feira	14h às 17h	Araguaçema	Centro de eventos Cabo Chico
24.06.2026	quarta-feira	08h às 11h	Caseara	Câmara Municipal
24.06.2026	quarta-feira	14h às 17h	Marianópolis do Tocantins	Centro de convenções
25.06.2026	quinta-feira	08h às 11h	Chapada de Areia	Audatório da Escola Municipal América Alves de Oliveira
25.06.2026	quinta-feira	14h às 17h	Plum	Audatório da Escola Municipal Dona Lindaura Oliveira Moraes

As audiências públicas têm como objetivo envolver e consultar a sociedade civil sobre os programas de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão de modo a orientar a gestão e o manejo sustentável dos recursos. Os documentos a serem apresentados na audiência estão disponíveis para consulta no site do projeto, no link: <https://planodemanajocantao.iacuft.com.br/>.

Seguirão com a seguinte programação abaixo:

DIÁRIO OFICIAL Nº 7.071 91

Registro dos presentes: todo o público presente deve registrar sua participação por meio de lista de presença, com a devida identificação do participante (duração aproximada de 15 minutos).

Apresentação resumida dos Planos de Manejo (duração aproximada de 1 hora)

Dinâmicas e atividades participativas: para a discussão e contribuições com a manifestação dos presentes que se inscreveram para fazer o uso da palavra (duração aproximada de 1 hora e 30 minutos).

Encerramento: o representante da equipe de planejamento que conduziu a audiência pública deve encerrar as atividades do dia, reiterando e apresentando as datas para as próximas ações (duração aproximada de 15 minutos).

Registro em ata: a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de redigir a ata, de modo que toda e qualquer contribuição popular seja registrada (duração por toda a atividade).

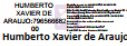
Registros audiovisuais: a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de realizar os registros fotográficos, áudios e/ou vídeos com enfoque nos momentos de participação (duração por toda a atividade).

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente

Fonte: <https://doe.to.gov.br/diario/5705/download>

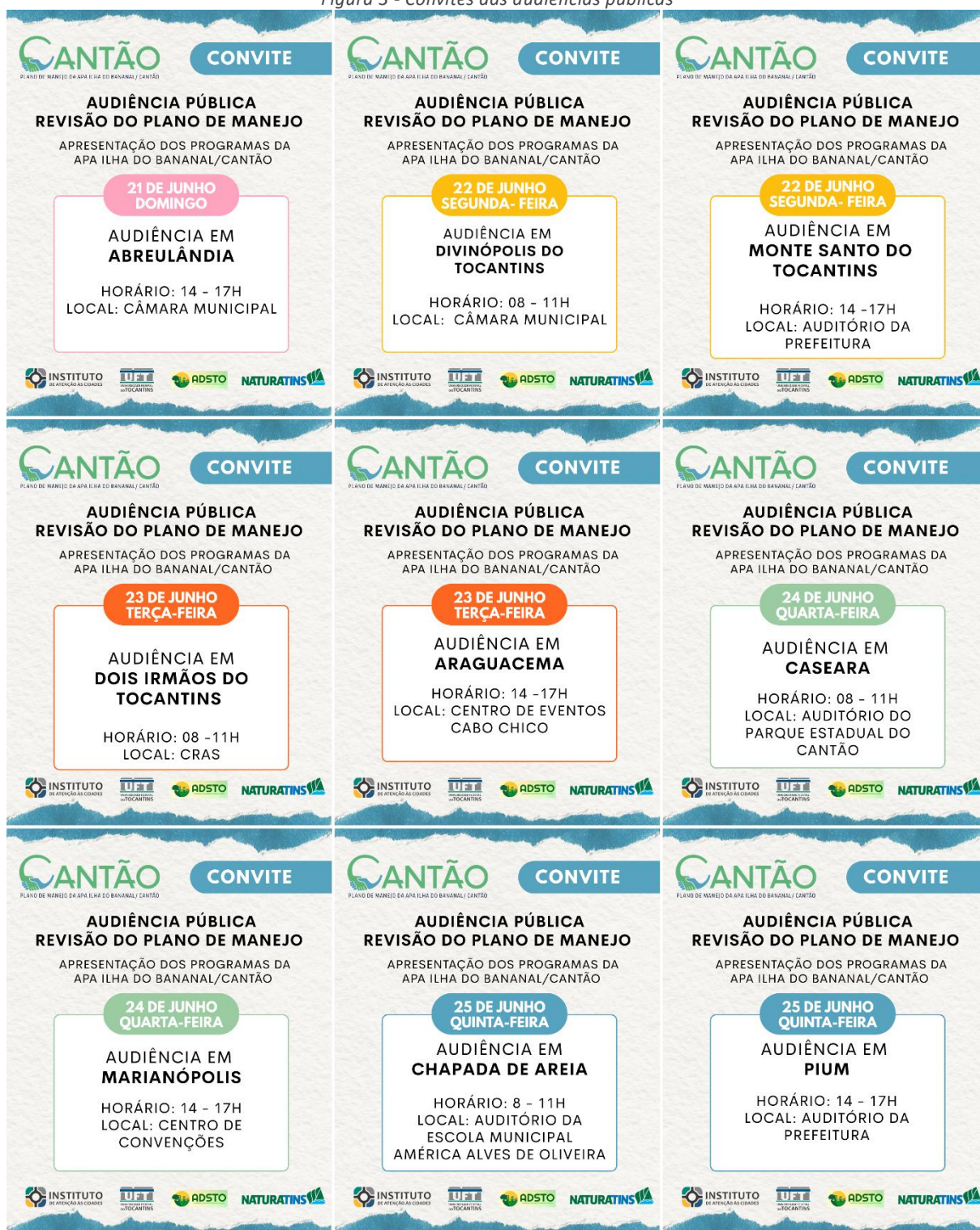
Após a publicação do edital de chamamento, enviamos à todas as Prefeituras, via e-mail, ofício com o convite e solicitação de apoio para a divulgação, mobilização e organização das audiências públicas de apresentação da proposta de programas de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão. Além disso, nesse momento, também foi enviado em anexo o documento completo referente à proposta de programas de manejo. O modelo de ofício enviado às entidades pode ser verificado na Figura 2.

Figura 2 - Modelo de ofício enviado às Prefeituras

 INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 63/2026 Palmas – TO, 11 de Junho de 2026. Ao Senhor Geciran Saraiva Silva Prefeito Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Tocantins Assunto: Convite e solicitação de apoio para divulgação, mobilização e organização da Audiência para apresentação da proposta de programas da APA Ilha do Bananal/Cantão. Prezado Sr. Prefeito, O Instituto de Atenção às Cidades (IAC) em cumprimento das atividades previstas no processo de "Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão", proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO), e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do IAC, vem por meio deste convidar e solicitar o apoio para a divulgação, mobilização e organização da Audiência para apresentação da proposta de programas de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão. O evento acontecerá no dia 23 de Junho de 2026 (terça-feira), das 8h às 11h, no CRAS. Terá como objetivo envolver e consultar a sociedade civil sobre os programas de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão. Considerando a importância deste momento participativo, o IAC solicita, gentilmente, o apoio da Prefeitura nas seguintes ações: 1. Divulgação do convite nos canais oficiais da Prefeitura, como Site institucional, Redes sociais, outros meios de comunicação disponíveis, como carro de som. 2. Mobilização dos servidores municipais como agentes comunitários multiplicadores das informações, principalmente professores e diretores da rede de educação, agentes de saúde e equipe ligada ao meio ambiente e a agropecuária. 3. Organização do espaço físico e apoio logístico para a realização da audiência, com disponibilização de cadeiras para a população, aparelho de data show, som e microfone. E se possível um servidor que possa realizar o cerimonial da abertura do evento. 4. Apoio à mobilização e ao transporte da população residente na zona rural, assentamentos e comunidades mais afastadas, de modo a viabilizar sua participação na audiência, considerando a relevância da participação ampla e representativa da sociedade.	 INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES 5. Indicação, por parte da Prefeitura, dos representantes que irão compor a mesa de abertura da audiência, informando previamente os nomes e cargos respectivos, para fins de organização do cerimonial e condução adequada do evento. Segue em anexo o convite oficial e a proposta dos programas de manejo. Estes também estão disponíveis no site do projeto (https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/). O IAC agradece a colaboração e parceria, contando com vossa compreensão e agilidade no tratamento destes encaminhamentos, reitera-se nossa disponibilidade para esclarecimentos adicionais. Atenciosamente,  Humberto Xavier de Araujo Coordenador Geral
--	--

Conforme pode ser visto no ofício acima, um dos itens pedidos foi o apoio à mobilização e ao transporte da população residente na zona rural, assentamentos e comunidades mais afastadas, de modo a viabilizar a participação dos mesmos na audiência. Já os convites, personalizados por evento, estão aqui disponíveis na Figura 3.

Figura 3 - Convites das audiências públicas



A partir da Figura 4 até a Figura 12 são os registros dos envios dos e-mails com o convite, ofício, e documento completo da proposta de programas de manejo, conforme mencionado anteriormente. Todos os endereços de e-mail já haviam sido confirmados previamente com colaboradores da prefeitura nas etapas anteriores, e foram enviadas mensagens via whatsapp para avisar sobre o envio do ofício.

Figura 4 - Convite enviado para a Prefeitura de Abreulândia

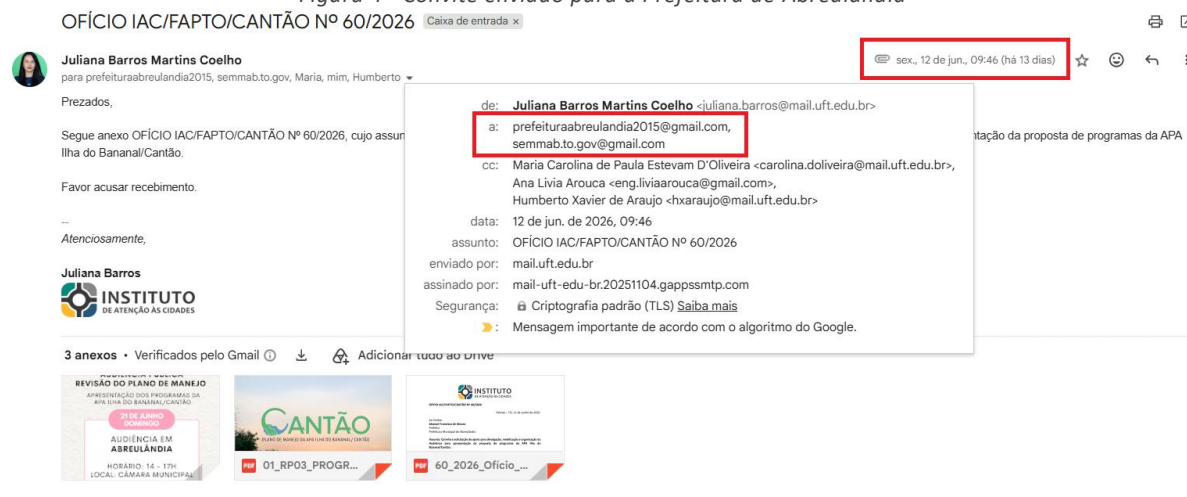


Figura 5 - Convite enviado para a Prefeitura de Divinópolis

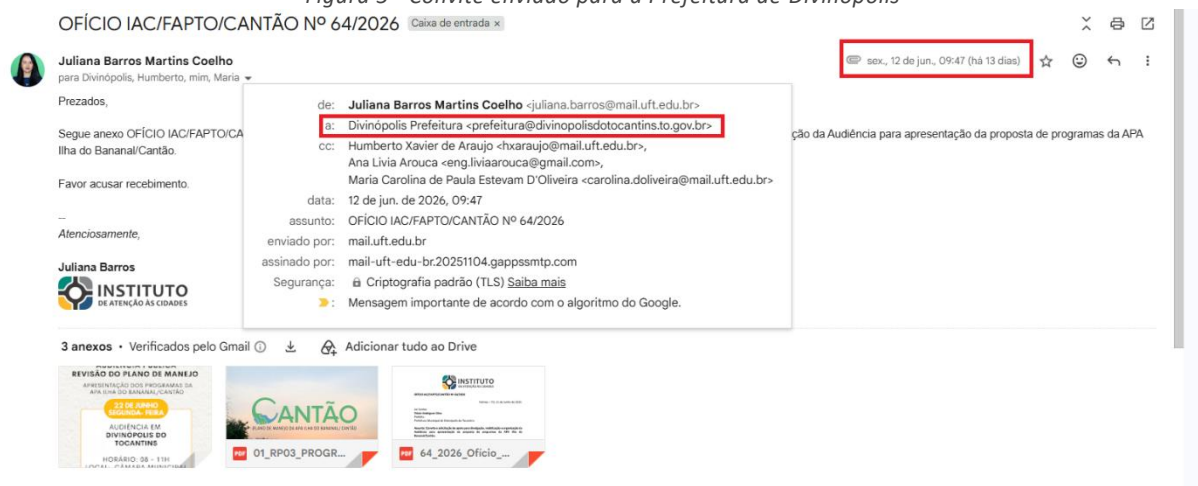


Figura 6 - Convite enviado para a Prefeitura de Monte Santo

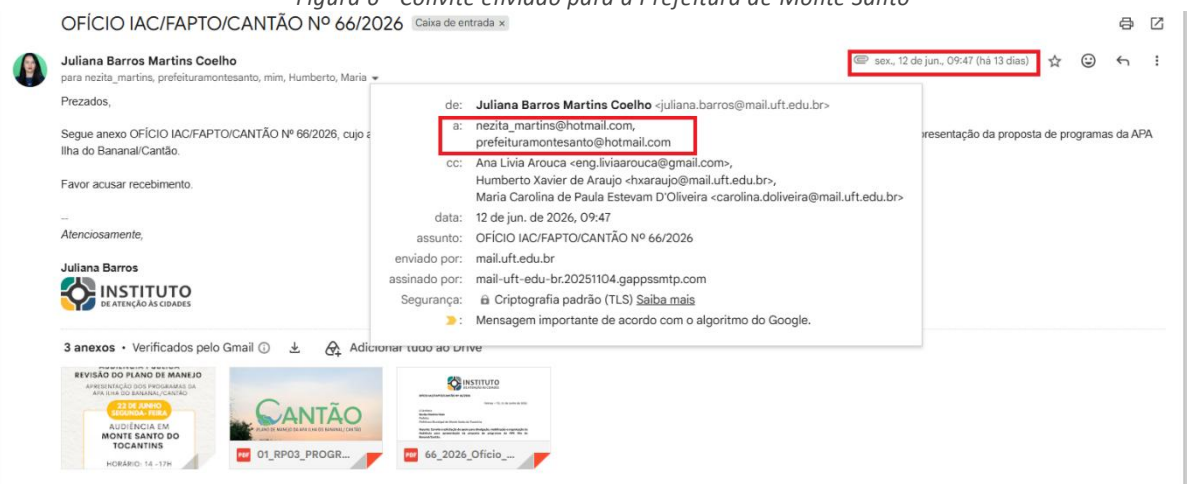


Figura 7 - Convite enviado para a Prefeitura de Dois Irmãos do Tocantins

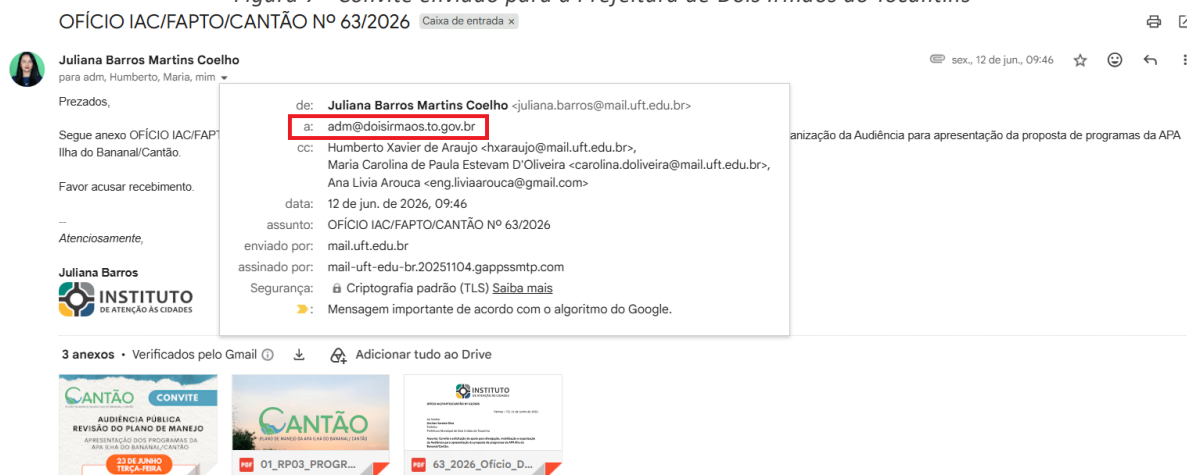


Figura 8 - Convite enviado para a Prefeitura de Araguacema

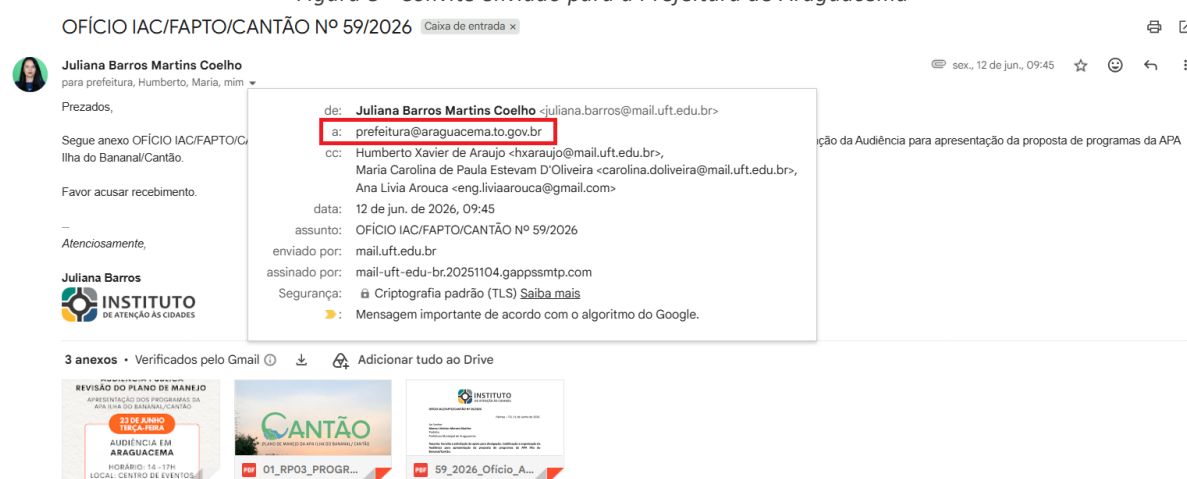


Figura 9 - Convite enviado para a Prefeitura de Caseara

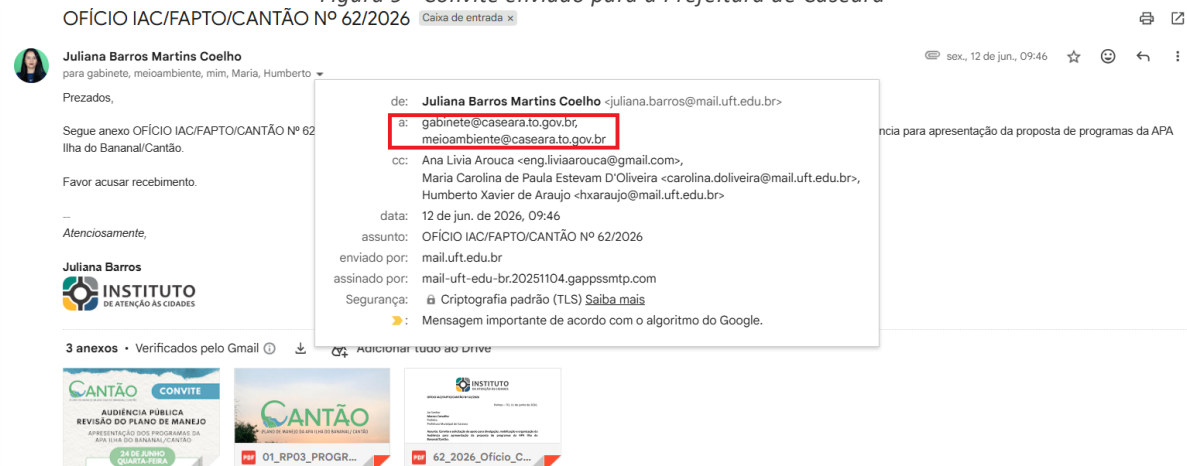


Figura 10 - Convite enviado para a Prefeitura de Marianópolis

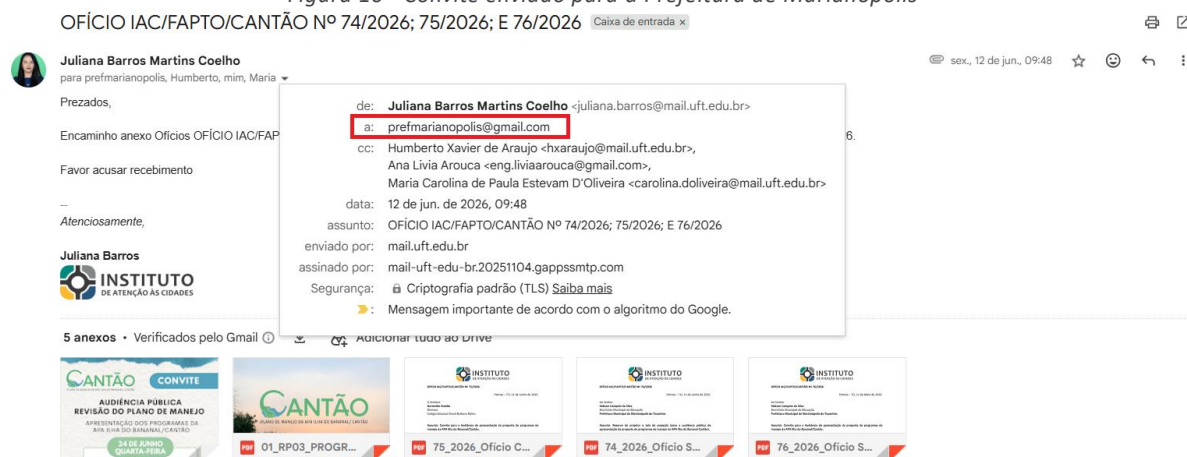


Figura 11 - Convite enviado para a Prefeitura de Chapada de Areia

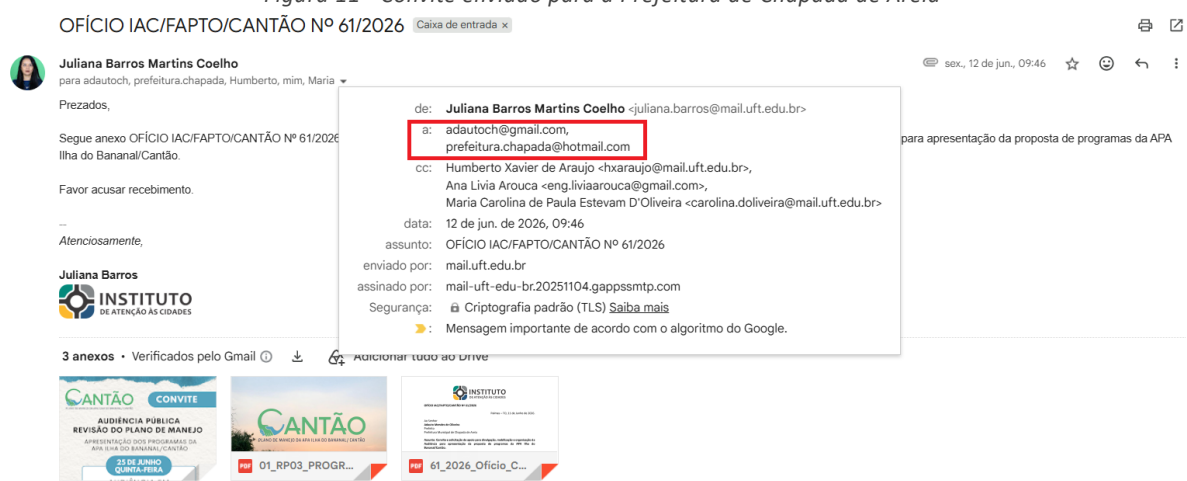
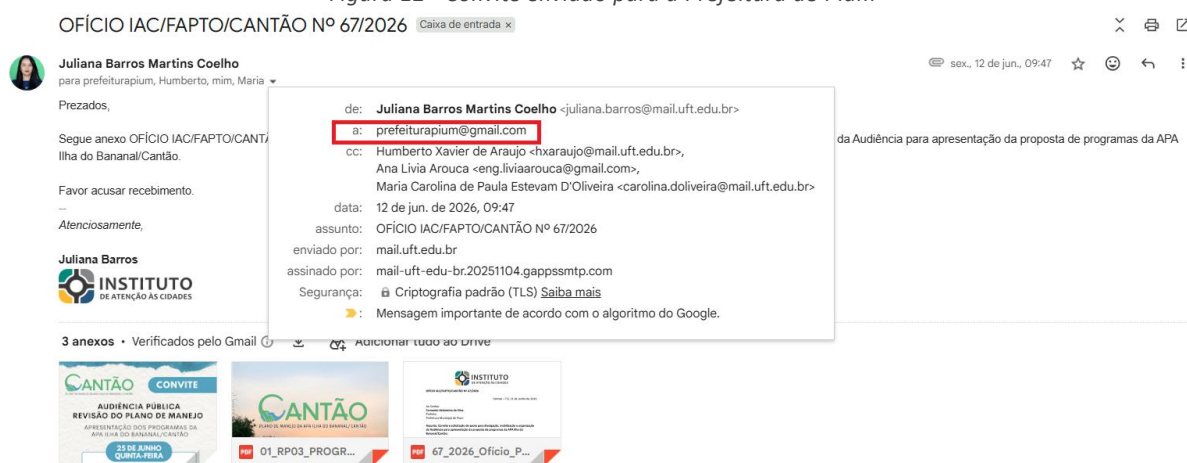


Figura 12 - Convite enviado para a Prefeitura de Pium



Já a Figura 13 é o modelo de ofício que foi enviado para o Ministério Público do Estado do Tocantins, Procuradoria Estadual, CEJUSCAF, INCRA e Promotorias Regionais que atendem os municípios que compõem a APA. Esses ofícios contavam com o cronograma completo das audiências de apresentação da proposta de programas, todos os convites em anexo, além do documento completo da proposta de programas de manejo. No caso da ADSTO e do Conselho

gestor da APA, foi adicionado no mesmo ofício, a solicitação de apoio na divulgação e mobilização da comunidade, conforme Figura 14.

Figura 13 - Modelo de ofício enviado às Entidades mencionadas



INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 70/2026

Palmas – TO, 11 de junho de 2026.

Ao Senhor
Dr. Wellington Magalhães
CEIUSCAF

Assunto: Convide para as Audiências de apresentação dos programas de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão

Prezado Dr. Wellington Magalhães,

O Instituto de Atenção às Cidades (IAC) em cumprimento das atividades previstas no processo de "Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão", proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do IAC, vem por meio deste convidar o CEIUSCAF para as Audiências de apresentação da proposta dos programas de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão, que acontecerão nas datas e locais mencionados abaixo:

Data	Dia da semana	Horário	Município	Local
21.06.2026	domingo	14h às 17h	Abreulândia	Câmara Municipal
22.06.2026	segunda-feira	08h às 11h	Divinópolis do Tocantins	Câmara Municipal
22.06.2026	segunda-feira	14h às 17h	Monte Sento do Tocantins	Auditório da Prefeitura
23.06.2026	terça-feira	08h às 11h	Dois Irmãos do Tocantins	CRAS
23.06.2026	terça-feira	14h às 17h	Araguacema	Centro de eventos Cabo Chico
24.06.2026	quarta-feira	08h às 11h	Caseara	Auditório do Parque Estadual do Cantão
24.06.2026	quarta-feira	14h às 17h	Marianópolis do Tocantins	Centro de convenções
25.06.2026	quinta-feira	08h às 11h	Chapada de Areia	Auditório da Escola Municipal América Alves de Oliveira
25.06.2026	quinta-feira	14h às 17h	Pium	Auditório da Prefeitura

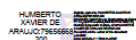


INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

Solicita-se, gentilmente, que nos informe com antecedência o nome e o cargo do servidor que se fará presente em cada um dos eventos, de modo a orientar a organização do cerimonial, composição de mesa e fazer uso da palavra, se for necessário.

Segue em anexo os convites oficiais e a proposta dos programas de manejo. Estes também estão disponíveis no site do projeto (<https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/>).

Atenciosamente,



HUMBERTO
XAVIER DE
ARAÚJO/76555555
200
Humberto Xavier de Araujo
Coordenador Geral

Figura 14 - Modelo de ofício enviado às entidades mencionadas


INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 77/2026

Palmas – TO, 12 de Junho de 2026.

Ao Senhor
Fábio Dias
Presidente
Conselho Deliberativo da APA Ilha do Bananal/Cantão

Assunto: Convite e solicitação de apoio na divulgação e mobilização para as Audiências de apresentação da proposta de programas da APA Ilha do Bananal/Cantão.

Prezado Sr. Presidente,

O Instituto de Atenção às Cidades (IAC) em cumprimento das atividades previstas no processo de "Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão", proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do IAC, vem por meio deste convidar todos os membros do Conselho e solicitar o apoio para a divulgação e mobilização das **Audiências para apresentação da proposta de programas de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão**, que acontecerão nas datas e locais mencionados abaixo:

Data	Dia da semana	Horário	Município	Local
21.06.2026	domingo	14h às 17h	Abreulândia	Câmara Municipal
22.06.2026	segunda-feira	08h às 11h	Divinópolis do Tocantins	Câmara Municipal
22.06.2026	segunda-feira	14h às 17h	Monte Santo do Tocantins	Auditório da Prefeitura
23.06.2026	terça-feira	08h às 11h	Dois Irmãos do Tocantins	CRAS
23.06.2026	terça-feira	14h às 17h	Araguacema	Centro de eventos Cabo Chico
24.06.2026	quarta-feira	08h às 11h	Caseara	Auditório do Parque Estadual do Cantão
24.06.2026	quarta-feira	14h às 17h	Marianópolis do Tocantins	Centro de convenções
25.06.2026	quinta-feira	08h às 11h	Chapada de Areia	Auditório da Escola Municipal América Alves de Oliveira
25.06.2026	quinta-feira	14h às 17h	Pium	Auditório da Prefeitura

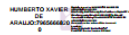

INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

Solicita-se, gentilmente, a indicação com antecedência, por parte do Conselho, dos membros do Conselho que estarão presentes em cada uma das audiências para compor mesa e fazer uso da palavra, quando necessário.

Segue em anexo os convites oficiais e a proposta de programas. Estes também estão disponíveis no site do projeto (<https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/>).

O IAC agradece a colaboração e parceria, contando com vossa compreensão e agilidade no tratamento destes encaminhamentos, reitera-se nossa disponibilidade para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


Humberto Xavier de Araujo
Coordenador Geral

A partir da Figura 15 até a Figura 24 são os registros dos envios dos e-mails com o ofício, convites, e documento completo da proposta de programas de manejo da APA, conforme mencionado anteriormente, para o Conselho Gestor da APA, Ministério Público do Tocantins, ADSTO, INCRA, Procuradoria Estadual do Tocantins, CEJUSCAF, Promotoria Regional de Paraíso (atende os municípios de Abreulândia, Divinópolis do Tocantins, Marianópolis do Tocantins e Divinópolis do Tocantins), Promotoria Regional de Miranorte (atende o município de Dois Irmãos do Tocantins), Promotoria Regional de Araguacema (atende os municípios de Caseara e Araguacema), Promotoria Regional de Cristalândia (atende os municípios de Chapada de Areia e Pium).

Figura 15 - Convites enviados para o Conselho Gestor da APA

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 77/2026 Caixa de entrada x

Juliana Barros Martins Coelho
para apaihabananalcantao, Humberto, mim, Maria, semmab.to.gov, prefeitura, marquinhoaraguacema@gmail.com, ambienteturismoaraguacema, gabinete, prefeitura, robertmata3, meioambiente, adautoch, prefeitura.ct

Prezados,

Segue anexo OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 77/2026, cujo assunto trata do Convite e solicitação de apoio para as Audiências de apresentação da proposta de programas da APA Ilha do Bananal/Cantão.

Atenciosamente,

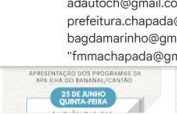
Juliana Barros


11 anexos • Verificados pelo Gmail  Adicionar tudo ao Drive

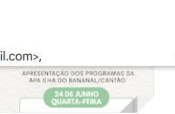
















12 de jun. de 2026, 15:45

de: **Juliana Barros Martins Coelho** <juliana.barros@mail.uft.edu.br>
 a: **apaihabananalcantao@gmail.com**
 cc: Humberto Xavier de Araujo <hxaraujo@mail.uft.edu.br>, Ana Livia Arouca <eng.liviaarouca@gmail.com>, Maria Carolina de Paula Estevam D'Oliveira <carolina.doliveira@mail.uft.edu.br>, semmab.to.gov@gmail.com, prefeitura@araguacema.to.gov.br, "marquinhoaraguacema@gmail.com" <marquinhoaraguacema@gmail.com>, ambienteturismoaraguacema@gmail.com, gabinete@caseara.to.gov.br, prefeitura@caseara.to.gov.br, robertmata3@hotmail.com, meioambiente@caseara.to.gov.br, adautoch@gmail.com, prefeitura.chapada@hotmail.com, bagdamarinho@gmail.com, "fmmachapada@gmail.com" <fmmachapada@gmail.com>.


CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO

Relatório de Participação das Audiências Públicas de Programas de Manejo
Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão

14

Figura 16 - Convites enviados para o Ministério Público do Tocantins



Figura 17 - Convites e solicitação de apoio na divulgação e mobilização enviados para a ADSTO

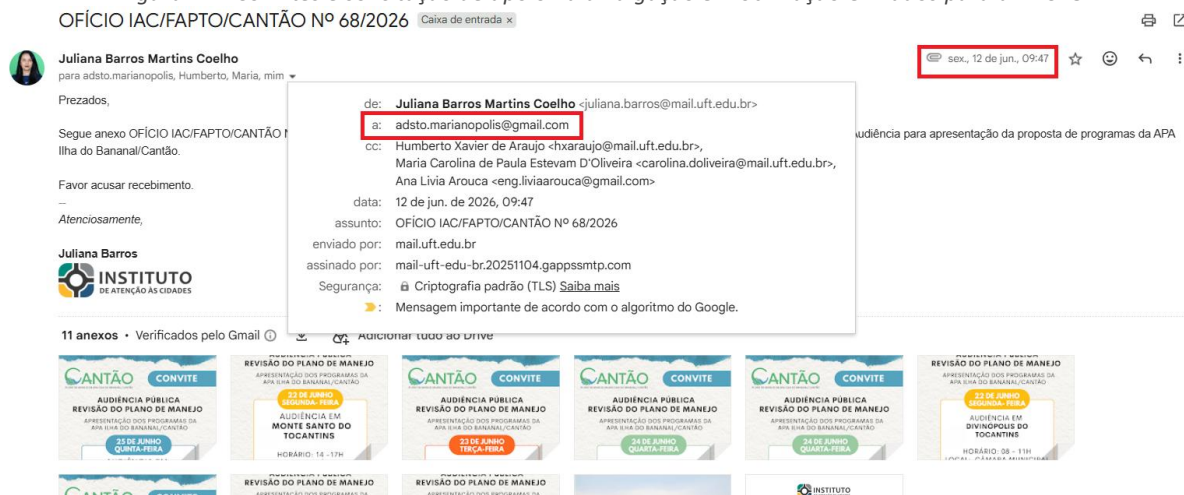


Figura 18 - Convites enviados para o INCRA



OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 71/2026



Figura 22 - Convites enviados para a Promotoria Regional de Miranorte (atende Dois Irmãos do Tocantins).

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 80/2026

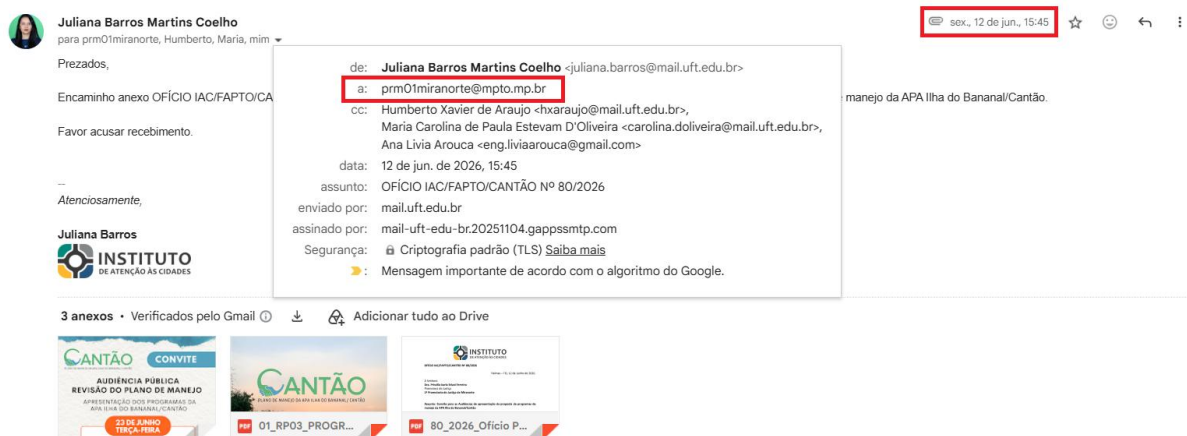


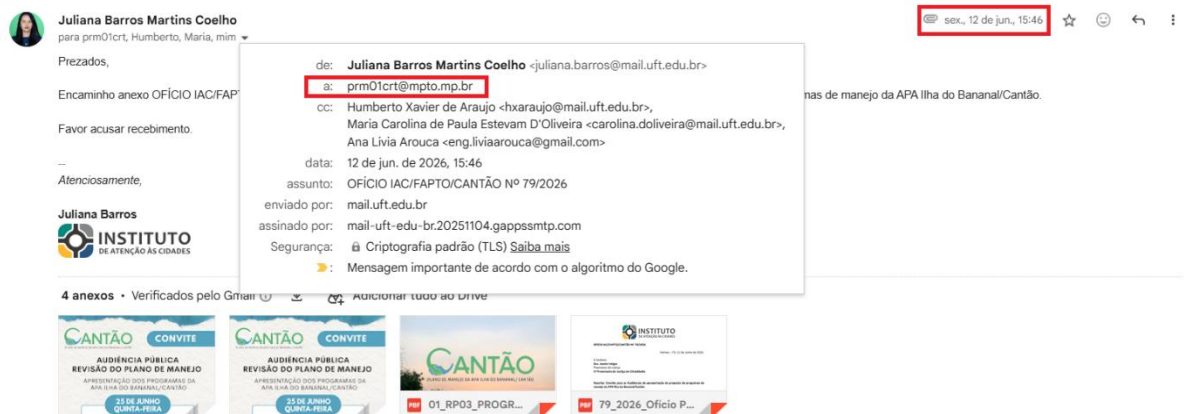
Figura 23 - Convites enviados para a Promotoria Regional de Araguacema (atende Araguacema e Caseara)

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 81/2026



Figura 24 - Convites enviados para a Promotoria Regional de Cristalândia (atende Chapada de Areia e Pium)

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 79/2026



A estratégia de mobilização e organização das audiências via grupos no WhatsApp por município para que a comunicação fosse mais rápida, assim como nas oficinas e nas audiências para apresentação da proposta de zoneamento, foi mantida. Também entramos em contato

diretamente com lideranças locais de assentamentos para o envio do convite. Além disso, os convites também foram divulgados no site oficial da Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão (<https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/participe/>), conforme ilustra a Figura 25.

Figura 25 - Convites divulgados no site oficial



Os convites também foram publicados no Instagram oficial da Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão - @apacantao (no feed e/ou story). A Figura 26 mostra o painel profissional do Instagram @apacantao entre os dias 05.05.2026 e 25.06.2026. Além da divulgação dos convites, uma estratégia de mobilização no Instagram e no grupo geral de informes (whatsapp), foi a criação de cards informativos, conforme alguns exemplos na Figura 27.

Figura 26 - Painel profissional do perfil @apacantao entre os dias 05.05.2026 - 25.06.2026

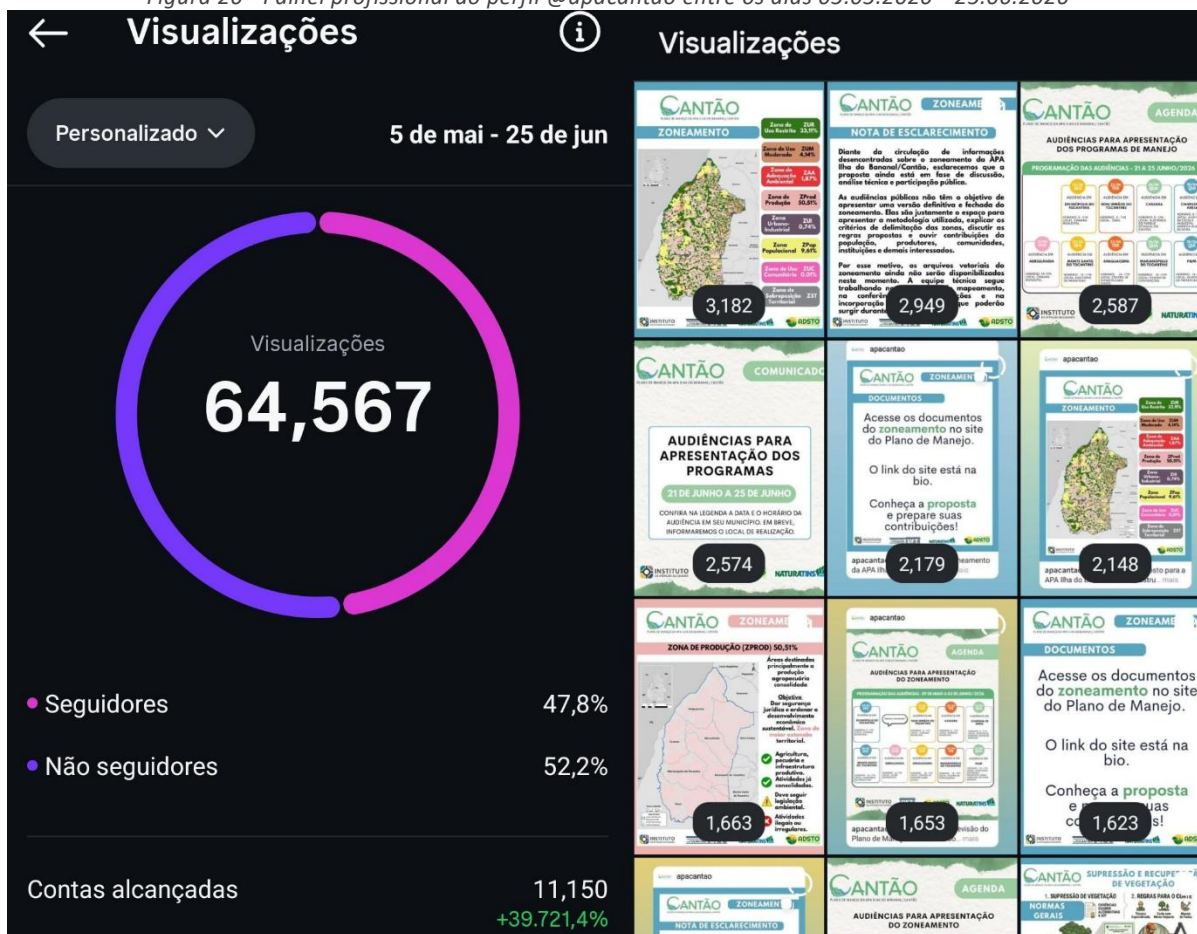


Figura 27 - Exemplos de cards informativos utilizados



Figura 28 - Grupo de informes no whatsapp



Os perfis oficiais das Prefeituras e outras entidades locais no Instagram também fizeram a ampla divulgação do convite, conforme podem ser vistos alguns exemplos na Figura 29.

Figura 29 - Evidências de divulgação em perfis oficiais no Instagram



O uso de jornais locais para o compartilhamento das informações referentes às audiências também foi utilizado, conforme pode ser evidenciado nos links e na figura 31:

- 1) <https://www.agenciatoctantins.com.br/noticia/108643/naturatins-inicia-terceira-etapa-das-audiencias-publicas-da-revisao-do-plano-de-manejo-da-apa-ilha-do-bananal-cantao>

- 2) <https://surgiu.com.br/2026/06/16/audiencia-publica-debatera-futuro-da-apa-ilha-do-bananal-em-dois-irmaos/>

Figura 31 - Evidência do uso de sites locais para divulgação das audiências

Naturatins inicia terceira etapa das audiências públicas da revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão

Propostas dos Programas de Manejo serão apresentadas para consulta da sociedade civil



Audiências públicas integram a terceira etapa da revisão do Plano de Manejo da UC - Foto: Naturatins/Governo do Tocantins

2. ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE PROGRAMAS DE MANEJO

2.1. Abreulândia

Ata da Audiência Pública – Apresentação dos programas
Data: 21.06.2026
Início: 14:30h
Fim: 17:00h
Local: Câmara Municipal de Abreulândia

Histórico

1 Thiago Alves deu início à audiência e apresentou o objetivo da mesma. Em seguida, convidou
2 entidades presentes à frente: o Prefeito Manoel; o representante dos assentamentos, Maiquis
3 Barbosa; a representante da Câmara dos Vereadores, Professora Ednaura; Victor Moreto, do
4 Naturatins; a representante da ADSTO, Ana Carolina Flôres; e Humberto Xavier, Presidente do
5 IAC/UFT. Thiago Alves convidou o representante dos assentamentos (em especial de Vargem
6 Dourada), Maiquis Barbosa, que cumprimentou todos, falou da importância do projeto para o
7 desenvolvimento econômico e social, agradeceu e parabenizou os presentes. A Professora
8 Ednaura, representando a Câmara dos Vereadores, falou da satisfação em sediar aquele encontro,
9 tão importante para o município e para toda a região do Vale do Araguaia. Parabenizou o prefeito
10 pelo esforço em viabilizar as reuniões e destacou a importância de destravar aquela pauta.
11 Agradeceu a Thiago Alves por ele se disponibilizar e se colocar à frente, e convidou todos a se
12 sentirem à vontade para colaborar. O Prefeito Manoel Moura agradeceu a Deus pela oportunidade
13 de estarem ali, parabenizou o IAC, falou da importância da revisão do plano de manejo e
14 parabenizou o Naturatins pelo trabalho realizado. Cumprimentou a todos, afirmou que aquele
15 plano de manejo certamente ficará bom e parabenizou todos os presentes. Victor Danilo comentou
16 sobre a importância daquela etapa para a conclusão do plano, sua apresentação ao conselho para
17 aprovação e o seguimento do rito legal, de modo a viabilizar a implementação do plano de manejo.
18 Falou do objetivo da audiência — apresentar os programas — e disse que estavam ali, uma vez
19 mais, para coletar informações que ajudassem a finalizar o documento. Agradeceu e estimulou as
20 pessoas a participarem. A representante da ADSTO, Ana Carolina Flôres, agradeceu a Deus pela
21 oportunidade de estarem ali. Falou do trabalho do IAC, que classificou como muito técnico,
22 profissional e consciente, destacando que o IAC está atento tanto à parte ambiental quanto ao
23 desenvolvimento. Disse que, desde o início, haviam solicitado segurança jurídica, com regramento
24 claro. Afirmou que o Brasil é, segundo ela, o país que mais preserva, e que o Tocantins é o estado
25 número um em desmatamento legal, e apontou as queimadas como o maior desafio. Destacou a
26 importância de as pessoas colocarem suas dúvidas e apontarem o que entendessem estar faltando,
27 e incentivou a contribuição de todos. Comentou que são os moradores da APA que mais conhecem
28 a realidade local, ainda que os técnicos tenham tecnologia e conhecimento. Estimulou as pessoas
29 a trazerem suas dúvidas. Parabenizou o prefeito pela organização de Abreulândia, como sempre.
30 Agradeceu ao Naturatins, na pessoa de Victor, elogiando sua firmeza e clareza nas explicações.
31 Agradeceu também ao IAC, afirmando que o Tocantins precisa de pessoas que tragam segurança e
32 resultados. Thiago Alves, em seguida, destacou a importância da presença constante de Ana nas
33 reuniões anteriores ao plano e durante sua elaboração. Humberto Xavier (IAC) agradeceu a todos.
34 Disse que, como seres humanos, é preciso buscar também o bem-estar de outras pessoas, e que,
35 a partir disso, se tenta equilibrar o meio ambiente (pois os seres humanos também precisam dos
36 outros animais), produção (já que as pessoas precisam comer) e a sociedade. Humberto Xavier
37 (IAC) explicou o objetivo da audiência, que é tratar dos programas. Humberto Xavier (IAC) afirmou

que, hoje, já existe o plano de ação, e que isso impacta a forma como o manejo será realizado, de modo a não comprometer o bem-estar. Humberto Xavier (IAC) reforçou que o que Ana Carolina havia dito era real: são os moradores da APA que vivem ali, e que, embora todos sejam influenciados indiretamente, são eles os impactados diretamente. Citou que, depois de se tornar um plano de manejo, é necessário acompanhá-lo, e que é para isso que servem os programas. Agradeceu a presença de todos. Sarah Rodovalho (IAC) iniciou sua fala apresentando o conteúdo conforme os slides. Disse que o documento dos programas já estava disponível no site, e que, na audiência, seria tratado aquilo que os participantes consideraram mais importante. Falou sobre a lista de presença, sobre o *QRcode* e sobre o registro da ata, feito por Ana Lívia. Informou que a apresentação conta com 30 slides. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o slide 2 e lembrou o caminho percorrido até aquele momento: diagnóstico, zoneamento e programas. Explicou o objetivo dos programas de manejo e as diretrizes de gestão da APA, afirmando que, para a APA, o plano de manejo representa um ponto de partida inicial. Em seguida, conforme o slide 3, explicou quem são os responsáveis pela gestão da APA, destacando a importância de o projeto ser participativo e lembrando que o conselho gestor também é participativo. Explicou, com base no slide, a execução dos programas segundo três fases estratégicas — estruturação, implantação, e consolidação e revisão —, e mencionou diversas possibilidades de parceria. Disse que as revisões do plano de manejo poderiam ser pontuais e que havia 14 programas no total na proposta atual. Explicou que, para fins de organização, considerou-se interessante dividir os programas em três eixos, e informou que apresentaria fora da ordem numérica, começando pelos programas identificados pela cor amarela. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 7, com seu objetivo geral e os objetivos específicos, e compartilhou um exemplo prático conforme o slide. Explicou que, quando se afirmar que o Naturatins, por meio da supervisão da APA, é o responsável por aplicar o plano, isso se refere às pessoas que atuam dentro do órgão. Apresentou, na sequência, o programa correspondente ao slide 6, citando que a equipe de fiscalização poderá atuar tanto sobre os animais quanto sobre as plantas. Apresentou o programa 11, conforme o slide, com o respectivo objetivo geral, da mesma forma que os anteriores. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 12, conforme o slide 9. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o slide 10 e comentou que, a partir daquele ponto, seriam tratados os programas relacionados à proteção ambiental. Compartilhou, então, o programa 3, conforme o slide 10, e citou que havia conversado com Hélia, que mencionou a necessidade de se ter, por exemplo, um escritório para a parte de licenciamento na região. Sarah Rodovalho (IAC) deu um exemplo conforme o slide 10 e explicou o programa 6 de acordo com o slide 11. Lembrou novamente que a apresentação daquele dia era resumida, e que havia mais detalhes no documento dos programas disponibilizado no site. Sarah Rodovalho (IAC) comentou que, como havia sido dito anteriormente, os programas podem conter metas a serem alcançadas, como, por exemplo, todas as nascentes estarem protegidas. Em seguida, explicou o programa 10 e citou que Ana Carolina havia mencionado, na abertura, o fogo como um grande problema. Sarah Rodovalho (IAC) informou que mudaria de cor novamente, indicando que aquela seria a última leva de programas a ser apresentada, e apresentou o programa 1, questionando como garantir que o Naturatins também conseguisse fiscalizar esse processo. Sarah Rodovalho (IAC) comentou sobre a participação expressiva na construção do plano de manejo, mencionando mais de 2.000 pessoas nas oficinas e mais de 1.000 no zoneamento. Apresentou o programa 2 e destacou a necessidade de se ter uma equipe para operacionalizar um plano voltado a uma APA tão extensa. Citou a escassez de recursos, inclusive humanos, e mencionou a sugestão de composição de equipe prevista no plano de manejo. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 4, conforme o slide, e o programa 5, conforme o slide 17, e, em seguida, encerrou sua apresentação. Thiago Alves, de Abreulândia, afirmou que o tópico 5 — pesquisa, inovação e gestão da informação ambiental — é muito importante. Disse que o Sebrae possui o projeto Território Empreendedor, do qual participou como membro, e falou sobre uma dificuldade que afeta não apenas a APA, mas todo o Vale do Araguaia. Mencionou que, no âmbito do IAC, havia relação com a Fapto (esclarecimento trazido a

seguir por Humberto Xavier (IAC), que apontou possível confusão entre Fapt e Fapto). Abordou a questão da distribuição de recursos para a região, afirmando que ela compete com a capital, com Paraíso, e que considera essa distribuição desigual. Relatou ter tido uma reunião com a Fapto, no campo de pesquisa da UFT, para solicitar prioridade para áreas que necessitam de apoio, citando como exemplo o estudo de Paulo, estagiário do IAC, e o seu próprio. Segundo ele, o edital não permite expansão por falta de apoio da Fapto, e, como a divisão é feita por território, considerou importante que essa distribuição fosse revista. Sugeriu que a Fapto precisa enxergar a questão com outros olhos. Informou que é mestrando, mencionou que Ana Flôres está presente e que a filha dela também realiza pesquisa, e afirmou que, quando concorrem com projetos do centro, sentem-se desmerecidos — não porque os projetos da região sejam inferiores, mas gera essa percepção. Humberto Xavier (IAC) esclareceu que, por vezes, há confusão entre Fapt e Fapto. Explicou que a Fapto é uma fundação de apoio, credenciada no MEC, responsável por receber e gerir os projetos desenvolvidos na universidade. Já a Fapt é uma via pela qual a região pode buscar recursos, já que a Fapt recebe um percentual do estado destinado à reversão em pesquisa. A Fapto, por sua vez, não possui recursos próprios: ela recebe e realiza a gestão administrativa. Thiago Alves, de Abreulândia, corrigiu-se, confirmando que se tratava da Fapt. Explicou que o projeto é dividido por região, que Abreulândia está incluída na região central, a qual concorre com Porto Nacional, Paraíso e Palmas, e relatou que, segundo seu entendimento, todos os projetos vencedores foram de Palmas e Porto Nacional. Disse ter visto a sugestão de servidores prevista nos programas e citou que Hélia sabe que, nas reuniões da APA, o pessoal necessita de apoio para licenciamento, por exemplo. Como outra sugestão, mencionou que a regional do Vale do Araguaia, localizada em Paraíso, é responsável pela avaliação de licenciamento, entre outras atividades, e que, segundo ele, seria importante que esse pessoal estivesse presente nas reuniões. Victor explicou que a maior parte das análises de processos fica concentrada em Palmas, enquanto Paraíso atua mais nas vistorias, realizadas pelo pessoal das regionais. Disse que as regionais também analisam processos, mas isso varia de regional para regional, havendo regionais sem equipe técnica suficiente para realizar inspeções, ao passo que Palmas conta com equipe mais robusta para esse trabalho. Thiago Alves, de Abreulândia, considerou interessante a sugestão de descentralizar a carga de trabalho. Victor respondeu que essa é uma decisão política interna do órgão, e que, atualmente, Gurupi, Araguaína e Palmas realizam essas análises. Explicou que, em alguns tipos de processo, por exemplo, pode não haver especialista em mineração em Gurupi, fazendo com que o processo seja direcionado a Palmas, assim como ocorre com processos de grande porte, que tendem a ficar mais concentrados onde há maior equipe. Disse concordar com o ponto levantado, mas reafirmou se tratar de política interna, sujeita a variações conforme a gestão: em determinado momento há equipe disponível, em outro não. Ana Carolina Flôres perguntou se haverá capacitação da equipe do Naturatins sobre o plano. Victor respondeu que, até o ano anterior, todos os processos relativos a unidades de conservação eram contestados pela gerência que ele hoje ocupa, mas que, seguindo o Conama, para fins de regularização, os processos de pequeno e médio porte foram alterados. Victor ressaltou que, quando essa mudança ocorreu, foi necessário realizar uma conversa, e que, sempre que algo semelhante acontece, é preciso dialogar com o setor de licenciamento. Informou que, atualmente, Rodrigo, que está na gerência de licenciamento, já atuou na gerência da APA e, por isso, já possui bastante conhecimento, mas reforçou que esse diálogo precisa continuar a ocorrer, pois tanto Rodrigo quanto ele próprio podem deixar os cargos no futuro. Afirmou que, sempre que houver uma nova situação em unidades de conservação, será necessário conversar com o licenciamento, e que isso também ocorrerá ali. Maiquis Barbosa afirmou que não participou da primeira audiência, e perguntou sobre a licença: se haverá redução da área da APA dentro daquele projeto e, caso não houvesse redução, como ficará o licenciamento das áreas atingidas pela APA que se encontram em cerrado virgem. Victor perguntou se a pergunta se referia à redução de tamanho da APA. Maiquis Barbosa confirmou que sim. Victor respondeu que não haverá redução e explicou que cada zona possui suas próprias normas, e que os processos de

licenciamento seguem as regras de cada zoneamento, além do regramento federal, conforme já discutido em audiências anteriores. Disse que o licenciamento é feito de forma normal e que, quando se verifica que a área está dentro de uma unidade de conservação, passam a ser consideradas também as regras daquela zona. Maiquis Barbosa afirmou que os moradores da APA precisam obedecer tanto ao Código Florestal quanto à lei da APA do Cantão, o que considerou bastante complicado, já que o assentamento em que vive está dentro da APA. Disse entender que, hoje, a licença para poderem trabalhar decorre do Código Florestal. Heitor, produtor de Marianópolis, afirmou que aquele tipo de pauta já havia sido discutido em reuniões anteriores. Para atualizar os presentes, explicou que, em cada assentamento, foi criada uma zona, chamada zona populacional, cujas regras devem ser seguidas, havendo atividades permitidas ali que, pontualmente, podem não ser permitidas na zona de produção. Acrescentou que o assentado, além de estar resguardado pelo Código Florestal e pela APA, também está amparado pelo INCRA, e que, de certa forma, o pessoal dos assentamentos se encontra na melhor das condições. Sarah Rodovalho (IAC) lembrou que, nos zoneamentos anteriores, havia uma zona de conservação, e que, no novo zoneamento, passou-se a considerar a existência dos assentamentos. Explicou que, assim, todos os assentamentos estão na zona populacional, havendo, de toda forma, a necessidade de pedido de licenciamento, mas que tudo indica que esse processo será bem diferente. Maiquis Barbosa perguntou se o novo zoneamento será mais flexível. Victor confirmou que sim, conforme havia sido explicado por Heitor e por Sarah Rodovalho (IAC), já que as zonas dos assentamentos possuem regras que permitem as atividades próprias dos assentamentos, e que se espera que isso reduza os conflitos. Sarah Rodovalho (IAC) destacou que, ainda assim, permanecem as exigências de reserva legal e de área de preservação permanente (APP). Uma pessoa não identificada manifestou a esperança de que, a partir disso, exista uma diretriz clara a ser seguida. Ana Carolina Flôres explicou que uma unidade de conservação, uma vez criada, não pode ter sua área reduzida, não sendo possível reduzir a área da APA. Disse que é possível, no entanto, trabalhar com o plano de manejo, que é o instrumento responsável por reger a unidade. Maiquis Barbosa perguntou se a unidade é protegida por cláusula pétrea, questionando se ela não poderia ser reduzida. Ana Carolina Flôres esclareceu que, embora não se trate exatamente disso, o regramento do plano de manejo traz muito mais segurança. Heitor afirmou que esse tipo de discussão está bastante relacionado à questão financeira. Exemplificou perguntando qual seria, para um consultor, a diferença entre realizar o licenciamento de uma área de 100 hectares e de uma área de 20 hectares, já que o trabalho é praticamente o mesmo. Disse que, para quem possui 100 hectares, é viável pagar cerca de 5.000 reais pelo serviço, mas que, para um assentado com uma chácara de 50 mil reais, seria inviável pagar 10% do valor da sua área. Sugeriu que, dentro da parte socioeconômica, deverá haver algum mecanismo de licenciamento voltado aos assentamentos, como uma taxa máxima por assentamento e a designação de um consultor responsável por cada um deles, o que seria benéfico tanto para o consultor quanto para o assentado, além de gerar maior regularidade para a APA. Defendeu que isso deveria existir. Abordou também a questão dos incêndios, mencionando que existe um mapa de focos de incêndio e afirmando ser profissional na área de combate a incêndios. Relatou que, há cerca de 50 anos, o manejo de pastagem no Brasil é feito por meio do fogo, que, embora destrua diversas coisas, também gera nutrientes, mas que hoje existem outros tipos de manejo muito mais eficientes, citando que, em sua propriedade, não se utiliza fogo há 30 anos. Disse que o assentado não tem acesso a essas alternativas — nem técnico, nem financeiro, nem de infraestrutura. Mencionou que o INCRA assenta as famílias e exige produção, mas não oferece recursos financeiros nem infraestrutura. Maiquis Barbosa concordou que não recebem assistência de nenhum tipo. Heitor declarou que, se fosse assentado, colocaria fogo, pois seria a única opção disponível. Defendeu que é necessário prestar serviço técnico às pessoas que atuam como brigadistas de incêndio, de modo a oferecer condições e alternativas de manejo, e que, se a prefeitura ou outro órgão fornecesse roçadeira ou trator, haveria, desde já, uma redução altíssima nos incêndios, deixando de gerar trabalho extra para outros. Victor

concordou, mas lembrou que Heitor, por estar inserido naquela realidade, sabe como funciona. Explicou que a assistência técnica foi incluída nos programas para que o Naturatins pudesse articulá-la, mas que o estado possui outros órgãos responsáveis por essa função, não sendo papel do Naturatins. Disse compreender a questão e que pensaram em incluir essas articulações, citando, por exemplo, a possibilidade de envolver o Ruraltins — órgão que executa algo já aprovado. Afirmou desejar que os produtores produzam e vivam bem, mas reforçou que não é função do Naturatins incentivar isso diretamente, sendo seu papel voltado à área ambiental, embora reconheça que se trata de uma cadeia, em que uma coisa está ligada à outra. Disse que sabem das carências técnicas dos assentamentos, mas que a ideia é que essa demanda seja direcionada a outros órgãos, e que também precisam das respostas desses órgãos. Thiago Alves parabenizou Heitor pela fala e disse concordar com o que Victor havia colocado, mas observou sentir falta da presença desses outros órgãos nas reuniões, citando como exemplo a ausência do Ruraltins, que considerou um dos principais responsáveis por levar conhecimento à região, assim como a Adapec, que também não participa. Afirmou que essas políticas não cabem ao Naturatins continuar sozinho, e que o papel do Naturatins é fiscalizar. Ana Carolina Flôres mencionou que secretarias ambientais recebem incentivos para esse tipo de atuação, como o ICMS Ecológico, citando o exemplo do município de Dois Irmãos, que mantém um calendário forte de ações nesse sentido, ainda que, por vezes, a adesão da participação seja baixa, mesmo havendo projetos criados. Informou que, em relação à questão do fogo, haverá, na quinta-feira seguinte, um dia inteiro de treinamento e capacitação em prevenção de incêndios, lembrando que, no ano anterior, houve muitos problemas com incêndios e que a brigada, isoladamente, não é suficiente. Destacou que os produtores são muito unidos e que, ao saberem de um incêndio, se mobilizam para auxiliar, e que o Naturatins também estará presente ajudando. Deixou o convite para quem quisesse participar e sugeriu que ações semelhantes fossem promovidas também ali. Reforçou a importância de a secretaria ambiental atuar nessa pauta. Thiago Alves reiterou que se referia à ausência da Adapec e do Ruraltins, que, em sua avaliação, fazem falta nesse tipo de audiência. Hélia informou que há apenas dois funcionários do Ruraltins no prédio ao lado de onde trabalham. Sarah Rodovalho (IAC) anunciou que apresentaria dois programas que ainda não haviam sido abordados: o programa 13 — cultura, educação ambiental e saberes tradicionais — e comentou que, assim como ali, quando alguém chega e faz uma pergunta, quem já está há mais tempo costuma responder, e que esse programa trata justamente disso. Em seguida, apresentou o programa 14 — governança territorial, demandas fundiárias e mediação institucional de conflitos de uso. Por fim, perguntou se havia mais alguma dúvida. Maiquis Barbosa disse que o que falta para eles é justamente o acesso a essas informações, que só chegam quando a discussão entra na parte técnica. Sugeriu que fossem realizadas palestras e esclarecimentos sobre as regras de zoneamento voltados para sua área, dizendo ter compreendido, naquele momento, que existem várias zonas e que cada uma possui regras diferentes. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que, por isso mesmo, mencionou que o plano está em fase final e que é necessário criar meios educativos para que as pessoas conheçam e compreendam as regras, reconhecendo que ele estava certo. Afirmou que esse trabalho precisa ter continuidade por meio de parcerias. Fernando, da ADSTO, comentou sobre os itens 7, 6 e 1 (lendo cada um deles) e relatou que participam do comitê de bacia, e que, em uma das reuniões em que esteve presente, foi mencionado que, em algum momento, será solicitado um estudo sobre a APA Cantão, o que, em sua avaliação, pode gerar conflitos. Disse não ver, na forma como os programas estavam sendo apresentados, como o comitê de bacias pode utilizar os dados produzidos pela APA. Questionou qual é a lógica de existir um comitê de bacias para debater algo que já estava sendo feito, e se esse comitê utilizaria o estudo da APA para depois fazer cobranças. Afirmou não perceber segurança jurídica no funcionamento do comitê, considerando todo o tempo que levaram para chegar até aquele ponto, e disse não ver uma perspectiva de conciliação entre o comitê de bacias e o trabalho já realizado, observando que o comitê estaria buscando recursos elevados para realizar um novo estudo. Questionou por que o

comitê não havia participado desde o início, e qual seria a necessidade de outra instituição, considerando que os dados já estavam disponíveis. Alertou que isso pode gerar mais insegurança, citando a possibilidade de uma organização não governamental, com grande capacidade de investimento, vir a apontar determinada propriedade ao Naturatins, mencionando também que, em uma reunião do comitê Caiapó, foi dito que haverá um aplicativo para monitorar pontos como represas e cisternas. Disse compreender que, em algum momento, haverá cobrança pelo uso da água, mas reforçou sua percepção de que o comitê estaria seguindo em sentido contrário ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. Victor explicou que o comitê precisaria integrar o conselho gestor da APA, pois, legalmente, ele deve fazer parte desse conselho. Perguntou se o comitê já havia ingressado no conselho (responderam que não), e questionou Tacyano Potulski se, legalmente, a situação estava regular. Tacyano Potulski respondeu que sim, legalmente. Victor afirmou que o comitê passaria a ocupar mais uma cadeira no conselho. Fernando perguntou se, além de mais uma cadeira, o comitê teria algum poder adicional. Victor respondeu que não participa de comitês de bacia e perguntou se Fernan poderia ajudar a esclarecer essa questão. Fernando comentou que, naquele momento, estavam ali tentando seguir as regras da APA, e que, dali a seis meses, o comitê poderia chegar com outras ideias. O professor Fernan Vergara (IAC) explicou que, assim como existe um marco regulatório para unidades de conservação, existe também um marco regulatório para a água — a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disse não visualizar esse conflito, pois o marco regulatório dos recursos hídricos já prevê uma cadeira própria. Reconheceu que, a médio e longo prazo, o comitê poderá organizar a cobrança pelo uso da água, mas afirmou não acreditar que isso ocorreria em curto prazo, perguntando, em seguida, quem ali realizava irrigação — ninguém se manifestou — e quem possuía outorga. Ana Carolina respondeu que havia outorga para agricultura e pecuária. Fernan perguntou se seria para uso animal. Ana Carolina confirmou que sim. Fernan Vergara (IAC) afirmou que a criação de um comitê e de um grupo de discussão é a melhor forma de tratar o tema, citando que, na semana anterior, a primeira questão discutida foi quanto de água existe disponível. Explicou que o primeiro diagnóstico busca verificar se há água suficiente para irrigação, e que, para os animais, já existe água garantida por meio de outorga, que é o direito de uso da água, ficando o órgão ambiental responsável por essa garantia. Detalhou que, para irrigar, é necessário apresentar um projeto de irrigação, informando a área, o período do ano e a cultura, cabendo ao órgão ambiental avaliar se há disponibilidade hídrica suficiente, processo que já ocorre independentemente da existência do comitê de bacia. Afirmou que o comitê de bacia surge para colaborar, já que o marco regulatório dos recursos hídricos também busca promover a participação da sociedade civil. Explicou que o comitê poderia, por exemplo, identificar muitas pessoas interessadas em irrigar e buscar organizar essa demanda, sempre dentro dos limites já definidos por lei — citando que, no Tocantins, um único usuário não pode utilizar mais de 25% da vazão de um corpo hídrico, salvo exceções recentes. Reforçou que já existe regramento para isso, e que o comitê é uma forma de envolver a sociedade civil e os usuários em discussões como aquela. Disse não ver motivo de preocupação quanto à sobreposição, explicando que, quando se menciona que o comitê poderá utilizar o diagnóstico da APA, isso ocorre porque muitas informações já levantadas pela APA também servem ao plano de bacia, ainda que não integralmente, já que as áreas não são exatamente as mesmas, havendo apenas sobreposição parcial. Ana Carolina Flôres afirmou que hoje existe um conselho sediado em Araguacema, do qual não participa nem deseja participar, e defendeu que, para a criação de um comitê, essa proposta deveria ser discutida em conjunto com o conselho, de modo a avaliar qual seria sua real utilidade, já que o plano contempla diversos requisitos. Disse que não existem grandes projetos de irrigação na região, e que, caso viessem a existir, já seriam exigidos estudos obrigatórios. Questionou se isso não levaria a sociedade a um desgaste excessivo, e qual seria, de fato, a necessidade de criação do comitê — fazendo um desabafo sobre quantos anos a comunidade vem se reunindo e se mobilizando, e mencionando que há pessoas que sugerem a criação de outros comitês, como o de agrotóxicos, defendendo que é preciso haver respeito com

o trabalho já realizado, sob pena de configurar um desrespeito com a própria APA. Perguntou o que, de fato, mudaria com a existência do comitê, sugerindo que, em vez disso, poderia ser criada uma pasta dentro do próprio conselho, já que a APA já tem como finalidade a proteção dos recursos hídricos. Questionou, por fim, onde estava o comitê durante todo esse processo, já que não participou de sua construção. Fernando, da ADSTO, afirmou que estavam ali enquanto sociedade, discutindo abertamente, sem nada contra ONGs, mas relatou que, em determinada apresentação, outra instituição mencionou a criação de um aplicativo e chegou a falar sobre patrocínio para que proprietários recuperassem áreas de preservação permanente. Disse que, no próprio plano de manejo, já está contemplada a recuperação de APP, questionando por que uma empresa ou ONG externa precisaria se envolver nesse mesmo propósito, reforçando a sensação de estarem sendo observados por mais um agente externo. Heitor acrescentou que há também outras pessoas, sem o devido embasamento técnico, que se manifestam sobre o tema. Elogiou as explicações trazidas por Fernan, dizendo que, a cada intervenção, ele esclarecia bastante o assunto. Comentou sobre a questão da ONG, descrevendo-a como uma organização internacional que chega à região, desconsiderando quem já está presente, com embasamento técnico, e que passa a sugerir que fará a regulação e o monitoramento da área. Fernan Vergara (IAC) concluiu dizendo que a criação de comitês, por vezes, decorre de questões políticas de Estado, mencionando que a Semarh lida com esse tema. Em sua opinião, talvez tenha faltado articulação entre a Semarh e o Naturatins para decidir, de fato, se era o momento adequado e de que forma o comitê poderia agregar valor. Disse acreditar, assim como Victor havia colocado, que o contrário também seria válido — ou seja, que o conselho gestor da APA tivesse uma cadeira no comitê de águas, de modo que um complementasse o outro. Afirmou que, se tratados de forma conjunta, os dois instrumentos podem se potencializar, já que o que estava sendo discutido ali, relacionado a recursos hídricos, equivale, na prática, a um plano de bacia. Fernando, da ADSTO, agradeceu as explicações trazidas por Fernan, afirmando que trouxeram muito conhecimento e que aquele assunto havia sido levantado justamente como forma de prevenção. Heitor acrescentou que, na parte relacionada a recursos hídricos, o professor está presente tanto na APA quanto no comitê. Fernan Vergara (IAC) relatou que foi convidado por Guilherme para dar uma palestra sobre o plano de bacia, sendo solicitado como especialista em qualidade da água, assim como o professor Emerson, e mencionou que há a possibilidade de elaboração de um plano de bacias, embora isso seja outra discussão. Dirigindo-se a Tacyano Potulski, na qualidade de vice-presidente, afirmou que, em qualquer discussão no comitê, ele deve sempre considerar o plano de manejo da APA, não podendo apresentar qualquer posicionamento sem levar em conta o que já foi definido, devendo assegurar que tudo o que for pertinente ao plano de manejo seja levado ao comitê. Tacyano Potulski afirmou que a grande questão envolvida é a insegurança jurídica. Relatou que, há cerca de 30 anos, a APA foi criada com pouco estudo e de forma muito rápida, e que, desde então, vêm trabalhando para resolver essa situação, retomando um projeto que já existia e revisando-o, com dedicação de várias pessoas. Disse que, justamente quando estão próximos de concluir esse processo, surge a proposta de criação de outro instrumento. Afirmou que, hoje, há insegurança jurídica em relação a qualquer comitê, e que essa insegurança já havia sido mencionada por ele em outra reunião. Defendeu que, caso algo semelhante seja criado, deve ser feito com base em dados e conhecimento técnico, lembrando quanto investimento deixou de chegar à região pela ausência de um plano de manejo com a qualidade técnica que hoje possuem, atrasando, segundo ele, 30 anos da vida de todos. Esclareceu que não são contrários ao comitê, mas que têm receio de que se repita o que ocorreu com a criação da APA. Defendeu que, caso seja criado, o comitê precisa estar integrado, participar do conselho e ser baseado em estudo técnico de qualidade, considerando que já existem o plano de manejo e a legislação correspondente, o que reforça sua preocupação. Elineide comentou que é positivo terem chegado àquele momento de debate. Mencionou que, na legislação, existe também a Política Nacional de Aquicultura e Pesca, e que cada política possui sua própria camada, havendo, por vezes, falta de diálogo entre elas. Disse ter aprendido muito com a discussão, e

perguntou como seria possível somar esforços, defendendo que o ideal seria que essas políticas conversassem entre si. Comentou que o setor privado, por exemplo, muitas vezes perde informações, e que ali há uma grande oportunidade de cobrar que a Semarh dialogue com o Naturatins. Disse que, se fortalecerem esse diálogo — assim como Fernan mencionou, mantendo o plano de manejo como referência — a discussão pode avançar muito mais. Defendeu a necessidade de fortalecer a gestão pública, reconhecendo que, por vezes, a sociedade se decepciona, mas reforçando a importância de se posicionar e cobrar, assumindo a responsabilidade como cidadãos e reconhecendo quando um trabalho foi bem feito. Fernando, da ADSTO, afirmou que quem viesse a liderar esse processo deveria primeiro identificar qual é o órgão fiscalizador responsável — no caso, o Naturatins — e, a partir disso, buscar o diálogo necessário. Criticou a possibilidade de se constituir um comitê sem informações básicas, como, por exemplo, a extensão do rio do Coco, defendendo que não se deveria criar o comitê primeiro e buscar entender depois. Defendeu a necessidade de diretrizes claras, afirmando que, se o Naturatins não tivesse sido consultado, o processo já teria começado de forma equivocada, sendo necessário desfazer o que havia sido feito e recomeçar, seguindo o rito correto, o que evitaria boa parte das dúvidas e problemas levantados. Sarah Rodovalho (IAC) comentou que esse tema se encaixa bem nos programas apresentados, pois a gestão precisa ser ocupada de fato. Disse que o plano de manejo fornece diretrizes para esses espaços, mas que ele precisa se efetivar na prática. Quanto ao comentário de Elineide sobre andar com o plano de manejo "debaixo do braço", afirmou que, em todas as escalas, é preciso haver defensores do plano, e que, se ele for aprovado e permanecer apenas guardado, o espaço de gestão ficará vazio. Destacou que, ao se fortalecer a atuação governamental, sobra menos espaço para a atuação de agentes não governamentais. Fernando, da ADSTO, fez um cálculo aproximado do público médio em cada oficina, citando como exemplo cerca de 100 pessoas, e disse que as reuniões deveriam continuar ocorrendo. Alertou que, caso o comitê de bacia seja criado e suas reuniões conterem apenas com a participação de uma minoria, seria necessário, como já mencionado pela professora, que a sociedade se organizasse. Disse que já foram, em certo sentido, deixados de lado anteriormente, e que estão tentando sair dessa situação, defendendo que, ou a sociedade se organiza como um todo, ou correrão o risco de serem novamente deixados de lado. Fernan Vergara (IAC) disse que, em breve, terão um plano de manejo aprovado, e que, em qualquer discussão futura no comitê de bacia, será necessário garantir que o conteúdo do plano seja respeitado. Afirmou que toda a parte hídrica do plano de manejo foi muito bem elaborada, e que, por isso, considera pouco provável que alguém, ao elaborar um plano de bacia, precise refazer o que já havia sido feito. Disse que, se não tivesse segurança de que a parte hídrica havia sido bem trabalhada, ficaria preocupado, mas que, após analisar o diagnóstico, constatou que a parte técnica relacionada aos recursos hídricos foi muito bem desenvolvida, incluindo o levantamento das principais estações de monitoramento de vazão e um estudo de disponibilidade hídrica. Recomendou fortemente a Tacyano Potulski que, sempre que esse tema for discutido no comitê, levem o plano de manejo como referência, o que trará a segurança jurídica buscada. Fernando voltou a questionar por que o comitê precisaria de tanto recurso financeiro. Fernan Vergara (IAC) concluiu afirmando que, tendo um plano de manejo consolidado, eles têm todo o direito de exigir que qualquer discussão promovida pelo plano de bacia leve em conta o plano de manejo já existente. Ana Carolina Flôres acrescentou que essa discussão também deveria passar pelo conselho. Fernan reforçou a importância de haver representação cruzada entre as instâncias — uma cadeira da APA no comitê, e uma cadeira do comitê na APA —, afirmando que essa troca de representantes cria uma ponte, com a responsabilidade de levar e trazer informações entre as duas instâncias, potencializando o que já vem sendo desenvolvido. Tacyano Potulski perguntou se aquilo havia constado em ata. Ana Livia confirmou que sim. Hélia informou que o conselho já havia solicitado uma cadeira no comitê. Encaminhando o fim da audiência, Sarah Rodovalho (IAC) agradeceu imensamente, afirmando que todas as audiências realizadas em Abreulândia ocorreram de maneira acolhedora, com boas discussões, e apresentou o cronograma

388 dos próximos dias. O Prefeito Manoel agradeceu a presença de todos, com destaque especial aos
389 representantes dos assentamentos, e afirmou que a audiência havia sido muito positiva.
390 Agradeceu ao IAC, ao Naturatins e às pessoas vindas de outras cidades.

2.2. Divinópolis do Tocantins

Ata da Audiência Pública – Apresentação dos programas
Data: 22.06.2026
Início: 08:45h
Fim: 10:30h
Local: Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins

Histórico

1 A cerimônia deu abertura à audiência, destacando a importância de utilizar a natureza, mas de
2 utilizá-la com cuidado e consciência. Afirmou que, naquele momento, estavam reunidos para
3 finalizar o trabalho, e que o plano de manejo é o documento legal que rege o funcionamento da
4 APA. Apresentou os participantes do convênio — IAC/UFT, Naturatins e ADSTO — e convidou para
5 compor a mesa: a Secretária de Meio Ambiente, Larissa Emiliano, representando o poder
6 executivo; a Secretária de Administração, Ana Paula Farias; o representante do Naturatins, Victor
7 Moreto; o supervisor da APA e presidente do Conselho Gestor da APA, Fábio Dias; o representante
8 da ADSTO, Tacyano Potulski; e o Presidente do IAC/UFT, Humberto Xavier, representando o
9 Sindicato Rural, Jhonata Araújo. Passou a palavra a Larissa Emiliano que deu bom dia a todos e
10 agradeceu a presença. Afirmou que o trabalho é muito importante para o desenvolvimento da
11 região e que esperava que fosse uma reunião boa e participativa, de modo que todos saíssem sem
12 dúvidas. Agradeceu à equipe pelo desenvolvimento do trabalho e desejou que tudo saísse bem
13 para todos. Ana Paula Farias deu bom dia a todos e agradeceu a presença de cada um. Victor
14 Moreto (Naturatins) deu bom dia a todos e, dirigindo-se aos moradores da região, afirmou que
15 estavam ali para apresentar os programas do plano de manejo, etapa também muito importante,
16 pois trata da gestão e de como avançar a partir daquele momento — um ponto essencial para
17 esclarecer dúvidas, especialmente nas prefeituras. Relatou que, no dia anterior, em Abreulândia,
18 haviam conversado sobre incentivos e pesquisa, e pediu que todos observassem com atenção para
19 que pudessem discutir e melhorar o fluxo de comunicação, aproximando o órgão estadual das
20 prefeituras e da gestão como um todo, de modo a se ter, de fato, um plano de manejo efetivo,
21 capaz de gerar melhorias para a comunidade e segurança jurídica. Tacyano Potulski, representante
22 da ADSTO, deu bom dia a todos e parabenizou a equipe pelo trabalho técnico desenvolvido.
23 Afirmou que, como Victor havia colocado, o plano de manejo vem trazendo segurança jurídica,
24 demonstrando que é possível proteger o meio ambiente e, ao mesmo tempo, produzir,
25 melhorando a qualidade de vida das pessoas sem deixar de proteger o meio ambiente, destacando
26 essa como a grande evolução do novo plano em relação ao anterior. Por fim, o prof. Humberto
27 Xavier (IAC) deu bom dia a todos, cumprimentou os representantes presentes e agradeceu à
28 Câmara Municipal pelo espaço cedido. Afirmou que, finalmente, depois de 30 anos de luta,
29 começavam a encaminhar um final feliz para aquela região, a maior APA do Estado, com grande
30 biodiversidade, e que o ponto central era equilibrar meio ambiente, produção e pessoas —
31 destacando que nenhum desses eixos é mais importante do que o outro, sendo necessário o
32 equilíbrio entre eles. Informou que, naquele dia, apresentariam os programas de manejo,
33 recorrendo ao exemplo do médico: quando se tem um problema de saúde, o bom médico começa
34 perguntando e ouvindo o paciente — e foi exatamente isso o que a equipe fez ao longo do ano
35 anterior, nos nove municípios e em alguns assentamentos. Depois disso, o médico solicita exames
36 e chega a um diagnóstico, para então indicar o remédio ou a cirurgia necessária, e destacou ser

essa justamente a etapa que estavam finalizando naquele momento. Informou que, naquele dia, apresentariam os programas pensados para o manejo, de forma a não agredir o meio ambiente, mas também sem retirar o direito de produção do município. Reforçou que o plano de manejo não está terminando naquele momento, mas apenas começando, e que é um instrumento que trará segurança jurídica, esperando que os presentes pudessem ser multiplicadores dessas informações para a população de Divinópolis do Tocantins. A prof. Sarah Rodovalho (IAC) assumiu a fala, informando que o documento completo está disponível no site há 20 dias, e que na audiência seria apresentado um resumo, para tornar a apresentação mais dinâmica. Ressaltou a importância da gestão após a conclusão do plano de manejo. Explicou a definição de programas de manejo, conforme o slide 2. Explicou as responsabilidades do Naturatins, das prefeituras, dos órgãos estaduais de meio ambiente, dos órgãos municipais e da participação social dentro da gestão da APA. Informou que, ao longo do processo, já haviam conversado com aproximadamente 4.000 pessoas, e que era necessário continuar mobilizados. Esclareceu que os programas não entram em vigor no mesmo dia em que o plano de manejo é aprovado; uma vez aprovado o documento, a gestão da APA passa a se planejar quanto à forma, ao tempo e à maneira de implementação de cada programa. Explicou que, havendo necessidade de revisão após a aprovação do plano de manejo, essa revisão pode ser feita de forma isolada — por exemplo, se um programa específico precisar ser atualizado, apenas ele é atualizado. Apresentou os 14 programas previstos, conforme o slide 5. Iniciou a explicação dos programas do eixo de desenvolvimento socioeconômico a partir do slide 6, começando pelo Programa 7 (água, segurança hídrica, saneamento rural e resíduos). Apresentou o Programa 9 (controle de espécies exóticas/invasoras), conforme os slides 8 e 9. Apresentou o Programa 11 (redução dos impactos da agricultura e dos agroquímicos), conforme os slides 10 e 11, e comentou que, nas audiências anteriores, foi muito discutida a questão da aplicação e da cadeia produtiva relacionada, destacando a necessidade de treinamento na aplicação, para evitar tanto perdas financeiras quanto ambientais. Apresentou o Programa 12 (agroextrativismo, bioeconomia e desenvolvimento socioeconômico), conforme os slides 12 e 13. Ao apresentar o Programa 13 (slides 14 e 15 — cultura, educação ambiental e saberes tradicionais), comentou que esse tema também havia sido muito discutido nas etapas anteriores. Apresentou o Programa 14 — governança territorial, demandas fundiárias e mediação institucional de conflitos de uso —, conforme os slides 16 e 17. Passou então aos slides 18 e 19, informando que, a partir daquele ponto, seriam tratados os programas diretamente ligados à proteção ambiental. Iniciou apresentando o Programa 3 (licenciamento, fiscalização territorial, conectividade e conformidade ambiental), conforme os slides 18 e 19. Explicou o Programa 6 (recuperação ecológica e conservação do solo), conforme os slides 20 e 21. Apresentou o Programa 8 (proteção, prevenção e monitoramento da biodiversidade nativa), conforme os slides 22 e 23. Apresentou o Programa 10 (manejo integrado do fogo), conforme os slides 24 e 25. Informou que, a partir daquele momento, iniciaria o terceiro bloco de programas, relacionados à coordenação e governança, ressaltando que, para executar todos os programas anteriores, é necessário continuar participando da gestão após a conclusão do plano de manejo, e que a comunidade precisa continuar sendo ouvida. Apresentou o Programa 1 (participação social), conforme os slides 26 e 27. Explicou o Programa 2 (fortalecimento institucional e capacidade de gestão da APA), afirmando que, em sua opinião, esse é o mais importante dos programas — destacou que o plano de manejo é um produto muito bom, mas que precisa ser implementado, e que, para isso, é necessário um fortalecimento institucional. Citou a presença de apenas quatro representantes da APA na audiência, ressaltando que quatro pessoas, isoladamente, não conseguem resolver essa questão. Apresentou o tema conforme os slides 28 e 29. Diante da comparação feita por Humberto Xavier (IAC) entre o trabalho desenvolvido e uma consulta médica, Sarah Rodovalho (IAC) complementou afirmando que, quando o médico prescreve um remédio, é simples — basta tomá-lo —, mas que, no caso dos programas, é como se o médico dissesse: “você precisa se exercitar”, e aí depende da própria pessoa escolher qual atividade física realizar. Da mesma forma, as pessoas que compõem a gestão

da APA precisarão buscar a melhor maneira de executar os programas, razão pela qual o fortalecimento institucional é tão importante. Deu como exemplo que, sem o esforço da prefeitura na mobilização e na organização do espaço, a revisão do plano de manejo não estaria obtendo o mesmo sucesso. Explicou o Programa 4 (indicadores de sustentabilidade, boas práticas e avaliação permanente do plano), conforme os slides 30 e 31. Apresentou o Programa 5 (pesquisa, inovação e gestão da informação ambiental), conforme os slides 32 e 33. Comentou que Paulo, estagiário do IAC, está desenvolvendo seu trabalho de conclusão de curso em Economia sobre a APA Ilha do Bananal/Cantão. Encerrou a apresentação e abriu o espaço para que os presentes se manifestassem, incentivando dúvidas, perguntas e questionamentos, e informou sobre a disponibilidade do QR code, mas destacou que era interessante que as perguntas fossem feitas naquele momento. Lucilene questionou se existe algum projeto específico voltado ao controle da caça, uma vez que a caça, a pesca e a captura possuem um componente cultural — havendo pessoas que entendem que os animais existem para serem caçados — e perguntou como seria possível mudar essa cultura e controlar essa questão. Perguntou também sobre a equipe mencionada, questionando se a responsabilidade seria municipal ou se tratava de um programa federal. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu, informando que começaria a resposta e que Victor complementaria em seguida. Explicou, de maneira geral, que o programa corresponde à diretriz (“precisamos fazer mais exercício”), e que o planejamento específico de como isso será feito — se a pessoa vai correr, jogar futebol, praticar duas ou três vezes por semana — depende de cada indivíduo. Exemplificou que, se fosse ela a executar, faria de um jeito; se fosse a Hélia, faria de outro — e que somente ao começar saberão exatamente como o programa será conduzido. Destacou que, sempre que se busca mudar processos culturais, é necessário passar pela parte educativa, conscientizando as pessoas sobre como agir. Explicou que, ao conseguir monitorar onde estão os animais, por exemplo, a ariranha, espécie em risco de extinção, e ao identificar que ela costuma ser vista em determinado local, a equipe consegue ficar mais atenta e monitorar melhor a situação. Como segundo ponto, destacou a necessidade de buscar apoio político, citando que, em ano eleitoral, com a chegada de um novo governador, as equipes mudam, sendo esse apoio político fundamental para o fortalecimento do órgão. Explicou que a equipe apresentada é a da supervisão da APA, e que, em vez de quatro pessoas presentes naquele dia, poderia haver, por exemplo, doze. Reconheceu que essa ampliação depende de vontade política, e que, embora não deva ocorrer de imediato, espera-se que aconteça ao longo do processo. Afirmou que, uma vez aprovado o plano de manejo, esse planejamento também deveria nortear o que ocorre dentro da Secretaria de Meio Ambiente — por exemplo, contando com pessoas dentro da própria secretaria para fortalecer a equipe da APA. Larissa, secretária de meio ambiente, informou que já realizam um trabalho em parceria com a APA, atuando na questão da caça e do fogo. Reconheceu que esse trabalho não ocorre exatamente da forma que gostariam, mas que já é possível observar certo impacto positivo: anteriormente, na zona urbana, eram registrados muito mais focos de incêndio, e hoje já se nota uma redução. Ainda assim, ressaltou que, quanto mais avançarem nesse trabalho, melhor. Sarah Rodovalho (IAC) complementou, afirmando que não necessariamente significa “melhor”, mas que, quanto mais organizado o processo, melhor o resultado. Larissa concordou. Sarah Rodovalho (IAC) destacou que os recursos humanos e financeiros são sempre escassos, e perguntou a Victor se ele desejava complementar. Victor Moreto (Naturatins) confirmou, afirmando que, em relação à caça, a situação é exatamente como a professora colocou: trata-se de uma questão de educação ambiental, sendo necessário seguir as políticas nacionais voltadas a essa temática. Explicou que se trata de uma questão cultural, e que a caça é regulamentada em nível federal e que o órgão segue as leis federais e, portanto, não há como permitir a atividade, a não ser que haja mudança na política nacional. Destacou que, nesse contexto, entram os programas de educação, cuja ideia é aproximar essas temáticas da realidade vivida na região. Em relação às equipes, afirmou que essa questão dos servidores foi bastante discutida, inclusive tendo sido levantada na audiência anterior, no contexto da descentralização dos processos, e que

acredita ser uma medida viável no futuro. Explicou que a ideia é que ele próprio, em Palmas, com base em um documento técnico, possa justificar a necessidade de mais pessoal para essa área, pois reconhece que existe uma demanda real. Relatou que, recentemente, visitou a SEMAD em Goiânia, onde constatou que trabalham intensamente com esse modelo, em um programa vinculado à secretaria, e não à unidade de conservação em si, contando até com uma diretoria específica voltada à descentralização. Informou que, hoje, no Estado de Goiás, 103 municípios realizam a análise dos processos de licenciamento, sendo esse um programa da própria secretaria, que conta com técnicos dedicados exclusivamente ao contato com as prefeituras, para atualizações no sistema, em procedimentos e em legislação. Afirmou que essa descentralização foi implementada justamente para que os municípios passassem a atuar diretamente. Comparando com a realidade do plano de manejo em construção, observou que, no Tocantins, apenas Palmas, Gurupi e Araguaína realizam a análise de processos de licenciamento, enquanto nos demais mais de cem municípios é o Naturatins quem realiza todo o trabalho, o que sobrecarrega o órgão. Larissa concordou, afirmando que isso facilitaria o trabalho para a região. Victor Moreto (Naturatins) confirmou, afirmando que se trata de uma sensação de pertencimento: a pessoa que mora no local analisa a realidade daquele local. Explicou que, para que a descentralização ocorra, trata-se de uma questão política, é necessário, primeiramente, que as secretarias se estruturam, passando por análise das prefeituras, havendo todo um procedimento legal já previsto para esse fim. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou se isso poderia ser uma ação dentro desse programa. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que poderia. Informou que Fábio Dias e Hélia Silva estavam presentes, e que praticamente tudo o que envolve a resolução de questões das unidades de conservação acaba ficando concentrado em Palmas. Explicou que Fábio conta com pouco mais de 20 servidores, sendo a maioria brigadistas, o que sobrecarrega também a equipe de Palmas, responsável por mais 12 unidades de conservação. Relatou que, atualmente, no parque há apenas dois biólogos, e que estão buscando, por meio de articulação política, conseguir trazer mais pessoal. Afirmou que tudo o que estavam discutindo naquele momento — o plano de manejo — representa apenas o início do trabalho, e que ele próprio precisa de mais pessoas trabalhando naquela frente. Diniz perguntou quando o shape do zoneamento seria disponibilizado. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o cronograma e informou que, quando todo o processo estiver consolidado e encaminhado ao Naturatins, acredita que será possível disponibilizar o material. Victor Moreto (Naturatins) confirmou, explicando que, após a conclusão do processo, a equipe retornará à mesa para consolidar tudo o que foi coletado ao longo das audiências, e o material seguirá para a aprovação do Naturatins, a partir desse ponto, já poderá ser disponibilizado. Explicou que, na sequência, ele próprio convocará Fábio, que por sua vez convocará o conselho, e o processo seguirá para aprovação do conselho gestor. Concluída essa etapa, o documento é publicado em Diário Oficial e o processo se encerra. Esclareceu, no entanto, que os arquivos digitais somente serão disponibilizados a partir do momento em que o Naturatins der seu aval. Diniz informou que existem alguns licenciamentos em andamento, e que seria interessante considerar essa situação. Victor Moreto (Naturatins) explicou que os processos em andamento seguem a regra anteriormente vigente, e que os processos novos passarão a seguir as novas regras somente a partir da publicação do novo plano. Larissa questionou quais seriam as datas previstas para essa publicação. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, em julho, finalizarão o produto; em agosto, o produto estará com o Naturatins, que fará uma análise minuciosa do material. Ao final de agosto, será possível acionar o conselho gestor, cujo regimento interno prevê um prazo de 10 dias para análise — podendo o conselho aprovar de imediato ou optar por analisar com mais calma, inclusive consultando o grupo técnico (GT). Larissa manifestou preocupação com o período de campanha eleitoral, que pode se prolongar, e com o fato de que, ao final do ano, mudanças políticas tendem a alterar todo o cenário. Victor Moreto (Naturatins) afirmou que também desejam, até setembro, ter essa questão resolvida. Humberto Xavier (IAC) questionou se a previsão seria de fato em setembro, pois acreditava que seria em julho. Victor Moreto (Naturatins) explicou que também é

187 necessária a aprovação do conselho gestor. Reforçou que, por essa razão, acredita que entre agosto
188 e setembro já será possível concluir o processo. Destacou que o conselho já está acompanhando o
189 trabalho junto com a equipe, de modo que talvez não haja muito o que avaliar a mais naquela
190 etapa, mas que isso dependerá dos próprios conselheiros. Fábio, retomando o tema dos
191 procedimentos, perguntou se seria necessário marcar uma reunião do IAC com os conselheiros.
192 Victor Moreto (Naturatins) respondeu que acredita que essa reunião não esteja prevista no
193 convênio. Maria Carolina (IAC) e Humberto Xavier (IAC) afirmaram que, caso seja necessário, o IAC
194 está à disposição. Victor Moreto (Naturatins) explicou que a ideia é que o próprio Naturatins
195 apresente o material ao conselho, já que essa reunião não consta no convênio, mas que, caso o
196 IAC tenha disponibilidade, sua participação seria muito bem-vinda. Sarah Rodovalho (IAC)
197 destacou a importância de divulgar amplamente as informações relativas a data da reunião de
198 aprovação do plano de manejo no Conselho gestor deliberativo. Visto que muitos devem ser os
199 interessados nessa pauta. Victor Moreto (Naturatins) exemplificou, citando que houve um senhor
200 que, em determinado momento, perguntou sobre algo já tratado desde o início do processo, e que
201 sempre haverá alguém que não estava presente em etapas anteriores. Explicou que, no conselho,
202 boa parte dos membros acompanha o processo desde o início, mas que eventualmente surgirá
203 alguém que não está totalmente inteirado, razão pela qual é importante reservar esse momento
204 de esclarecimento. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou se mais alguém desejava fazer algum
205 comentário; como ninguém se manifestou, apresentou o restante do cronograma. Larissa
206 agradeceu a presença de todos, realizou o encerramento da audiência e incentivou os presentes a
207 continuarem mobilizados.

2.3. Monte Santo do Tocantins

Ata da Audiência Pública – Apresentação dos programas	
Data:	22.06.2026
Início:	14:40h
Fim:	16:00h
Local:	Auditório da prefeitura de Monte Santo do Tocantins

Histórico:

1 O cerimonial deu abertura à audiência, destacando a importância da agenda, e convidou para
2 compor a mesa: o Secretário de Agricultura, Antônio Neto; o Vereador Doriel Carneiro; o
3 representante do Naturatins, Victor Moreto; o supervisor da APA e presidente do Conselho Gestor
4 da APA, Fábio Dias; o representante da ADSTO, Fernando Vargas; o Secretário de Administração,
5 Carlito, representando a Prefeita; e o Professor Humberto Xavier, do IAC/UFT. Chamou Pedro
6 Teixeira para realizar uma oração e, em seguida, passou a palavra a Victor Moreto (Naturatins).
7 Victor Moreto (Naturatins) cumprimentou todos os presentes, pontuando que haviam chegado a
8 Monte Santo para a última rodada de audiências. Explicou que, naquele dia, seria apresentado o
9 conteúdo dos programas, e que, assim como ocorreu anteriormente no zoneamento, foram
10 elaboradas propostas de programas para diversos temas. Afirmou que era o momento de
11 apresentar o que a equipe pensa para dar sequência ao trabalho, e incentivou os presentes a
12 observarem atentamente e a tirarem suas dúvidas. Destacou que é necessário que a população
13 esteja a par da situação, para que possa cobrar e para que se alcance o que todos desejam:
14 desenvolvimento e preservação do meio ambiente. Afirmou que aquele momento descreve o que
15 o Naturatins pensa para os próximos anos, e pediu que todos contribuíssem, para que a equipe
16 pudesse considerar essas contribuições no plano. Fernando Vargas, representante da ADSTO,
17 agradeceu a presença de todos e afirmou que aquele seria o momento que deveria reunir mais
18 público, pois tratava-se da apresentação dos programas — etapa essencial para que todos saibam

como se adequar a partir daquele momento. Reconheceu a dificuldade de mobilização, mas ressaltou que, com os meios de comunicação disponíveis atualmente, não é mais possível alegar desconhecimento. De acordo com ele, adiantando o que Sarah apresentaria, afirmou que seria um momento muito importante, especialmente para os municípios, observando que em outros municípios as autoridades têm sido as primeiras a irem embora. Disse acreditar que, se não houver um trabalho de comunicação política dentro dos municípios, dificilmente os auditórios estarão cheios, ainda que essa fosse a expectativa. Relatou ter criado uma lista de transmissão com mais de 200 pessoas para Paraíso do Tocantins, município totalmente impactado pela APA. Destacou que o IAC vem apresentar os frutos que plantaram e que estão colhendo, e convocou todos a aproveitarem a oportunidade. O Vereador Doriel Carneiro assumiu a fala agradecendo a toda a equipe e afirmou que aquela seria a última reunião realizada no município. O Presidente do IAC/UFT, Humberto Xavier, deu boa tarde a todos e confirmou que se tratava, de fato, da última reunião referente ao plano de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão. Cumprimentou a todos e informou que a audiência trataria do plano de manejo, explicando que o objetivo era definir o que fazer a partir daquele momento, já que haviam chegado à última etapa da construção coletiva do plano. Associou a construção do plano de manejo a uma consulta médica: ao chegar ao médico com dor de cabeça, o profissional investiga os demais sintomas, solicita exames para chegar a um diagnóstico e, então, prescreve o remédio adequado. Da mesma forma, de acordo com Humberto Xavier, aquele era o momento final da construção do plano de manejo, mas apenas o início de uma ferramenta com um objetivo único: equilibrar pessoas, meio ambiente e produção. Destacou que tiveram a oportunidade de trabalhar em conjunto com o Naturatins, e que instituições unidas se fortalecem — quando as instituições trabalham juntas, todos compreendem e compartilham um objetivo comum. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou se tinha alguém presente que não havia participado da audiência anterior; três pessoas se manifestaram. Em seguida, Sarah Rodovalho (IAC) informou que estavam dando continuidade a um processo, apresentou o *QRcode* de dúvidas, e pontuou que Paulo, estagiário do IAC, estava passando a lista de presença. Esclareceu que tudo estava sendo registrado em ata. Explicou o objetivo dos programas, conforme o slide 2. Relembrou os responsáveis pela gestão da APA, conforme o slide 3 — Naturatins, prefeituras, órgãos estaduais de meio ambiente e órgãos municipais de meio ambiente, além da participação social, por meio do conselho gestor deliberativo e da gestão democrática. Relembrou a quantidade de pessoas que já haviam participado do processo participativo e destacou a importância de que continuem mobilizadas após a conclusão do plano de manejo. Explicou a execução dos programas em três fases estratégicas, conforme o slide 4. Informou que, em uma eventual revisão futura, essa revisão pode ser feita de forma fracionada, abrangendo apenas os programas que precisarem ser atualizados. Apresentou os 14 programas propostos, conforme o slide 5. Informou que compartilharia, primeiramente, os programas relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, e apresentou o Programa 7 (água, segurança hídrica, saneamento rural e resíduos), conforme os slides 6 e 7. Apresentou o Programa 9 (controle de espécies exóticas e invasoras), conforme os slides 8 e 9. Apresentou o Programa 11 (redução dos impactos da agricultura e dos agroquímicos), conforme os slides 10 e 11. Apresentou o Programa 12 (agroextrativismo, bioeconomia e desenvolvimento socioeconômico), conforme os slides 12 e 13. Apresentou o Programa 13 (cultura, educação ambiental e saberes tradicionais), conforme os slides 14 e 15, e comentou sobre a percepção notável, ao longo do processo de revisão do plano de manejo, da mudança positiva na forma como as pessoas passaram a ver a APA. Apresentou o Programa 14 (governança territorial, demandas fundiárias e mediação institucional de conflitos de uso), com base nos slides 16 e 17. Informou que, a partir daquele ponto, passaria para o bloco de programas relacionados à proteção ambiental. Apresentou o Programa 3 (licenciamento, fiscalização territorial, conectividade e conformidade ambiental), conforme os slides 18 e 19, e informou que essa apresentação seria compartilhada no site. Apresentou o Programa 6 (recuperação ecológica e conservação do solo), conforme os slides 20 e 21. Apresentou o Programa 8 (proteção, prevenção

e monitoramento da biodiversidade nativa), conforme os slides 22 e 23. Apresentou o Programa 10 — manejo integrado do fogo, conforme os slides 25 e 26. Informou que passaria a apresentar os programas relacionados à coordenação e à governança, e apresentou o Programa 1 (participação social), conforme os slides 26 e 27. Apresentou o Programa 2 (fortalecimento institucional e capacidade de gestão da APA), conforme os slides 28 e 29, afirmando que, em sua opinião, esse é o mais importante dos programas, pois, tecnicamente, o plano está ótimo, mas precisa ser operacionalizado e colocado em prática. Citou os quatro integrantes da gestão da APA presentes na audiência, mas afirmou ser necessário um número muito maior, já que são 14 programas e é preciso reforço para a implementação de todos eles. Voltou a mencionar o Programa 2 (fortalecimento institucional e capacidade de gestão da APA) e, em seguida, apresentou o Programa 4 (indicadores de sustentabilidade, boas práticas e avaliação permanente do plano), conforme os slides 30 e 31. Destacou a importância da mobilização, exemplificando o papel das prefeituras no apoio à mobilização para as reuniões da revisão do plano de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão. Apresentou o Programa 5 (pesquisa, inovação e gestão da informação ambiental), conforme os slides 32 e 33. Finalizou a apresentação dos programas e informou que passaria para a etapa de discussão, perguntando quem tinha dúvidas. Angélica, de Paraíso do Tocantins, relatou uma dúvida que seus clientes costumam apresentar: o primeiro ponto, de acordo com ela, seria sobre o desmatamento — questionou como ficaria essa questão, considerando que, na audiência anterior, foi explicado que tudo depende de estudo técnico, entre outros fatores, mas perguntou especificamente como ficaria a questão do desmatamento. Sarah Rodvalho (IAC) esclareceu que entendia a pergunta por dois caminhos possíveis: o procedimento legal, ou como funciona na prática. Sarah Rodvalho (IAC) explicou que, conforme compartilhado em audiência anterior, é necessário verificar em qual zona a propriedade se encaixa, pois, cada zona possui suas próprias condicionantes. Victor Moreto (Naturatins) confirmou, afirmando que isso dependerá muito do local, e que, conforme já explicado nas audiências anteriores, cada zona possui suas próprias regras e particularidades, o que não vai mudar. Esclareceu que a supressão será permitida em praticamente todas as zonas, ainda que algumas exijam projetos adicionais. Explicou que o processo seguirá o mesmo rito: solicitação, abertura do processo no órgão (AEF) e, quando houver necessidade de supressão, será necessária a manifestação da unidade de conservação. Explicou que, ao realizar a solicitação de supressão junto à GEREFF, os técnicos identificam se a área está dentro da unidade de conservação e, caso esteja, encaminham o processo ao setor responsável para análise. Em relação a uma pergunta recorrente nas audiências anteriores sobre prazos, Victor Moreto (Naturatins) explicou que todas as informações levantadas nas audiências de zoneamento foram registradas, e que a equipe está compilando esses dados junto com as informações coletadas nas audiências atuais. Esclareceu que, ao pensarem no zoneamento, a ideia inicial era apresentar a proposta e colher informações, e, posteriormente, apresentar os programas e colher novas informações; ao apresentarem o zoneamento, a equipe já trazia algumas ideias de programas, razão pela qual o processo de zoneamento atrasou um pouco. Informou que, concluídas as audiências, a equipe compilará os dados em julho junto ao IAC; em agosto, a equipe do Naturatins entrará para validar o processo compilado. Após a validação interna do Naturatins, ele comentou que acionará Fábio Dias (supervisor da APA e presidente do Conselho Gestor da APA) para que o plano seja levado à aprovação do conselho gestor. Destacou que boa parte do conselho está presente nas audiências e acompanhando todo o processo, razão pela qual acredita que, ao chegar ao conselho, não haverá grandes questionamentos — mas que isso depende do próprio conselho. Explicou que, uma vez aprovado pelo conselho, o documento é publicado em Diário Oficial; enquanto isso não ocorre, o conselho pode analisar e questionar o material. Na melhor das hipóteses, estima a conclusão para meados de agosto; na pior das hipóteses, para setembro. Doriel Carneiro informou que a propriedade da família está inserida na APA, e que precisam realizar algumas cercas de divisa de propriedade, questionando como funciona o procedimento referente a isso. Victor Moreto (Naturatins) explicou que todos esses tipos de solicitação precisam de

autorização do órgão, e que, dependendo da atividade, pode ou não haver necessidade de licenciamento. Esclareceu não ser da área de licenciamento, mas pontuou que existem duas situações distintas, e que não saberia, no momento, especificar em qual delas a abertura de cerca se encaixaria. Informou que, dentro do SIGAM, é possível fazer o cadastro e a solicitação correspondente, sendo o procedimento auto declaratório em ambas as situações. Reforçou que é necessário obter essa autorização para evitar problemas com a fiscalização. Marco Paiva, membro da ADSTO e produtor rural do município de Dois Irmãos, afirmou que aproveitaria a oportunidade de fala para relatar que vem acompanhando o processo desde o início, inclusive no âmbito judicial, e manifestou muito agradecimento, como produtor rural, ao Naturatins, ao IAC e à ADSTO, pelo excelente trabalho realizado, de acordo com ele. Contou que comprou sua propriedade há 17 anos, com a intenção de produzir grãos, pecuária, piscicultura e outras formas de extrativismo dentro da área rural. Informou que o Naturatins concedeu as licenças necessárias e que ele abriu parte de sua fazenda, mas que, há cerca de quatro ou cinco anos, o Naturatins passou a restringir novas autorizações por falta do plano de manejo. Relatou ter investido recursos para desenvolver a produção agrícola de soja, e que, considerando a área que pode efetivamente aproveitar — descontadas a reserva legal e a APP —, utiliza hoje apenas 25% de sua propriedade. Afirmou já ter dado entrada no CAR, e pontuou que o plano ficou perfeito sob sua ótica, pois seu único desejo é trabalhar dentro da legislação. Manifestou certo descontentamento ao constatar, na presente audiência pública, a ausência de pelo menos dez produtores rurais em um município do tamanho de Monte Santo. Afirmou estar acompanhando o processo e que esse trabalho o atende, mas que muitos produtores rurais podem não estar sendo atendidos da mesma forma, justamente por não estarem presentes nem buscando seus direitos. Reiterou sua pergunta, já feita anteriormente: quando será liberado o acesso à nuvem de dados, para que tenha algo concreto sobre a localização exata de sua propriedade — embora já saiba informalmente onde ela está, deseja ter essa confirmação formal. Parabenizou toda a equipe pelo trabalho realizado. Victor Moreto (Naturatins) reiterou o que havia explicado em audiências anteriores: ainda há muitos pontos a ajustar, como a situação da atualização da classificação florestal, por exemplo. Explicou que precisa reunir todas essas informações, somadas às coletadas naquela audiência, e que, a partir de julho, o Naturatins compilará o documento. Informou que, a partir do momento em que o material estiver validado internamente, será possível divulgar os arquivos — provavelmente no final de julho ou início de agosto —, pois, nesse ponto, o plano seguirá para a aprovação do conselho gestor, sendo essa competência exclusiva do conselho. Esclareceu que, tendo a aprovação interna do Naturatins, será possível disponibilizar o material. Informou que solicitaram ao IAC que apresentasse o trabalho ao conselho — ainda que essa apresentação não estivesse prevista no convênio. Marco Paiva questionou sobre a questão dos CARs: informou já ter o seu CAR com parecer validado, e perguntou se aguardariam a aprovação da APA para validar os demais CARs, ou se a validação ocorreria antes da aprovação do plano. Victor Moreto (Naturatins) explicou que uma coisa não depende da outra: de acordo com ele, existe um setor específico responsável pelo CAR, que está trabalhando na análise dos processos de propriedades dentro da APA e em todo o Estado. Informou que utilizam essa base de dados, inclusive por recomendação do Ministério Público, mas que o Naturatins continua trabalhando normalmente com a análise dos CARs. Afirmou que, caso um dia se chegue ao ideal de quase 100% dos CARs validados, terão uma base de dados muito mais precisa. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou se mais alguém tinha alguma pergunta, e apresentou o cronograma das audiências restantes. Não houve mais nenhuma manifestação, então convidou a Prefeita para o encerramento. Nezita Martins agradeceu a presença de todos, reforçando o que o produtor de Dois Irmãos havia mencionado: relatou que, em reunião anterior realizada ali mesmo, já havia cobrado essa questão da presença nas audiências, pois, mais cedo ou mais tarde, qualquer produtor precisará fazer uma cerca ou uma horta, e há histórico, de acordo com ela, de pessoas que foram multadas apenas por fazerem uma horta. Afirmou que a única coisa que os prefeitos podem fazer é ajudar, e que sempre foi firme na defesa desse ponto. Reconheceu as restrições

existentes no município, sendo este o de menor área territorial dentro da APA. Manifestou a crença de que, em setembro ou, no máximo, em outubro, esse processo será concluído, e o conselho gestor passará a atuar — destacando que o trabalho está sendo muito bem conduzido e acompanhado, de modo que, se houver necessidade de ajustes no conselho, acredita que serão mínimos. Agradeceu a Deus pela conclusão das reuniões em Monte Santo, e agradeceu a todas as pessoas envolvidas, especialmente aos produtores rurais. Reconheceu que o plano não vai contemplar a todos da forma exata que cada produtor necessita ou deseja, mas afirmou que, como produtora rural, ninguém protege mais o meio ambiente do que o próprio produtor rural, pois, se não preservar sua terra, ela estará fadada a não produzir. Agradeceu à equipe e pediu que continuassem com o trabalho de excelência que vêm realizando. Retomou o exemplo do produtor que utiliza 25% de sua propriedade, mas que paga por 100% dela, e expressou o desejo de que todos tenham liberdade para manter o desenvolvimento do país, pois, sem o agronegócio, a população — que só cresce — passaria fome, afirmou Nezita Martins. Encerrou agradecendo todos os presentes.

1

2.4. Dois Irmãos do Tocantins

Ata da Audiência Pública - Apresentação dos programas	
Data:	23.06.2026
Início:	08:30h
Fim:	11:40h
Local:	CRAS de Dois Irmãos do Tocantins

Histórico:

A cerimônia deu abertura à audiência, destacando que o objetivo seria apresentar os programas de manejo, e informou que estavam reunidos para finalizar essa etapa. Explicou o que é o plano de manejo e mencionou o convênio firmado entre IAC/UFT, ADSTO e Naturatins. Convidou para compor a mesa: o Prefeito Municipal, Geciran; a Vice-Prefeita, Mell Botelho; a Presidente da Associação do P.A. Salomira, representando os assentamentos rurais, Rosimeire Barbosa; o representante do Naturatins, Victor Danilo Moreto; Arthur Passos, da Agropassos; o supervisor da APA e presidente do Conselho Gestor, Fábio Dias; o representante da Frisia, David Macêdo; a representante da ADSTO, Ana Carolina Flôres; o Presidente do Sindicato Rural, Francisco “Xicão”; o Professor e Presidente do IAC, Humberto Xavier; e o Vereador Eraldo Coelho, representando o Presidente da Câmara. A Vice-Prefeita Mell Botelho assumiu a palavra dando bom dia a todos, agradeceu a presença de cada um e pediu a Deus que os protegesse, destacando ser aquela uma reunião muito importante para o município. Agradeceu à mesa, que, segundo ela, ajudou a chegar até aquele momento. Cumprimentou o Professor Humberto, em nome do IAC, parabenizando-o pelo trabalho e por toda a sua equipe, pela responsabilidade que carregam, afirmando que a APA do Cantão será um exemplo para o Estado do Tocantins. Mell Botelho agradeceu ao IAC, a Arthur, da Agropassos, e ao Victor, do Naturatins, pedindo que levasse um abraço ao Cledson (Naturatins), que, segundo ela, se engajou muito para que tudo desse certo. Cumprimentou o Vereador Eraldo, em nome de todos os vereadores que sempre se comprometeram a estar presentes e a mobilizar a população. Cumprimentou Francisco “Xicão”, em nome do Sindicato Rural, e Ana, representante da ADSTO, afirmando que não chegariam até aquele ponto sem a ADSTO — explicando em seguida que a ADSTO é a associação dos produtores, e que foi ela quem fez toda essa ponte: se estavam naquele nível, era graças à ADSTO e ao Arnardino Gabriel, a quem expressou eterna gratidão, lamentando que ele não pôde estar presente naquele dia por estar tratando de questões jurídicas relacionadas ao processo, sendo, junto com a ADSTO, um dos grandes responsáveis por tudo

25 aquilo. Agradeceu a Rosimeire, pelo P.A. Salomira, e mencionou a comunidade de Mangueira, que
26 estava chegando, e a Nova Vila, também convidada, destacando que cada comunidade tem um
27 olhar diferente e que é fundamental contar com a participação de todos — que precisam ter voz e
28 cobrar suas demandas, estando a equipe sempre aberta para esclarecer dúvidas, assim como fez
29 no dia anterior, explicando ao P.A. Salomira a situação atual e os avanços já conquistados.
30 Manifestou o desejo de que, cada vez mais, os assentamentos pudessem estar presentes nessas
31 audiências. Cumprimentou todos os presentes, incluindo a ADAPEC, a SEFAZ e o Prefeito Geciran,
32 que, de acordo com Mell, sempre dá carta branca para a organização desses eventos. Reforçou em
33 seguida, em nome do prefeito, a todos que contribuíram. Mell Botelho afirmou que a reunião tinha
34 como objetivo trazer mais entendimento sobre o que é a APA, de modo a garantir a segurança
35 jurídica tão necessária para que todos pudessem trabalhar naquilo que é seu, reconhecendo o
36 dever de conservação, mas reforçando a necessidade de segurança jurídica para que esse trabalho
37 seja viável. Agradeceu a presença de todos e desejou que fosse uma reunião brilhante. A
38 cerimonial, em seguida, fez menção e agradeceu ao Ronaldo e ao Vice-Presidente da Câmara, Jr.
39 Valadares. A Presidente do P.A. Salomira, Rosimeire, deu bom dia a todos e agradeceu à Vice-
40 Prefeita Mell e ao Prefeito Geciran, pelo transporte disponibilizado para irem até a presente
41 audiência. Rosimeire reforçou os agradecimentos informando que boa parte do P.A. Salomira
42 estava presente interessados em participar da reunião. O Presidente do Sindicato Rural, Francisco
43 “Xicão”, deu bom dia, cumprimentou a mesa e parabenizou pela realização do evento, que
44 representa a última rodada de audiências públicas. Fez uma referência especial ao IAC e a toda a
45 sua equipe, e à ADSTO, da qual faz parte da diretoria, agradecendo a todos que se comprometeram
46 com muito empenho para que chegassem até aquele evento, construído ao longo do tempo,
47 destacando que são verdadeiros arquitetos dessa construção, em especial Humberto. Afirmou que,
48 ao final desse processo, terão um plano de manejo que permitirá continuar crescendo, se
49 desenvolvendo e preservando. Parabenizou o comprometimento de toda a equipe do IAC,
50 ressaltando que, sem esse empenho, e sem a ADSTO — que representa o ponto de equilíbrio de
51 todo o processo —, não teriam conseguido firmar essa parceria. Relatou que, no início,
52 identificaram a necessidade de contar com uma instituição do porte do IAC, para que o plano de
53 manejo fosse isento, permitisse retomar o trabalho e a preservação, e contasse com a confiança
54 de todas as autoridades públicas. Informou ter 12 anos de participação no Conselho do Cantão, e
55 que Dois Irmãos possui duas cadeiras no conselho — uma do prefeito e outra do Sindicato de Dois
56 Irmãos. Explicou que, a partir daquele momento, com a conclusão do trabalho pelo IAC, a
57 aprovação pelo Naturatins, e o envio do plano de manejo ao conselho, tem absoluta certeza de
58 que o plano será aprovado, pois o trabalho foi conduzido com dedicação, seriedade, sem tendência
59 para nenhum lado. Desejou que pudessem seguir adiante com tranquilidade, paz e harmonia, e
60 encerrou agradecendo a todos. Arthur Passos deu bom dia a todos e parabenizou a equipe de
61 Humberto. Informou que, após a audiência, estariam ali para atendimentos, mencionando o
62 programa Retifica Car, que veio a calhar com aquele momento. Explicou que, logo após a audiência,
63 estariam disponíveis em uma sala cedida por Mell Botelho, para quem ainda não tivesse feito a
64 retificação do CAR — esclarecendo que o serviço é gratuito, e que, havendo qualquer dúvida sobre
65 o assunto, estariam ali para atendimento. Destacou que, sempre que vêm a Dois Irmãos, a cidade
66 acolhe muito bem os eventos promovidos pela prefeitura. Ana Carolina Flores (ADSTO) deu bom
67 dia a todos e expressou grande alegria por estar vivenciando a última audiência do plano de
68 manejo. Primeiramente, agradeceu a Deus por ter permitido a condução de todo o trabalho,
69 colocando pessoas capacitadas e humanas, capazes de olhar para cada comunidade. Agradeceu à
70 prefeitura, que, segundo ela, esteve sempre envolvida em todas as audiências, e à brigada
71 municipal, em nome de Rogério, afirmando que ele é um grande parceiro. Agradeceu à Frísia, a
72 Victor, do Naturatins, a Rosimeire, do assentamento, ao presidente da Câmara, e a cada pessoa
73 que se dispôs a estar presente. Destacou que Dois Irmãos está de parabéns em todas as audiências,
74 demonstrando ser uma cidade preocupada com o desenvolvimento e com o social, manifestando

grande orgulho de fazer parte do município. Agradeceu a Edson Bernardino, relatando que ele foi a primeira pessoa a participar de uma reunião em Marianópolis, na casa de Arnardino Gabriel, e disse que ele falou: “tem um cara lá que tem uma ideia de que pode ser que a gente consiga resolver essa coisa da APA”. Destacou que Dois Irmãos tem papel importante dentro da ADSTO, contando com quatro membros presentes — ela própria, Francisco “Xicão”, Alexandre e Edson —, a quem quis homenagear ali, afirmando que a ADSTO desenvolveu papel fundamental dentro do plano de manejo, desde as audiências realizadas no fórum em Palmas. Reforçou que Dois Irmãos sempre se destacou — em público e dentro da diretoria — e que têm certeza de que se destacarão ainda mais na produção, pois sabem fazer isso. Ana Carolina Flôres agradeceu a todos que, diversas vezes, participaram de reuniões em defesa do plano, mencionando também Fernando, da ADSTO, pedindo em seguida para que a população continuasse participando ativamente. Agradeceu imensamente ao IAC, a cada um de seus membros, por terem construído um plano de manejo técnico, humano e digno, atento ao que a legalidade efetivamente exige — reforçando ser justamente isso que sempre buscaram: segurança jurídica. Informou que contam com o acompanhamento do Ministério Público e do Dr. Wellington, afirmando que se trata de um plano voltado a garantir dignidade à população da APA Cantão, e que têm certeza de que conseguirão alcançar esse objetivo. O Vereador Eraldo Coelho deu bom dia a todos e agradeceu a Deus por aquele momento de grande importância para suas vidas, para a APA Cantão e para o Vale do Araguaia. Agradeceu o convite da Vice-prefeita Mell Botelho e do Prefeito Geciran, que pessoalmente o convocou para estar presente. Agradeceu ao Presidente da Câmara, ao Vice-Presidente e aos demais vereadores, que, segundo ele, também demonstram preocupação com o município e com a APA Cantão. Agradeceu a Humberto Xavier, coordenador geral do programa, e ao IAC, que sempre estiveram presentes, reconhecendo a importância de integrarem aquele projeto, fundamental não apenas para Dois Irmãos, mas para toda a APA Cantão. Agradeceu o esforço do Naturatins, da Universidade, do supervisor Fábio Dias, e de Francisco “Xicão”, do Sindicato Rural. Afirmou que Ana Carolina disse algo verdadeiro: que chegou a Dois Irmãos para abraçar o município, e que isso traz orgulho, pois, em todos os convites, ela e seu esposo estiveram presentes, buscando ajudar o município, assim como outros produtores — citou Alexandre como exemplo. Desejou que Deus abençoasse cada um dos produtores presentes, e agradeceu a Mell e ao prefeito, que, segundo ele, não têm medido esforços para que essas reuniões aconteçam. Agradeceu a Rosimeire, representando as comunidades que também necessitam de atenção básica para a sobrevivência de cada um, reconhecendo que têm sofrido — assim como acredita que os investidores na região também tenham enfrentado dificuldades. Manifestou confiança de que, com o trabalho de Humberto e de toda a equipe, conseguirão vencer e celebrar a aprovação de um bom plano de manejo para a região. Deixou um abraço à equipe organizadora, parabenizando mais uma vez o prefeito, e encerrou desejando bom dia a todos. A cerimonial fez menção e agradeceu a presença da Primeira-Dama, destacando que ela sempre se dedica a esses eventos. Humberto Xavier deu bom dia, e iniciou a sua fala expressando grande alegria por estarem reunidos novamente, afirmando que a cidade de Dois Irmãos sempre se destaca, trazendo uma energia positiva, pois a população entende que estão realizando algo que impactará a todos. Cumprimentou todos os presentes. Citou que a revisão do plano de manejo trata-se de um processo longo, construído de forma orgânica, com muito cuidado e cautela para não desequilibrar a balança e conseguir equilibrar meio ambiente, produção e pessoas. Destacou que, ao longo desse processo, criaram laços, e que o papel da equipe foi o de se colocar no lugar de cada um — pois, embora não morem na região, sentiram, de forma indireta, a dor vivida pela comunidade. Afirmou que o objetivo foi desenvolver algo fundamentado na legislação, mas que não trouxesse impactos negativos nem para o ambiente, nem para a população. Humberto afirmou que foi com esse olhar, e com muito orgulho, que, enquanto universidade, saíram de seus muros para desenvolver esse trabalho na região — ressaltando, no entanto, que, se não fosse pelo Naturatins, pela ADSTO, pelos municípios e pela liderança dos assentamentos, nada disso teria acontecido. Concluiu afirmando

que, finalmente, depois de 30 anos, terão um plano de manejo capaz de trazer segurança, certeza e ainda mais desenvolvimento para aquela região tão rica, e que, ao finalizar o plano de manejo, na verdade, apenas se inicia o manejo propriamente dito. Victor Moreto (Naturatins) afirmou que, como já havia sido colocado por Ana e por Mell, Dois Irmãos sempre recebe a equipe com casa cheia, sendo sempre muito bom estar ali, citando que sempre tem bons embates e debates ao longo do processo. Informou que vinham apresentar uma proposta semelhante à da audiência anterior: o Naturatins, junto com o IAC e a equipe técnica da ADSTO, traziam uma proposta dos programas de manejo que seguirão dali em diante na APA Ilha do Bananal/Cantão. Explicou que são programas de ação voltados a diversos temas que afetam e influenciam a vida de todos, trazendo uma série de informações especialmente úteis às prefeituras, secretarias e vereadores, para que possam cobrar e participar, junto ao Naturatins, da gestão da APA. Destacou que são programas de apoio técnico, cooperação e diversos outros fins, todos com o mesmo intuito: trazer conforto e atender aos anseios da comunidade. Desejou a todos uma ótima audiência, pediu que aproveitassem as informações e trouxessem suas dúvidas, reforçando que estavam ali para esclarecê-las. Comentou que o zoneamento sempre carrega um peso muito grande, mas que aquela audiência também é muito importante, talvez uma das mais relevantes, pois trata de como pretendem agir a partir daquele momento. Destacou ser muito positiva a presença da Defesa Civil naquele dia. Informou que pretendem que a equipe do Naturatins esteja presente, junto com a prefeitura, em uma rodada de conversa e capacitação sobre a temática do fogo, na Câmara, na quinta-feira. Reforçou que o objetivo é estreitar os laços, formando amizades ao longo do processo, com ideias de projetos-piloto voltados aos assentamentos, aproximando ainda mais pequenos e grandes produtores e o órgão ambiental — de modo a alcançar resultados mais adiante e tornar a gestão da unidade verdadeiramente inclusiva, e não apenas uma questão de proibições e barreiras. Destacou que a APA afeta também quem não possui propriedade dentro dela, afetando, na prática, a todos. Pediu que se sentissem acolhidos e compartilhassem suas informações e anseios, reforçando que, no final da audiência, estariam à disposição para esclarecer dúvidas. O Prefeito Geciran Saraiva deu bom dia, cumprimentou todos na mesa e agradeceu ao Naturatins pelo trabalho realizado, manifestando gratidão ao secretário e ao Governo do Estado pelo envolvimento, que considerou muito importante. Cumprimentou todos os vereadores presentes. Destacou Fábio, ressaltando que, desde o início do acompanhamento do processo, sabem da sua importância à frente do conselho. Cumprimentou Francisco “Xicão”, Presidente do Sindicato Rural de Dois Irmãos, reconhecendo seu longo tempo de engajamento, e agradeceu a Ana Carolina, reconhecendo seu esforço e dedicação. Cumprimentou Rosimeire, representante da Associação Salomira, agradecendo pela parceria, e a Mell, afirmando que, quando se fala em APA, é ela quem organiza tudo, estando sempre à disposição, ajudando e fazendo as coisas acontecerem. Cumprimentou o Professor Humberto, do IAC, parabenizando-o pelo trabalho, e a Primeira-Dama, agradecendo também a Rogério, da Defesa Civil, e a todos os presentes. Destacou que, sempre que realizam eventos e audiências como aquela, a comunidade participa muito, e agradeceu a todos. Agradeceu à ADSTO, pela união dos produtores que possibilitou aquela oportunidade, ressaltando que a ADSTO vai além: não bastaria reunir o prefeito sem que existisse a ADSTO, que deu o suporte e as condições para os estudos. Relatou que, quando tudo começou, perceberam que, sem a ADSTO, esse plano de manejo — tão esperado há 30 anos — não teria saído do papel. Afirmou que isso fortalecerá o município com o plano de manejo, e que, em Dois Irmãos, têm sido respaldados pela comunidade, o que é positivo, pois impactará diretamente a todos. Encerrou enviando um abraço a cada um e agradecendo a todos que contribuíram para que chegassem até aquele momento. Francisco “Xicão”, Presidente do Sindicato Rural, dirigindo-se a Geciran, ao IAC e a todas as autoridades presentes, destacou a importância daquele momento, afirmando que a pior coisa que podem tirar de alguém é o tempo, pois o tempo não se recupera. Relatou que viveram sem condições de fazer as coisas devido à inexistência de uma forma legal adequada para isso — referindo-se ao plano de manejo —, e que, ao longo de 30 anos, dois planos foram lançados,

mas não aprovados, criando ainda mais dificuldades. Relatou ter conversado, naquele mesmo dia, com duas pessoas dispostas a trabalhar na fazenda, mas com medo, por não saberem exatamente o que podem ou não fazer. Afirmou que esse plano de manejo permitirá retomar o controle do próprio tempo, sendo sua importância singular, trazendo fôlego e oxigênio para o trabalho. Reforçou que fez questão de destacar esse ponto justamente pela importância da participação de todos, da mobilização e do comprometimento da prefeitura, para que tudo aconteça da forma mais satisfatória possível. O cerimonial fez menção e agradeceu a presença do Presidente da Câmara, Gustavo Oliveira, e do Vereador Luís Carlos. Agradeceu a Deus, desejou bom dia a todos, e que tivessem um bom trabalho, de modo a encerrarem a audiência com sucesso. Sarah Rodovalho (IAC) assumiu a palavra e perguntou se havia alguém participando pela primeira vez de evento relacionado à revisão do plano de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão; algumas poucas pessoas se manifestaram. Fez uma recordação das etapas já percorridas: as oficinas realizadas no ano anterior, o zoneamento no início do mês e, naquele dia, a apresentação dos programas. Informou que Paulo estava passando a lista de presença. Apresentou a agenda da audiência, informando que, ao final, abriria espaço para dúvidas, e mencionou que Ana Livia Arouca estava registrando tudo em ata. Apresentou o QR code de dúvidas, mas estimulou os presentes a trazerem suas perguntas ao vivo, para melhor aproveitamento. Explicou o objetivo da audiência, conforme o slide 2, e informou que a gestão se inicia a partir do momento em que o plano de manejo for aprovado. Apresentou os responsáveis pela gestão da APA — Naturatins, prefeituras, órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, por força de lei — e a participação social, por meio do conselho gestor deliberativo e da gestão democrática, comentando sobre a composição do conselho gestor da APA, com prefeituras e representantes de instituições civis. Explicou que a execução dos programas é desenhada em três fases estratégicas, conforme o slide 4. Comentou sobre a possibilidade de, nos próximos anos, ser necessária uma revisão pontual de determinados programas, sem que isso implique necessariamente uma revisão completa do plano de manejo. Apresentou os 14 programas, conforme o slide 5, e explicou que, para facilitar a apresentação, foram divididos em três blocos — coordenação e governança, proteção ambiental, e desenvolvimento socioeconômico —, informando que apresentaria por eixos. Iniciou pelo bloco de desenvolvimento socioeconômico, apresentando o Programa 7 (água, segurança hídrica, saneamento rural e resíduos), conforme os slides 6 e 7. Apresentou o Programa 9 (controle de espécies exóticas/invasoras), conforme os slides 8 e 9, comentando que a educação é um tema transversal, presente em quase todos os programas, ainda que exista um programa dedicado especificamente a esse fim. Explicou o Programa 11 (redução dos impactos da agricultura e dos agroquímicos), conforme os slides 10 e 11, afirmando que a ideia é defender a produção com saúde. Mencionou que todo o processo da cadeia produtiva e da aplicação de agrotóxicos foi muito comentado anteriormente, e que o programa prevê a capacitação de todos para que essa atividade seja realizada de maneira mais eficiente, mais segura e mais econômica. Apresentou o Programa 12 (agroextrativismo, bioeconomia e desenvolvimento socioeconômico), conforme os slides 12 e 13, afirmando que, na prática, trata-se de apoio à produção, principalmente para os pequenos produtores. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o Programa 13 (cultura, educação ambiental e saberes tradicionais), conforme os slides 14 e 15. Relembrou que, desde o início do trabalho, sempre buscaram que todos se sentissem felizes em integrar a APA, e que o processo de valorização dos saberes tradicionais serve justamente a esse propósito — destacando que as mais de 4.000 pessoas que participaram desse processo sentem, de fato, que contribuíram, sendo todas agentes responsáveis por cobrar a execução do plano. Apresentou o Programa 14 (governança territorial, demandas fundiárias e mediação institucional de conflitos de uso), conforme os slides 16 e 17, afirmando que esse foi um tema de reclamação recorrente nas audiências, e que, na prática, o objetivo é diminuir a burocracia, reconhecendo que as pessoas, em geral, desejam fazer as coisas corretamente, mas precisam de mais suporte. Deu como exemplo a audiência anterior, voltada à apresentação do zoneamento, destacando que, com o plano de manejo aprovado, os

produtores precisarão continuar sendo acompanhados, do grande produtor ao assentado. Reforçou esse programa, afirmando que não se pode acreditar que apenas a supervisão da APA conseguirá executar, isoladamente, os 14 programas — o plano de manejo precisa servir de orientação para todos, sendo papel de cada um, em alguma medida, defender e garantir que o que está escrito nele realmente aconteça. Informou que iniciaria a explicação do bloco de programas relacionados à proteção ambiental, iniciando pelo Programa 3 (licenciamento, fiscalização territorial, conectividade e conformidade ambiental), conforme os slides 18 e 19, explicando que, dentro do Naturatins, existem várias equipes, e que o licenciamento ambiental é fonte de muitas informações. Apresentou o Programa 6 (recuperação ecológica e conservação do solo), conforme os slides 20 e 21. Apresentou o Programa 8 (proteção, prevenção e monitoramento da biodiversidade nativa), conforme os slides 22 e 23, citando que existem animais já em risco de extinção que precisam ser monitorados ainda mais de perto. Apresentou o Programa 10 (manejo integrado do fogo), conforme os slides 24 e 25, mencionando que a ação anunciada por Victor no início da audiência, prevista para acontecer naquela semana em Dois Irmãos, está relacionada a esse programa. Informou que passaria ao bloco de coordenação e governança, iniciando pela explicação do Programa 1 (participação social), conforme os slides 26 e 27, comentando que todos estão no mesmo barco, e que, na prática, é necessário participar da gestão da APA continuamente, e não apenas até o momento do planejamento. Comentou que tem feito uma campanha incentivando que todos acompanhem o momento em que o plano for aprovado pelo conselho. Ana Carolina Flôres pediu a palavra, solicitando que as pessoas prestassem atenção ao que Sarah Rodvalho (IAC) estava apresentando, comportando-se como em sala de aula, e pediu que quem não estivesse interessado em se concentrar deixasse que os demais prestassem atenção. Sarah Rodvalho (IAC) retomou a fala e apresentou o Programa 2 (fortalecimento institucional e capacidade de gestão da APA), conforme os slides 28 e 29. Comentou que, ao longo de cerca de um ano, mais de 4.000 pessoas estiveram diretamente envolvidas no processo participativo, e que, embora o plano esteja muito bem elaborado e o zoneamento seja de fato aplicável, nada disso fará diferença se não for possível implementá-lo. Reforçou que a implementação só será viável havendo equipe, recursos e organização suficientes para executar os programas, o que exige muita articulação — e que justamente essa articulação política precisa ser fortalecida. Lembrou que mencionou anteriormente haver apenas quatro pessoas na gestão da APA, para um total de 14 programas em uma unidade extensa, e que, caso esse cenário se mantenha, será necessário priorizar, ainda que o objetivo seja sempre executar tudo da melhor maneira possível. Destacou a importância das parcerias, observando que os recursos financeiros e humanos são limitados, sendo essencial que a gestão seja bem articulada — citando a sugestão de uma equipe ampliada, com sete servidores de nível superior e mais nove de nível médio, cenário em que haveria um servidor para cada dois programas, o que já representaria um avanço significativo. Explicou que isso também permitiria a especialização das funções — por exemplo, um pedagogo cuidando das ações educativas, e um biólogo das espécies invasoras e nativas —, sendo a ampliação da equipe um fator que viabiliza essa especialização. Reforçou que jamais teriam conseguido elaborar esse plano de manejo sem o apoio dos municípios, nem teriam conseguido organizar a estrutura necessária em todos os lugares, sendo as prefeituras fundamentais nesse processo — destacando que, dentro das prefeituras, Mell articulou diversas parcerias, e que esse tipo de governança precisa continuar acontecendo na gestão futura. Explicou o Programa 4 (indicadores de sustentabilidade, boas práticas e avaliação permanente do plano), conforme os slides 30 e 31, comentando a importância do processo de aprendizagem ao longo da construção do plano de manejo. Apresentou o Programa 5 (pesquisa, inovação e gestão da informação ambiental), conforme os slides 32 e 33. Informou que encerrava ali a apresentação e abriu a palavra, havendo uma pessoa já inscrita. Dalvino Barros (P.A. Salomira) questionou como ficaria, com a finalização do trabalho da APA, a situação dos trabalhadores do P.A. Salomira e da região, em relação ao financiamento que necessitam — afirmando que, sem financiamento e sem recursos, não conseguem produzir nada, comparando a

situação a morrer como uma andorinha exposta ao sol. Relatou que o P.A. Salomira enfrenta grande dificuldade, pedindo que os presentes do Salomira se levantassem para confirmar essa realidade — o que os presentes confirmaram. Afirmou que precisam de meios para trabalhar e colocar pão na mesa de seus filhos, relatando que, no primeiro mandato do governo Lula, foram bem atendidos, mas que atualmente isso não ocorre mais, questionando o motivo. Pediu que Sarah explicasse essa situação para a população. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu ao Sr. Dalvino dentro do que já havia sido apresentado, informando que deixaria Victor complementar. Esclareceu não falar especificamente sobre o Salomira, por não possuir os detalhes técnicos daquela situação, mas explicou de maneira geral: informou que existe a Zona Populacional, zona específica destinada aos assentamentos, o que, segundo ela, já representa uma grande mudança, pois, no zoneamento anterior, essa zona específica não existia. Explicou que, a partir de agora, quando alguém desejar produzir, o Naturatins identificará que a área está dentro da APA e dentro da Zona Populacional, alterando, assim, a forma como o pedido é avaliado — já que o objetivo dessa zona é justamente a produção. Sobre o que apresentou naquele dia, explicou que os programas se aplicam à APA como um todo, havendo programas voltados a desburocratizar processos, já que se ouve com frequência que o processo é caro, demorado e difícil — sendo esse justamente o objetivo a melhorar. Informou também haver um programa voltado a pensar como o órgão ambiental pode firmar parcerias, aproximar-se da comunidade e orientar o morador a ter acesso a crédito, incluindo quais documentos são necessários, citou como exemplo Ruraltins, e afirmou esperar que seja um trabalho conduzido por muitas mãos, capaz de melhorar a qualidade de vida de todos. Victor Moreto (Naturatins) confirmou, explicando que o Naturatins tem foco na conservação, e que a APA foi criada pelo Governo do Estado, que a entregou ao Naturatins para gestão. Reforçou que o Naturatins precisa seguir a lei. Relatou que, ao elaborar o plano de manejo, as melhorias mencionadas por Sarah Rodovalho (IAC) atendiam a uma demanda muito grande, já que os assentamentos representam 10% da unidade, somando quase 160 mil hectares dentro da APA — sendo necessário, portanto, dar atenção especial a essa realidade. Explicou que, por isso, criaram zonas específicas para que os assentamentos pudessem desenvolver sua produção, ainda que a legislação de licenciamento ambiental se aplique igualmente a todos — a ele próprio, a Ana, e a qualquer assentado, afirmou. Victor Moreto (Naturatins) explicou que, ao buscar crédito em um banco, ocorrerá o que Sarah Rodovalho (IAC) já havia mencionado: o banco solicitará uma licença emitida pelo órgão responsável pela APA (Naturatins), iniciando-se então um processo de licenciamento, para o qual será necessário contratar um técnico, que montará o processo e o protocolará junto ao Naturatins; uma vez emitida a licença, o produtor poderá apresentá-la ao banco, com o processo de financiamento já encaminhado. Reforçou que pensaram nessa zona específica para os assentamentos justamente para que não houvesse restrição, já que o objetivo do assentamento é produzir. Informou que, sempre que o senhor ou qualquer outro assentado precisar, o primeiro passo é o licenciamento ambiental, e que o Estado conta com órgãos de assistência, como o Ruraltins, o SENAR e a FAET, que podem auxiliar — já que, com um técnico particular, o custo pode ser elevado, havendo, no Estado, esse serviço gratuito, embora sujeito a uma fila de espera mais longa, podendo o produtor optar por contratar um profissional particular caso prefira. Explicou que, dentro de outro programa, embora o Naturatins seja responsável por exigir a licença, sem poder elaborar diretamente os processos, a ideia é que a equipe de licenciamento possa estar presente nos assentamentos, por meio de eventos em parceria com outros órgãos, para auxiliar a comunidade — reconhecendo que tudo está interligado em uma cadeia. Afirmou que, como órgão ambiental, não desejam estar sempre aplicando multas, e que, com essa orientação preventiva, a fiscalização acaba tendo menos trabalho. Relatou que, momentos antes, estava conversando com Fernando e Toninho sobre ações mais próximas da comunidade, e destacou, como Humberto já havia mencionado, que, ao longo desse processo, criaram amizades, e que, embora possa parecer que está demorando, o que estava parado há 30 anos está sendo resolvido em pouco mais de um ano. Afirmou que já têm os contatos necessários

e começam a desenvolver ideias de ações para atender ao objetivo da unidade de conservação. Dalvino Barros (Salomira) afirmou que farão algo positivo, para que as multas não cheguem até eles. Relatou que o Salomira já teve um nome bonito, mas que hoje se tornou conhecido por um histórico de vendas de terras, e reforçou o desejo de trabalharem corretamente para poderem produzir. Mell parabenizou Dalvino, observando que, ao longo das três reuniões realizadas, ele sempre pede a palavra e, à sua maneira, busca justiça para sua comunidade — afirmando que, a partir dele e de outros representantes dos municípios, acredita que os direitos de todos serão contemplados. Parabenizou o Sr. Dalvino por engajar o pessoal do Salomira. Sobre o CAR, pediu que os interessados colocassem seus nomes na lista para serem atendidos até às quatro horas da tarde, informando que o pessoal da Agropassos estava ali para realizar a avaliação do CAR, e que Daiane estava recebendo os nomes das pessoas que desejassem participar de forma organizada. Informou haver uma sala dentro do prédio destinada ao atendimento individual, com horário disponível até as 16 horas. Sarah Rodovalho (IAC) informou ter recebido uma pergunta de alguém que preferiu não se identificar: a pessoa relatou ter chegado àquele momento sem nenhuma informação prévia, possuindo uma propriedade e desconhecendo o que precisa fazer, perguntando onde buscar informações sobre o CAR e como dar início ao processo. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que o primeiro passo é o órgão ambiental conseguir identificar onde está localizada a propriedade, já que cada caso é particular, havendo diversas situações possíveis. Explicou que o primeiro passo do órgão ambiental é compreender o caso específico, para então orientar o que precisa ser feito naquela propriedade. Recomendou, como primeiro passo, buscar o órgão ambiental, levando a certidão de inteiro teor da propriedade, o CAR (caso já exista) e o georreferenciamento (caso disponível), pois essas informações permitem localizar a propriedade no mapa com maior clareza. Como segundo ponto, sugeriu buscar um consultor, particular ou vinculado ao Estado, reconhecendo que muitas pessoas sentem receio de comparecer ao órgão por medo de serem multadas. Informou que, ao chegar ao órgão, existe um setor específico para consultas, chamado de Setor de Atendimento Ambiental. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou se esse atendimento precisa ser feito em Palmas. Victor Moreto confirmou que sim, mas que, caso seja feito nas agências, Hélia consegue intermediar o contato. Ana Carolina Flôres sugeriu a realização de visitas itinerantes, principalmente nos assentamentos, considerando a dificuldade de acesso que enfrentam. Victor Moreto informou que o Naturatins conta com o programa “Orienta Naturatins”, e que, brincando ao longo do processo, chegou a sugerir uma versão adaptada chamada “APA Orienta”. Reconheceu que o órgão ambiental, muitas vezes, fica concentrado em “apagar incêndios”, tendo dificuldade de planejar agendas para ações desse tipo, mesmo havendo ideias, que acabam sendo “engolidas” pela rotina. Reconheceu que a provocação de que a pessoa precisa buscar o órgão por conta própria representa uma demanda real, que precisa ser atendida. Explicou que, com o plano de manejo aprovado, terá maior facilidade para justificar esse tipo de ação — por exemplo, autorizar uma diária para que a equipe técnica possa se deslocar, o que depende da aprovação do plano. Relatou que falam muito sobre os assentamentos por reconhecerem a dificuldade de acesso à informação técnica, que muitas vezes é cara e onerosa — destacando que essa dificuldade também afeta os pequenos proprietários, citando sua própria realidade como chacareiro, observando que seus vizinhos em Miracema também enfrentam dificuldades semelhantes, e que costuma conversar com eles fora do horário de trabalho para orientá-los. Afirmou que a proposta do plano é tornar esse tipo de aproximação mais recorrente, propondo um calendário de ações, podendo o município também sugerir ações mensais ou bimestrais, de modo a aproximar o órgão da comunidade, dos moradores e da prefeitura. Reforçou, como já havia mencionado na abertura, que a equipe de combate a incêndios estará presente na quinta-feira, mas que é importante intensificar ainda mais esse tipo de iniciativa. Destacou que o objetivo é que todos estejam regularizados, mas que também é necessário que a comunidade rompa esse bloqueio, aproximando-se mais, para que se tenha uma gestão efetiva — sendo fundamental que a comunidade traga suas demandas para que as ações aconteçam, em vez de

apenas reclamar: procurar o prefeito, o sindicato, o órgão ambiental. Reconheceu que o órgão precisa seguir a legislação vigente, e que, embora algumas regras estejam ultrapassadas, é justamente essa demanda da comunidade que ajuda a provocar mudanças. Reconheceu se tratar de uma unidade muito extensa, com grande volume de demandas, mas que, com paciência, acredita que conseguirão avançar. Sobre a questão do fogo, por exemplo, informou que já contam com uma brigada ambiental, que tem crescido, e que a ideia é continuar avançando. Lourenço (Ruraltins) informou que a população deseja saber o que vai acontecer no município, relatando trabalhar com projetos e enfrentar um problema sério: a impossibilidade de aprovar qualquer projeto. Explicou que, na Zona de Desenvolvimento Econômico, já existe dificuldade, sendo a situação ainda mais grave na Zona de Conservação. Relatou que propriedades desmatadas antes de 2008 não conseguem realizar nenhuma atividade. Informou existirem produtores em situação complicada, que foram multados, pagaram a multa, e permanecem embargados até hoje. Observou que, quando um grande produtor é multado — o que espera que não aconteça —, ele ainda possui outras alternativas, mas que o pequeno produtor vive exclusivamente da terra. Afirmou não concordar com o desmatamento irrestrito, mas defendeu que seja dada uma abertura maior para o trabalho. Relatou ter recebido uma oferta de 25 mil reais por uma área situada em zona de conservação. Informou que, dentro do Ruraltins, já elaboraram mais de 25 projetos enviados ao banco, sem sucesso, questionando por que o processo não é simplificado — defendendo que, já que não é possível mudar isso imediatamente, ao menos buscassem alguma solução. Reforçou que não desejam reduzir a área da APA, apenas que o plano de manejo seja revisado, pois, caso contrário, ninguém conseguirá realizar nada. Informou que o assentamento mencionado por Dalvino já recorreu várias vezes ao escritório do Ruraltins. Afirmou que, ao final daquela reunião, não saberia explicar com precisão a solução, reconhecendo a importância de tudo o que foi discutido, mas destacando não haver dados científicos que comprovem melhoria desde a criação do plano de manejo, há 30 anos, em Caseara, onde participou pessoalmente — relatando que a situação só tem piorado, com rios que nunca secavam atualmente apresentando seca. Manifestou dúvida sobre a possibilidade de recuperação dessas nascentes. Questionou quantas pessoas já buscaram o escritório, relatando que, atualmente, ninguém quer terra dentro da APA, nem de graça. Disse a Dalvino que ele continuará buscando o escritório, mas que, na situação atual, não conseguirá ajudá-lo. Reforçou que, do jeito como está hoje, não conseguem fazer nada para auxiliar o produtor. Relatou que os financiamentos, como o PRONAF, movimentam significativamente o comércio do município, mas que, nos últimos dois anos, nenhum recurso novo foi liberado, sendo todos vítimas dessa situação. Citou o caso do Dr. Abinael, com propriedade de 47 hectares, impossibilitado de realizar qualquer atividade, tendo sua área multada, já tendo pago 60 mil reais e permanecendo embargado há quatro anos. Concluiu afirmando que, se não houver produção, todos passarão por dificuldades severas. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou ao Sr. Lourenço se ele, ou outra pessoa do órgão, havia participado da reunião anterior, explicando que, para respondê-lo adequadamente, era necessário recuperar o histórico do processo: informou que, na proposta atual, não existe mais a Zona de Conservação dentro da APA, tampouco a Zona de Desenvolvimento Econômico com essa denominação. Explicou que o trabalho é cumulativo, e que, na sequência, concluirão a organização dos documentos, encaminhando o material completo ao Naturatins para o aceite final, e posteriormente ao conselho, para aprovação. Reconheceu que o assunto não é simples, mas afirmou que, em sua experiência dentro da APA, o sentimento de que “não é mais possível fazer nada” está mudando, já que o novo zoneamento regulamenta justamente os usos permitidos, representando uma mudança significativa em relação ao zoneamento de 30 anos atrás. Victor Moreto explicou ao Sr. Lourenço e à Dona Maria que a situação relativa ao plano de manejo é, de fato, um processo em construção, estando em curso uma proposta de atualização. Informou que, atualmente, a situação não permite a supressão, mas que explicaria o processo para que pudessem compreender melhor. Esclareceu que, ao final daquela rodada de audiências, a ideia é que o plano de manejo seja aprovado — mas que isso não

significa que a nova regra entrará em vigor imediatamente, tratando-se de um processo legal com etapas a percorrer. Reforçou o que Sarah Rodovalho (IAC) já havia explicado: ao término das audiências, o Naturatins e o IAC se reunirão em julho para discutir tudo o que foi coletado. O IAC finalizará o produto e o entregará oficialmente ao Naturatins, cuja equipe técnica — incluindo os setores de licenciamento, CAR e outorga — analisará e dará seu aceite. O produto seguirá, então, para o conselho deliberativo da APA, cuja competência é justamente aprovar o plano de manejo. Uma vez aprovado pelo conselho, o documento será publicado em Diário Oficial, passando a valer a partir desse momento. Informou que, em julho, a equipe técnica — reconhecidamente reduzida — discutirá o material, com expectativa de concluir em agosto, quando o documento será entregue ao Naturatins para aprovação, seguida da aprovação do conselho. Reconheceu que, embora ainda haja um caminho a percorrer, depois de 30 anos de espera, já passou pouco mais de um ano desde o início efetivo do trabalho, e que estão próximos da conclusão — restando apenas mais um ou dois meses. Reforçou que, sendo do Naturatins, acredita que o Ruraltins possa oferecer essa assistência técnica, funcionando como um consultor técnico para os produtores. Reiterou que ainda há um processo a seguir, mas que, em mais um ou dois meses, tudo já estará em vigor. Sarah Rodovalho (IAC) destacou novamente a importância do papel do Ruraltins no desenvolvimento socioeconômico, reforçando que é fundamental que o Ruraltins também atue de forma ativa na busca por parcerias. Ana Carolina Flôres, ouvindo a explicação inicial, sugeriu que, dentro dos programas previstos, assim como existe o Retifica Car, fosse criado também um programa de Regulariza Ambiental — explicando a ideia: assim como Lourenço possui uma base de dados de produtores que foram autuados e permanecem embargados, com a aprovação do plano de manejo, poderia haver um programa específico voltado à regularização desses produtores, dada a grande demanda existente nesse sentido. Victor Moreto explicou que, em relação aos embargos, a área segue a legislação de crime ambiental, não sendo, portanto, uma questão de competência do plano de manejo. Explicou que a lei exige determinado número de anos para a regeneração de uma supressão irregular, caso não seja passível de regularização, sendo necessário aguardar esse trâmite natural ou, eventualmente, elaborar um PRAD, aguardando a regeneração da área para que o embargo seja retirado. Reforçou tratar-se de uma questão que está acima do plano de manejo, regulada por legislação federal. Maria Lima — conhecida por muitos como Rosinha, arquiteta e urbanista, que trabalha com regularização fundiária na prefeitura — relatou que, durante a pesquisa realizada, identificaram 77 áreas — chácaras dentro do perímetro urbano do município — que possuem CAR, mas sem validade, já que o CAR é um cadastro destinado a áreas rurais. Explicou que quem possui propriedade no entorno de Dois Irmãos, mas não possui matrícula nem certidão de inteiro teor, não obtém benefício algum atualizando o CAR, pois ele não terá validade nesse contexto. Em seguida, relatou ser filha de Dois Irmãos, cujo pai foi uma das pessoas responsáveis pela emancipação do município, manifestando grande carinho pela região, tendo deixado Goiânia para retornar. Reconheceu que o trabalho realizado é excelente, mas ressaltou que, sem união e respeito entre as pessoas, ele não avançará. Observou, a partir de sua experiência na prefeitura, a dificuldade das pessoas em pensar coletivamente, priorizando interesses individuais em vez do interesse comum — e que um trabalho dessa magnitude, sem parceria e participação verdadeira, não funcionará. Pediu, como filha de Dois Irmãos, que olhassem para o futuro, em vez de permanecerem vinculados ao que já aconteceu, reconhecendo que a natureza possui grande capacidade de regeneração, mas que cabe a cada um fazer sua parte. Defendeu que, independentemente de ser pequeno produtor, grande produtor ou assentado, todos são, de alguma forma, filhos daquele lugar, e precisam uns dos outros. Destacou que a prefeitura tem dado grande apoio a essa causa, o que considera raro, fazendo um apelo para que deixassem de lado questões políticas — podendo cada um votar em quem desejar — mas olhassem para algo muito maior. Lembrou que Sarah Rodovalho (IAC) mencionou repetidamente a palavra “gestão”, reforçando que é preciso fazer, mas não isoladamente, pois, ao se unirem, certamente avançarão. Antônia relatou que criou três filhas, todas com curso superior, e que seus netos

também já possuem formação superior, fruto de muito esforço a partir de uma pequena chácara. Contou que plantou café, cupuaçu, jabuticaba, açaí, buriti e bacaba, entre outras culturas — mencionando que Lourenço conhece essa propriedade. Relatou que, todos os anos, fazia roça mecanizada sem pedir ajuda a ninguém, conservando a mata, além de plantar mandioca, milho, inhame e criar porcos. Contou que, com a produção de cupuaçu e cajá, mantinha três freezers grandes e vendia para Palmas e Paraíso do Tocantins, além de criar peixes, cuja alimentação era comprada com a renda obtida pela venda das polpas. Afirmou nunca ter utilizado agrotóxico em sua produção, relatando que, em determinada ocasião, um vizinho aplicou veneno e acabou matando toda a sua plantação de mandioca. Relatou também que, em Dois Irmãos, já houve casos de pessoas internadas em Paraíso do Tocantins por intoxicação com agrotóxico, destacando que a aplicação por drone prejudica a todos, pois, enquanto o pequeno produtor produz, o grande acaba causando danos. Informou que nunca havia participado de reuniões desse tipo antes, mas que gosta de participar, concluindo que, com força de vontade e boa disposição, conseguiu criar três filhas e dez netos, todos com diploma de ensino superior. Sarah Rodovalho (IAC) parabenizou Dona Antônia e retomou o que foi explicado nas reuniões anteriores: informou que, na audiência de zoneamento, foram apresentadas regras gerais sobre a aplicação de agrotóxicos, reforçando o que já determina a legislação federal, incluindo distâncias mínimas de aplicação, que variam conforme a ferramenta utilizada — sendo diferente para avião e para drone. Explicou que perceberam, com isso, a necessidade de mais capacitação sobre o tema, observando o que foi falado em audiências anteriores, que o agrotóxico é caro, e que não é do interesse de ninguém o utilizar além do necessário. Informou existir um programa voltado justamente a esse tema, como Dona Antônia mencionou: para quem precisar utilizar, garantir o uso de produtos menos impactantes, com processos de capacitação para toda a cadeia produtiva envolvida. Relatou que, em Araguacema, por exemplo, foi mencionado que, muitas vezes, o piloto da aeronave realiza a aplicação de forma equivocada — relato recorrente em diversas audiências —, sendo por isso que existe um programa voltado a capacitar e organizar todos os envolvidos nesse processo, além de garantir o cumprimento das normas federais. Ângela questionou sobre a regularidade rural, retomando o ponto levantado por Dona Rosinha sobre as 70 chácaras do município sem CAR. Relatou que sua família possui uma propriedade, e que conseguiram obter o CAR a partir de reuniões como aquela, com apoio da prefeitura e do cartório, acompanhando todo o processo de regularização. Destacou que muitas pessoas buscaram regularizar e organizar suas propriedades dessa forma, e que quem mora em Dois Irmãos enfrenta grande dificuldade nesse processo. Informou ser uma pessoa que procura fazer tudo corretamente, participando desse tipo de reunião há muito tempo, e que, em nome de Geciran, sempre buscou apoiar essas gestões para organizar esse tipo de demanda — destacando não acreditar ter sido a única a sofrer com essa dificuldade, precisando recorrer diretamente à mesa do prefeito para solicitar a regularização. Afirmou não se considerar uma pessoa com dificuldade de compreensão, mas que, ainda assim, encontra obstáculos — e imaginou como seria para uma pessoa com menos esclarecimento, que provavelmente precisaria de um apoio ainda maior para entender o que está sendo tratado. Reconheceu ser difícil, para o contribuinte, manter toda a documentação em dia, defendendo que os órgãos responsáveis tenham um olhar mais atento e didático, de modo que o cidadão consiga acessar com mais facilidade o apoio necessário, em vez de encontrar ainda mais dificuldades. Por fim, questionou: se aqueles CARs não possuem validade, o que acontecerá com uma chácara comprada há 43 anos — ela perderá validade? Sarah explicou: o CAR é o Cadastro Ambiental Rural, sendo um documento autodeclaratório — ou seja, essa autodeclaração não garante, por si só, a propriedade da terra, pois, hipoteticamente, ela poderia declarar como sua uma área que pertence a Ana Carolina Flôres. Esclareceu que o documento que comprova a propriedade urbana é outro, distinto do CAR. Explicou que a preocupação levantada por Rosinha se refere à regularização de lotes urbanos, sendo essa uma regularização de natureza diferente, voltada à área urbana. Acrescentou que é comum, dentro do trabalho do IAC, atuarem também com regularização urbana e elaboração de

planos diretores, e que, ao analisar o perímetro urbano de uma cidade, é comum encontrar diversas chácaras dentro dele, gerando essa pequena confusão sobre qual documento se aplica a cada situação. Ângela observou que existe jurisprudência sobre essa área. Sarah explicou que existe a Zona Urbano-Industrial no plano de manejo, cujos usos previstos são diferentes. Esclareceu que, para fins urbanos, dentro do perímetro urbano, a área pode efetivamente ser considerada urbana, e que o que transforma uma área rural em urbana é o parcelamento — havendo muitos detalhes envolvidos, relacionados ao plano diretor, entre outros aspectos. Destacou que, caso a área rural ainda não pague IPTU, há a vantagem de que, a qualquer momento, ela pode ser loteada, sendo essa, na prática, apenas uma vantagem adicional. Reforçou, porém, que o CAR, isoladamente, não garante a propriedade da terra. Ângela concordou, afirmando que isso não significa que o CAR não tenha valor algum. Sarah informou que estavam encaminhando para o final da audiência, e quis, em nome do IAC, agradecer imensamente toda a receptividade. Apresentou o cronograma das próximas etapas. Mell Botelho, encerrando a audiência, agradeceu a presença de todos. Dirigindo-se a Ângela, afirmou ser normal ter muitas dúvidas, reconhecendo que a burocracia é grande — e não apenas em Dois Irmãos, mas em todo o Brasil. Comprometeu-se a trazer todo o acesso possível à informação, mencionando que Arthur já estava na sala disponibilizando orientação, e que farão o que for possível para ajudar. Agradeceu a presença de todos, destacando ser aquele um momento muito importante, um passo relevante depois de 30 anos. Agradeceu à população de Dois Irmãos, de acordo com ela sempre muito participativa, e convidou todos para o dia 25, quando haverá uma capacitação sobre prevenção de incêndios, lembrando que, há dois anos, enfrentaram um período de incêndios muito intenso — o evento ocorrerá na Câmara Municipal, contando com a presença de todos. Agradeceu novamente a Ana, à ADSTO, ao pessoal do assentamento, e à Primeira-Dama, sempre muito disposta a ajudar. Agradeceu também ao pessoal do IAC, afirmando estarem descobrindo cada vez mais os serviços que prestam. Encerrou desejando bom dia a todos, e informou que o atendimento para o CAR seguiria até as 16h. Deuzete comentou que todas as dúvidas haviam sido esclarecidas, e que todos estavam cientes das informações, brincando que, enquanto isso, contaria uma história, fazendo em seguida a apresentação de uma música. Ana Carolina Flôres agradeceu a presença de todos e destacou a importância da continuidade da gestão do plano de manejo.

2.5. Araguacema

Ata da Audiência Pública – Apresentação dos programas	
Data: 23.06.2026	
Início: 14:25h	
Fim: 16:35h	
Local: Centro de eventos Cabo Chico - Araguacema	

Histórico:

- O cerimonial deu abertura à audiência, fazendo referência aos presentes, a Associação das Mulheres Extrativistas da APA Cantão e o supervisor da APA Cantão, e convidou para compor a mesa: Victor Moreto (Naturatins), prof. Humberto Xavier (IAC) e Fernando Vargas (ADSTO). Jhon comentou que o prefeito não estava presente por estar recebendo um prêmio. Victor Moreto assumiu a palavra, afirmando que aquele era o momento dos programas, e explicou que a finalização do documento representa o início da gestão da APA. Desejou a todos uma excelente audiência, informando que estaria à disposição para tirar dúvidas e receber contribuições. Fez referência a Gilberto, da ADSTO. Fernando Vargas (ADSTO) assumiu a fala, informando que estava representando a ADSTO, e explicou o objetivo da reunião: o que fazer para produzir respeitando o

meio ambiente. Reforçou que tirassem suas dúvidas, pois tudo ficaria registrado em ata, e que, ainda naquele ano, sairia a resposta final, não havendo sentido em depois dizer 'ah, por que eu não perguntei isso'. Fernando desejou boa audiência a todos e pediu que divulgassem as informações corretas, informando que, no site do IAC, constam todas as informações. Comentou que, em outras audiências, há pessoas com dúvidas desde a primeira audiência, e reafirmou que aquele era o momento adequado para esclarecê-las. Humberto Xavier (IAC) assumiu a fala, afirmando que aquela seria a última reunião no município até que o tão sonhado plano de manejo fosse aprovado. Humberto Xavier (IAC) lembrou que iniciaram essa jornada em agosto do ano anterior, que recentemente haviam realizado a audiência de zoneamento, e que, naquele dia, estavam ali para tratar dos programas. Humberto Xavier (IAC) incentivou a participação de todos e agradeceu a presença. Humberto Xavier (IAC) convidou prof. Sarah Rodovalho (IAC) para conduzir o momento. Sarah Rodovalho (IAC) iniciou perguntando quem estava participando pela primeira vez, e algumas pessoas se manifestaram. Explicou que aquela audiência era uma sequência da anterior, e que os presentes poderiam fazer perguntas. Explicou a agenda do dia. Destacou a importância da lista de presença, afirmando que ela é fundamental para comprovar a participação social. Informou que Ana Livia estava registrando tudo em ata. Apresentou o slide 2, sobre o objetivo dos programas de manejo. Apresentou os principais responsáveis pelo processo, de acordo com o slide 3 — Naturatins, prefeituras, órgãos estaduais e municipais, e a participação social por meio do conselho gestor deliberativo e da gestão democrática. Explicou as etapas seguintes: I consolidação do produto, aprovação do Naturatins, aprovação do conselho, publicação e implementação. Explicou as três fases de execução dos programas, conforme o slide 4. Apontou os 14 programas propostos, conforme o slide 5, e informou que, para tornar a apresentação mais didática, organizou os programas em três categorias: desenvolvimento socioeconômico, proteção ambiental e coordenação e governança. Iniciou a apresentação do eixo de desenvolvimento socioeconômico, apresentando o Programa 7 (água, segurança hídrica, saneamento rural e resíduos), conforme os slides 6 e 7. Explicou que a equipe da gestão da APA não precisa seguir exatamente o que está descrito ali, sendo apenas exemplos para que as pessoas pudessem visualizar melhor. Apresentou o Programa 9 (controle de espécies exóticas/invasoras), conforme os slides 8 e 9. Comentou que a educação ambiental é um ponto transversal, que atravessa todos os programas. Explicou o Programa 11 (redução dos impactos da agricultura e dos agroquímicos), conforme os slides 11 e 12, afirmando que o objetivo é produzir com saúde para todos, com o menor impacto ambiental e o menor custo possível. Apresentou o Programa 12 (agroextrativismo, bioeconomia e desenvolvimento socioeconômico), afirmando que, na prática, o objetivo é ajudar a produção, principalmente do pequeno produtor, conforme os slides 12 e 13. Apresentou o Programa 13 (cultura, educação ambiental e saberes tradicionais), conforme os slides 14 e 15. Apresentou o Programa 14 (governança territorial, demandas fundiárias e mediação institucional de conflitos de uso), conforme os slides 16 e 17. Comentou que algumas pessoas mencionaram não ter estado presentes na audiência anterior, e que, mesmo entre as que estiveram, não é possível gravar todas as informações, por ser um conteúdo muito extenso — incentivando os presentes a buscarem mais informações no site e no Instagram (@apacantao). Informou que, a partir daquele ponto, explicaria os programas da dimensão de proteção ambiental, iniciando pelo Programa 3 — licenciamento, fiscalização territorial, conectividade e conformidade ambiental —, conforme os slides 18 e 19. Explicou que existem vários setores dentro do Naturatins, e que, uma vez aprovado o plano de manejo, continuará sendo necessário o licenciamento ambiental, cabendo ao setor de licenciamento verificar onde a propriedade está localizada, em qual zona se encontra, e o que pode ou não ser feito. Apresentou o Programa 6 (recuperação ecológica e conservação do solo), conforme os slides 20 e 21, citando as Zonas de Adequação Ambiental como zonas prioritárias de recuperação. Apresentou o Programa 8 (proteção, prevenção e monitoramento da biodiversidade nativa), conforme os slides 22 e 23, comentando que há muito a ser preservado em termos de biodiversidade, e que ela precisa ser cuidada e protegida. Apresentou o Programa 10

(manejo integrado do fogo), conforme os slides 24 e 25. Informou que, a partir daquele momento, apresentaria os programas do bloco de coordenação e governança, afirmando que esses são provavelmente os mais importantes. Garantiu aos presentes que o plano de manejo está ótimo, unindo tecnologia, inovação e modernidade, mas que é preciso efetivá-lo e que esse bloco de programas trata justamente disso. Apresentou o Programa 1 (participação social), conforme os slides 26 e 27, afirmando que o trabalho não termina com a entrega do plano de manejo, mas que, na verdade, é nesse momento que ele começa. Exemplificou a importância da escuta qualificada, como a que ocorre naquela audiência. Apresentou o Programa 2 (fortalecimento institucional e capacidade de gestão da APA), conforme os slides 28 e 29, afirmando ser o seu programa preferido, e comentando que a equipe de gestão da APA e o próprio Naturatins precisam ser fortalecidos. Exemplificou: caso não haja nenhum biólogo na equipe, e seja necessário um programa voltado a essa área, como seria possível efetivá-lo? Destacou que o objetivo maior é conseguir buscar mais recursos — financeiros e humanos — para que mais ações possam ser executadas. Comentou sobre a sugestão de, no mínimo, sete servidores de nível superior e nove de nível médio, pontuando que, nesse cenário mínimo, seriam necessários dois programas por servidor de nível superior. Explicou que, no caso de uma equipe reduzida, ela acaba tendo que escolher em qual programa atuar, o que enfraquece o plano como um todo. Por isso, afirmou que todos são responsáveis por buscar esse apoio político, voltado ao fortalecimento da instituição Naturatins. Destacou a importância da prefeitura para que a revisão do plano de manejo aconteça, e ressaltou que esse apoio também é necessário para a gestão da APA, assim como o apoio de outras instituições. Explicou o Programa 4 (indicadores de sustentabilidade, boas práticas e avaliação permanente do plano), conforme os slides 30 e 31. Por fim, explicou o Programa 5 (pesquisa, inovação e gestão da informação ambiental), resumindo a importância de se ter dados confiáveis e atualizados para tomadas de decisão seguras. Encerrou a apresentação dos 14 programas e abriu o espaço para ouvir os presentes. Elaine informou ser do P.A. da Mata e estar também representando as extrativistas da AMA Cantão. Apresentou uma preocupação e uma pergunta: embora não tivesse participado da audiência anterior, vinha acompanhando o processo desde o ano passado. Comentou que se falou muito sobre a água e sobre os animais em extinção, e questionou: como agroextrativistas, totalmente ligados ao cerrado, com apoio do Naturatins, colhendo os frutos, mantêm preocupação com espécies como o jatobá e o pequi, das quais muitos agroextrativistas vivem exclusivamente, e questionou como ficaria, então, a preservação do cerrado. Prof. Sarah Rodvalho (IAC) respondeu que existe um programa cuja ideia é justamente articular essa questão, destacando ser muito importante o ponto levantado, sobre como garantir que o material continue existindo para que possam continuar trabalhando. Victor Moreto (Naturatins) explicou que, quando a unidade de conservação foi criada, ela já tinha o objetivo de conservar as áreas, mas, naquela época, não existiam ferramentas que permitissem identificar, para quem a desenvolveu, onde estavam localizadas as propriedades (ressaltou estar falando enquanto representante do Estado, e não estava presente na época). Explicou que a unidade de conservação foi criada com base em imagens de satélite, havendo questões diversas envolvidas, sem entrar no mérito de cada uma. Informou que o primeiro zoneamento fez o contorno sobre algumas regiões de mata que existiam antigamente, utilizando uma imagem de um satélite chamado Landsat, usado naquela época e ainda hoje para análise de imagens históricas — e que, a partir dele, é possível enxergar o contorno do zoneamento proposto naquela época, ainda que houvesse atividades já em curso dentro daquelas áreas. Relatou que a APA, ao longo do tempo, passou por diversas conturbações legais, tendo sido bastante prejudicada nesse aspecto, o que gerou muito conflito — situação que se arrasta até hoje, e que é prejudicial inclusive para os próprios técnicos. Afirmou que, naquele momento, estavam apresentando uma proposta nova, considerando a realidade atual da região, com fotografias recentes e com uma ferramenta adicional: o CAR. Explicou que, na época anterior, considerou-se a fotografia do ano 2000, e que, quando se criaram as normas naquele momento, isso engessou a região, com proibições de atividades. Informou que, na nova proposta, priorizou-

se a conservação em torno dos corpos hídricos, somando-se as reservas legais aos corpos hídricos para protegê-los, dando mais robustez à proteção, mas sempre considerando o direito do proprietário de usar sua área dentro do limite legal. Refletiu: como seria possível preservar toda uma região, se já existem propriedades instaladas ali, isso significaria prejudicar uma atividade em detrimento de outra. Explicou que, para viabilizar tanto as atividades extrativistas quanto as demais atividades que dependem mais intensamente do cerrado, a equipe pensou em programas de interlocução entre proprietários. A ideia é que atividades como a desenvolvida pela AMA Cantão possam ser conectadas a propriedades que tenham área preservada, eventualmente as próprias reservas legais. Exemplificou: caso um extrativista tenha 50 pés de mangaba e queira ter 200, e o cerrado já forneça isso naturalmente, ele pode plantar em sua própria terra ou utilizar a terra do vizinho. A ideia, portanto, é fazer essa interlocução, essa ponte entre os extrativistas e os proprietários de áreas adequadas. Citou que existem muitas propriedades com APP rica em buriti e outros recursos, aos quais determinado extrativista pode ter interesse de acesso, mas sem ter contato direto com o proprietário e que a unidade de conservação pode fazer essa conexão. Destacou que esse processo cria proximidade e amizade entre as partes, e que a ideia é que possam trabalhar mais em conjunto, sem que uma atividade proíba a outra, seria igualmente prejudicial impedir um proprietário maior de desenvolver sua atividade para priorizar o agroextrativismo, e vice-versa. Reforçou que, desde o início do trabalho, entenderam que não poderiam retirar o direito legal de ninguém. Compartilhou que ele próprio possui uma área pequena, com murici, não trabalha diretamente com agroextrativismo, mas tem boa relação com o vizinho, havendo trocas mútuas. Afirmou que a ideia da unidade de conservação é reduzir conflitos, quebrando barreiras para que as pessoas se vejam como parceiras. Exemplificou que, caso a AMA identifique uma área boa para determinada atividade e não tenha acesso direto ao proprietário, pode buscar a unidade de conservação, que por sua vez intermedia o contato. Reforçou não pretender retirar o direito do produtor de manter pastagem, mas que, ao mesmo tempo, deseja incentivar fortemente o trabalho das extrativistas, por considerá-lo muito bonito e importante, sem, contudo, retirar o direito do outro produtor de também produzir. Concluiu afirmando que, ao observar o mapa, não há grandes áreas proibindo as propriedades de exercerem suas atividades, pois esse nunca foi o objetivo da equipe, a proposta atual buscou uma abordagem diferente. Elaine, em relação ao jatobá e ao pequi, relatou ter uma pequena área onde planta mangaba, cajazeira e pequi, mas que são árvores que demoram muito tempo até atingir a fase de produção. Afirmou que a preocupação com essas árvores se justifica por isso: o que estão plantando agora, acreditam que não chegarão a colher. Observou que até o gado faz uso do pequi, e que, por isso, a pastagem não deveria ser implantada derrubando tudo. Manifestou preocupação de que esse fruto venha a desaparecer, relatando que algumas frutas já estão caindo antes mesmo de chegar à época de amadurecimento. Victor Moreto (Naturatins) afirmou compreender a preocupação, relatando ser natural do Mato Grosso, e que, em sua região de origem, próximo a Rondonópolis, não se encontra mais pequi. Explicou que toda a área de terra firme foi aberta, sendo muito difícil encontrar a fruta atualmente, pois apenas as margens dos rios foram preservadas. Comentou que, quando seus parentes vêm visitá-lo, sua missão é juntar sacos de pequi para eles. Elaine comentou que leva pequi de Araguacema para Goiás. Victor Moreto (Naturatins) explicou que já existem APPs e reservas legais definidas, e que algumas áreas foram classificadas como Zona de Uso Moderado, onde a supressão é permitida, mas com condicionantes adicionais, ficando como tarefa da equipe definir quais seriam esses requisitos extras. Informou que o pequi e o jatobá já são árvores protegidas por lei: quando os agricultores realizam supressão e há ocorrência dessas espécies, é necessário compensar com mais 5% de área de reserva — ou seja, em vez de 35%, o produtor precisa deixar 40%. Explicou que as máquinas agrícolas têm dificuldade de manobrar no meio das árvores, levando muitos produtores a realizar o corte raso, mas que, no Tocantins, existe a reserva suplementar, sendo aplicada aos produtores agrícolas regularizados. Reconheceu que a questão de algumas espécies específicas ainda está sendo

160 avaliada para inclusão no plano, sendo um ponto a se considerar, mas reafirmou que a equipe
161 sempre buscou atender a todos os lados, respeitando o que é legal em relação ao direito de uso.
162 Acrescentou que uma forma de auxiliar o extrativismo é justamente essa conexão entre
163 proprietários — citando que isso já ocorre com o pessoal do Onalício, com apoio do parque e da
164 APA, conforme o Naturatins consegue viabilizar. Mencionou também a Fazenda Bacaba, em
165 Caseara, onde os proprietários se colocaram à disposição para que associações de extrativistas
166 pudessem trabalhar dentro de suas áreas — quase um uso duplo do território, já que a reserva
167 legal também pode comportar atividades de extrativismo e coleta. Reforçou que não quiseram, em
168 nenhum momento, retirar o direito de propriedade de ninguém. Fernando (ADSTO),
169 complementando, afirmou que todos os estudos realizados buscaram um equilíbrio. Destacou que,
170 da parte da ADSTO, o que mais buscaram foi segurança jurídica, alinhada com o que Victor Moreto
171 (Naturatins) já havia deixado claro: harmonia. Por isso, reforçou a importância de ler os
172 documentos do plano com atenção. Afirmou que quem não respeitar o plano, seja quem for, de
173 uma forma ou de outra, será penalizado, sendo necessário cobrar esses aspectos. Reforçou que a
174 lei é igual para todos. Comentou que é comum ouvir a afirmação de que a degradação ocorre por
175 culpa do agricultor e do pecuarista, mas destacou que a reserva de todas as propriedades está
176 interligada, justamente considerando tudo o que foi coletado desde o início do estudo. Reiterou o
177 que Victor Moreto (Naturatins) havia deixado claro: hoje, para desmatar uma área de mata bruta,
178 é necessário fazer um levantamento completo de tudo o que existe naquele local, ainda que por
179 amostragem, sendo o material encaminhado ao órgão responsável, que decidirá sobre a
180 viabilidade ou não da autorização de uso daquela área. Sarah Rodvalho (IAC) complementou,
181 informando que, no âmbito do Programa 8, é possível pensar em uma ação voltada ao
182 monitoramento do jatobá, de modo a saber onde as árvores estão localizadas e acompanhar sua
183 situação — destacando que o monitoramento não se restringe à fauna, mas também é importante
184 para a flora. Maria Januária, da AMA Cantão, abordou a questão das nascentes, relacionando-a à
185 agricultura familiar: afirmou que aqueles que não respeitam as pequenas nascentes acabam
186 afetando também as médias e grandes, que dependem delas. Destacou que a fauna e a flora estão
187 desequilibradas, e que quase não conseguem mais colher buriti por causa dos animais. Questionou
188 se haveria possibilidade de a produção agropecuária trabalhar em conjunto com a natureza, de
189 modo a não comprometer tanto as nascentes — relatando que muitos córregos que antes não
190 secavam, hoje já apresentam períodos de seca. Relatou ter chegado à região com cinco anos de
191 idade, e hoje, com 67 anos, observa essa mudança claramente. Contou que esteve no Bico do
192 Papagaio, em Araguatins e Augustinópolis, e visitou uma fazenda onde os proprietários conseguem
193 manter as nascentes livres de assoreamento, afirmando que essa situação é possível e poderia ser
194 replicada. Por fim, perguntou se era verdade que se trabalha com uma faixa de apenas 30 metros
195 de distanciamento dos córregos, considerando essa distância pequena diante do grande risco de
196 assoreamento. Victor Moreto (Naturatins) explicou que, atualmente, os 30 metros correspondem
197 à regra estabelecida pelo Código Florestal. Relatou que, desde o início da construção do plano,
198 chegaram a discutir a possibilidade de uma APP ampliada, mas sempre optaram por seguir o que
199 já é exigido pela legislação — o mínimo de 30 metros previsto no Código Florestal. Informou, no
200 entanto, que, dentro de um dos programas criados, está prevista a instituição de um selo verde: o
201 proprietário não precisa se limitar aos 30 metros, podendo preservar uma faixa maior. Relatou que,
202 ao analisar processos de licenciamento, constata que existem propriedades que não respeitam
203 nem mesmo os 30 metros mínimos, sofrendo embargo, restrição de crédito e necessidade de
204 elaborar um PRAD — situações que acabam manchando a reputação de quem cumpre
205 corretamente a legislação. Por outro lado, destacou que há muitas propriedades que preservam
206 faixas maiores — 80, 100, até 120 metros —, havendo, portanto, os dois extremos. Explicou que,
207 para não desfavorecer quem apenas cumpre o mínimo legal, optaram pela regra geral do Código
208 Florestal de 30 metros, mas criaram a iniciativa do selo verde para valorizar quem preserva além
209 do exigido. Ponderou que a APP, de certa forma, é uma margem seca: o Código Florestal estabelece

30 metros para determinado rio, mas, na prática, a área de influência real pode ser maior em alguns casos e menor em outros, o que ocorre no campo não funciona exatamente como está descrito na lei, sendo mais dinâmico. Reforçou que seguem o que está estabelecido legalmente, para evitar conflitos e questionamentos futuros, mas que isso não impede que a própria população e o conselho gestor provoquem o órgão para que algo a mais seja feito. Citou que existe um programa relacionado ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), destinado a quem preserva além do mínimo exigido, modelo que já existe em outros estados. Informou que, durante as primeiras audiências, anotou essa sugestão como algo que poderia ser desenvolvido no Tocantins: um pagamento para quem preserva mais do que o mínimo legal. Maria Januária relatou que, em Goiás, produtores recebem por preservarem suas nascentes sem que elas sofram assoreamento, e sugeriu que essa iniciativa poderia ser desenvolvida também na região, como forma de incentivo. Victor Moreto (Naturatins) relatou que, antes das primeiras audiências, realizou uma visita técnica à Secretaria de Meio Ambiente de Goiás, para conhecer o que estão fazendo naquele estado e trazer boas práticas para a região. Explicou que o Estado paga determinado valor de recurso, que, embora não seja significativo para um grande produtor, representa uma quantia relevante para o pequeno produtor. Afirmou que considerou o projeto interessante e que está anotado para ser incluído nas próximas discussões. Sarah Rodovalho (IAC) complementou, informando que, sobre as nascentes, o Programa 6 (recuperação ecológica e conservação do solo) representa uma das estratégias, assim como o programa de proteção da água. Destacou que a água é o recurso mais importante e o que motivou a criação da própria APA. Fernan Vergara (IAC), complementando, afirmou que a água, como a Professora Sarah Rodovalho (IAC) já havia mencionado, foi o que motivou a criação da unidade, e que o que as extrativistas observaram, enquanto tal, são situações que a equipe já havia identificado como tendência (relacionadas às nascentes). Reconheceu que esse ponto talvez não tenha sido abordado na audiência de zoneamento, mas informou que o zoneamento prevê a readequação dos drenos — as valas observadas nas lavouras. Explicou que, como o próprio nome sugere, o dreno serve para retirar a água do solo, e que é justamente isso que impacta as nascentes mencionadas. Utilizou a analogia do solo como uma caixa d'água, sendo os drenos os furos dessa caixa. Informou que, a princípio, sugeriram uma nova modalidade de drenagem, ficando definido, nos programas, que se buscasse uma nova forma de drenagem, de modo que a água permaneça mais tempo no solo. Explicou que, em toda a superfície do solo, há água armazenada, e que, ao se abrir uma vala, essa água é escoada, sendo justamente esse o propósito do dreno. Quanto mais profunda a vala, mais água ela retira, e talvez, para as atividades agrícolas, não haja necessidade de retirar tanta água. Ressaltou que tudo o que foi definido no plano de manejo não vai funcionar de forma imediata, como ao virar uma chave — tudo passa por um processo de adaptação, e a observação feita pela senhora é muito importante. Explicou que a APP exerce diversas funções ecológicas e mecânicas, segurando a água e o solo, sendo essencial que as APPs permaneçam preservadas, não se trata de uma questão exclusiva da APA, mas sim válida para qualquer território. Reconheceu que a maioria respeita essa exigência, mas que, ao se imaginar uma APP que não foi preservada, tem-se literalmente um furo na caixa d'água; observando imagens de satélite, é possível identificar processos de assoreamento que também provocam perda de água mais acelerada. Destacou que, muitas vezes, pelo não cumprimento da regra por uma minoria, a grande maioria sofre as consequências. Defendeu que a reserva legal e a APP não devem ser entendidas como um castigo, mas sim como algo fundamental para a própria atividade de todos, não apenas dos extrativistas, mas de toda a população, já que todos dependem da água, e seu valor costuma ser lembrado justamente quando ela falta. Associado a tudo isso, e além desse processo, comentou sobre a alteração climática observada: as chuvas estão ocorrendo em menos tempo e de forma mais concentrada — não necessariamente diminuindo em quantidade total — fazendo com que o período de estiagem se torne mais longo. E, quando a estação chuvosa retorna para reabastecer a 'caixa d'água', ela já está furada, tornando o sofrimento durante a estiagem ainda maior. Quanto à possibilidade de construção de barragens,

afirmou ser possível, mas reforçou que não existe barragem maior do que o próprio solo. Reconheceu a importância da drenagem, mas alertou que a conta que se faz é a de que a região está perdendo água cada vez mais rapidamente, podendo se tornar um problema sério. Relatou que, ao observar as valas e as percepções relatadas sobre rios que secaram, associaram essas informações ao conhecimento técnico que já possuíam. Explicou que o tempo em que a água permanece no ciclo hídrico depende de como ela é retida — pelo solo e pelas árvores —, e que uma árvore de 20 metros, dependendo do tamanho de sua copa, pode liberar mais de 200 litros de água por dia na atmosfera por meio da transpiração; quando essa árvore não existe, esses litros simplesmente não retornam ao ciclo da mesma forma. Eliane observou que estavam pensando apenas nas pessoas, mas que os animais também dependem da água para beber. Fernan Vergara (IAC), retomando a importância da água, comentou que, ao lecionar para os alunos, costuma citar uma reportagem da NASA, segundo a qual a possibilidade de um planeta ter ou já ter tido vida está associada justamente a indícios da presença de água, a suspeita ou possibilidade de haver água é o que determina essa avaliação. Destacou que a água é importante para todas as atividades, agronegócio, extrativismo, pesca, e que, inclusive, a própria APA foi criada com o propósito de proteger os recursos hídricos. Afirmou que todas as ações previstas nos programas, como o de segurança hídrica, têm justamente esse propósito, e que a grande maioria dos demais programas também guarda relação direta ou indireta com esse tema. Explicou que a água, de alguma forma, sempre sairá do sistema, seja por infiltração, pelo dreno (que reconhece ser necessário em certa medida), ou por evaporação, mas que o objetivo é que essa saída não ocorra tão rapidamente. Alertou que esse processo de saída acelerada da água conduz a eventos extremos: se a água sai rápido demais, pode-se gerar enchentes em determinado momento, seguidas por longos períodos de seca e estiagem. Reforçou que a água precisa permanecer mais tempo no solo para alimentar as plantações que serão colhidas pelo agricultor, garantindo, basicamente, a vida na região. Destacou que essa é justamente a ideia central: os regimentos que ajudam a reter a água existem para o bem próprio de cada um e de toda a comunidade — do campo e da cidade, em todas as atividades —, já que a água tem origem nas nascentes. Reforçou que a questão central é encontrar formas de fazer com que essa água permaneça mais tempo disponível, para que o produtor chegue ao final do plantio com mais tranquilidade, tendo água na hora certa e na quantidade certa. Explicou que isso ocorria naturalmente no passado, e que, ao interferir excessivamente no ciclo natural, começaram a sofrer as consequências dessa alteração. Afirmou que essa é justamente a proposta do plano de manejo: transformar o que, à primeira vista, sempre pareceu ser um problema — a existência da APA — em uma oportunidade, pois esses programas não existiriam se aquela área não fosse uma APA. Relatou que o primeiro sentimento que a equipe técnica encontrou, ao chegar à região, foi de que a APA representava um problema; hoje, após todo esse processo, as pessoas começam a perceber que estar dentro de uma APA pode representar uma vantagem. Destacou que esses programas fazem com que aquele território se torne prioridade dentro do Estado, e que é interessante que comecem a enxergar a APA como uma oportunidade. Concluiu afirmando que os programas precisam ser bem estudados pelos presentes, para que possam cobrar, inclusive do poder público, e para que, enquanto associação, possam se unir para potencializar essas ações. sendo os 14 programas a prioridade, e o documento uma ferramenta de cobrança e orientação para melhor se organizarem. Elaine observou que, embora sejam 14 programas, poderia haver um décimo quinto, como, por exemplo, um programa específico para mapeamento dos pés de jatobá. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que esse tema já está contemplado dentro do programa anteriormente explicado. Elaine agradeceu pela explicação e cedeu a palavra para que os demais pudessem participar. Informou que estão presentes em cinco municípios — Caseara, Pium, Divinópolis, Marianópolis e Araguacema — agradecendo por terem sido ouvidas. Manifestou gratidão especial, enquanto extrativista, ao apoio recebido do município, ressaltando que há outros lugares onde as extrativistas não recebem o mesmo suporte. Destacou que o prefeito também as apoia bastante, e expressou gratidão a Fábio, Hélia e às demais

integrantes da AMA Cantão, que estão presentes lutando por essa causa, em defesa de suas águas. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou se mais alguém gostaria de fazer alguma colocação. Sarah Rodovalho (IAC) informou que daria seu último recado enquanto os presentes pensavam, e apresentou o cronograma das próximas audiências da rodada. Reforçou que todos haviam assinado a lista de presença, e perguntou novamente se alguém tinha mais alguma pergunta ou colocação. Adão, presidente do Assentamento Muiraquitã, relatou um problema relacionado a um lago situado às margens do Rio Bananal. Informou que Fábio conhece bem essa realidade, tendo inclusive já ajudado a controlar a situação anteriormente. Relatou que o presidente da associação anterior, sensibilizado com a situação de determinada pessoa quando o INCRA demarcou o assentamento, observou que havia grande falta de água na região — são 48 chácaras secas, totalizando 117 lotes, sendo 48 deles sem acesso a rios ou fontes hídricas semelhantes. Explicou que os moradores precisam perfurar poços para ter acesso à água, inclusive para os animais. Relatou que, por determinada propriedade estar bem próxima ao lago, tem permitido acesso ao gado ao lago. Informou que, hoje, há problemas de assoreamento no lago, que está secando rapidamente, em parte pelo uso da água para bebedouro dos animais ali instalados. Contou ter orientado essa pessoa a buscar a perfuração de um poço artesiano para uso como bebedouro, mas que ela demonstra certo apego ao lago, chegando a impor regras e afirmar que o lago lhe pertenceria. Informou que pretende reforçar a orientação para que ela utilize o poço artesiano. Por fim, perguntou: assim como no exemplo apresentado sobre a proteção da mata, no caso de pessoas com chácaras secas que estão providenciando seus próprios poços, e considerando que parte do lago está sendo utilizada exclusivamente por determinada propriedade — sendo o lago um espaço para pesca e lazer —, essa pessoa não deveria, da mesma forma que as demais, optar pelo poço, preservando o lago? Victor Moreto (Naturatins) respondeu, resumindo a questão do pisoteio de gado em APP: caso esteja ocorrendo assoreamento, configura-se crime ambiental, sendo necessário que o proprietário recupere a área e retire o gado de lá. Explicou que o lago possui APP, e que o pisoteio do gado provoca o assoreamento. Informou que essa situação é passível de multa — possivelmente, se não estiver enganado, na ordem de R\$ 5 mil por hectare — podendo a área inclusive ser embargada. Sugeriu, como solução ideal, a utilização de bomba — com a devida outorga de uso da água — para abastecer um cocho, evitando que o gado tenha acesso direto ao lago ou ao rio, ou, alternativamente, a perfuração de um poço. Citou que existem rios, como o Rio Caiapó, onde alguns pontos de acesso do gado já apresentam tamanho assoreamento que caracterizam crime ambiental. Reforçou a importância de orientar a pessoa a realizar essas adequações antes que a fiscalização chegue. Sarah Rodovalho (IAC) agradeceu a presença de todos e à Prefeitura pela organização.

2.6. Caseara

Ata da Audiência Pública – Apresentação dos programas	
Data: 24.06.2026	
Início: 08:40h	
Fim: 11:00h	
Local: Auditório do Parque Estadual do Cantão	

Histórico:

Luana deu abertura à audiência e deu boas-vindas a todos. Victor Moreto, do Naturatins, desejou bom dia a todos e disse que, e se apresentou como engenheiro ambiental do Naturatins e afirmar estar à frente das treze unidades de conservação do Tocantins. Contou que haviam recebido a missão de iniciar o trabalho do plano de manejo da APA, com base em um convênio entre o Naturatins, o IAC e a ADSTO. Agradeceu à equipe do parque por recebê-los, mas lembrou que estavam tratando da unidade de uso sustentável que é a APA. Disse estar muito feliz por levar ali o que as equipes técnicas haviam pensado para a unidade. Relembrou que, três semanas antes, havia sido discutido o zoneamento, trazendo normas e regras gerais, e que, no presente dia, estavam ali para mostrar o que pensavam sobre os programas — discutiriam ações previstas relacionadas ao fogo, à fauna e a outras articulações, para que a APA tenha uma gestão mais efetiva, dentro do objetivo geral da criação da unidade. Disse que, apesar de as pessoas darem um peso muito grande ao zoneamento, a temática da presente data (programas de manejo) é um ponto muito importante, pois apresentam o que o Estado pensa, em conjunto com as instituições, para que possam tomar iniciativas que atendam aos anseios e às demandas da comunidade, e desejou que tivessem uma ótima reunião. Disse que contava com a colaboração de todos, pois era um momento de propostas, mas também de escuta, contribuições e afins. Disse esperar que tivessem boas ideias, para incluí-las no documento e torná-lo ainda mais robusto, de modo a atender ao que a comunidade precisa. Sarah Rodovalho (UFT) disse que o projeto é um convênio entre o IAC/UFT, o Naturatins e a ADSTO, e, representando a ADSTO, chamou Fernando Vargas para falar. Fernando Vargas (ADSTO) desejou bom dia e disse que tudo o que havia sido feito até aquele momento havia sido feito com base no código florestal. Afirmou que o dilema que tinham, até pouco tempo antes, de insegurança jurídica, estava se encerrando. Disse ser importante que todos tivessem conhecimento dos documentos, pois todos estavam publicados no site do IAC. Contou que, antigamente, tinham, segundo lembrava, quatro ou cinco zonas, e que, naquele momento, teriam oito zonas. Afirmou que a grande maioria delas era passível de ser trabalhada, mas que todas tinham regras. Pontou que a segurança jurídica havia chegado, mais do que nunca, para que pudessem produzir e continuar trazendo desenvolvimento para a região com sustentabilidade. Desejou que fosse uma reunião proveitosa, e que fizessem perguntas. Disse que, se estavam ali naquele dia, era porque quatro mil pessoas haviam sido ouvidas, e que aquilo havia sido feito com a ajuda da sociedade. Humberto Xavier (IAC) desejou bom dia a todos e disse que chegavam, com muita alegria, àquela que seria a última audiência em Caseara sobre o plano de manejo. Relembrou que haviam feito oficinas, e a audiência da proposta de zoneamento vinte dias antes, e que, naquele dia, tratariam dos programas. Disse esperar ouvir a contribuição de todos, e incentivou que ninguém saísse dali com dúvidas. Humberto Xavier (IAC) falou que, se alguém tivesse alguma dúvida ou sugestão, aquele era o momento de esclarecê-la em relação aos programas de manejo. Afirmou que o plano de manejo estava se encaminhando para o encerramento, e explicou os próximos passos: apresentariam o trabalho, fechariam o produto final, que chegaria ao Naturatins para validação, e depois chegaria ao conselho para aprovação — e que aquilo era só o começo. Disse que o plano é feito para planejar, e que, depois de planejado, será hora de executar o manejo, de forma a trazer segurança. Agradeceu a presença de todos e desejou a todos uma boa audiência. Sarah Rodovalho (UFT) apresentou a agenda da audiência, falou sobre o registro de tudo em ata, conforme o slide 1, e mencionou o QR code de dúvidas. Fez a retrospectiva das etapas percorridas até aquele momento, e explicou que, uma vez entregue o plano, começará a parte mais importante: a execução do plano de manejo. Explicou a definição de programas de manejo, conforme o slide 2. Sarah Rodovalho (IAC) falou sobre os responsáveis pela gestão da APA — Naturatins, prefeituras, órgãos estaduais e municipais, conselho gestor deliberativo e gestão democrática —, conforme o slide 3, e fez uma comparação com o presente momento participativo, dizendo que é importante que a gestão continue fomentando momentos como aquele. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou as fases do processo de gestão, conforme o slide 4, e explicou que as próximas revisões do plano de manejo poderão ser pontuais, de um ou dois programas, até um

51 momento em que seja necessária uma revisão tão extensa quanto a atual que está sendo feita.
52 Sarah Rodovalho (IAC) apresentou os quatorze programas de manejo, conforme o slide 5, e disse
53 que, para a apresentação, eles seriam divididos em três eixos: coordenação e governança, proteção
54 ambiental e desenvolvimento socioeconômico. Sarah Rodovalho (IAC) explicou o programa 7
55 (água, segurança hídrica, saneamento rural e resíduos), conforme os slides 6 e 7. Comentou que
56 aquela apresentação, junto com o documento completo dos programas de manejo e todos os
57 outros documentos, está disponível no site, sendo possível baixar. Disse que os documentos eram
58 bem mais completos, e que a apresentação precisava ser mais resumida. Sarah Rodovalho (IAC)
59 apresentou o programa 9 (controle de espécies exóticas/invasoras), conforme os slides 8 e 9.
60 Comentou que a educação ambiental é uma ação transversal que atravessa todos os programas,
61 mesmo havendo um programa específico para isso. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa
62 11 (redução dos impactos da agricultura e de agroquímicos), conforme os slides 10 e 11, e disse
63 que, na prática, trata-se de realizar a produção com saúde para todos — animais, pessoas, plantas
64 e outras produções. Disse que a questão dos agrotóxicos havia sido muito trazida no zoneamento,
65 e que haviam percebido a necessidade de capacitação em todo o processo: as pessoas diziam que
66 precisa de receituário, que ninguém quer gastar mais do que precisa, que agrotóxico é caro, mas
67 que, na hora da aplicação, a pessoa também precisa de treinamento. Sarah Rodovalho (IAC)
68 apresentou o programa 12 (agroextrativismo, bioeconomia e desenvolvimento socioeconômico),
69 conforme os slides 12 e 13, e disse que, na prática, trata-se de dar apoio ao pequeno produtor.
70 Sarah Rodovalho (IAC) afirmou que a APA Ilha do Bananal/Cantão tem muitos assentamentos, e
71 que esse público, assim como os demais, também precisa de assistência. Sarah explicou que a APA
72 é tão grande e tão extensa que há programas que fazem mais sentido em alguns municípios do
73 que em outros — naquele município, por exemplo, a demanda por pesca é muito grande, enquanto
74 em Monte Santo já não há tanto, concluiu. Por isso, disse, as parcerias com as prefeituras são muito
75 importantes, pois alguns programas fazem mais sentido sendo aplicados em determinadas
76 prefeituras do que em outras. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 13 (cultura, educação
77 ambiental e saberes tradicionais), conforme os slides 14 e 15. Comentou que já haviam falado com
78 aproximadamente quatro mil pessoas, e que, no início, as pessoas tinham um sentimento de peso,
79 enquanto naquele momento sentiam um sentimento de pertencimento positivo em relação à APA.
80 Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 14 (governança territorial, demandas fundiárias e
81 mediação institucional de conflitos de uso), conforme os slides 16 e 17. Disse que o zoneamento
82 havia sido apresentado na audiência anterior, mas que nem todos conseguiam entender tudo de
83 imediato, sendo necessário ter mais orientações depois que o plano de manejo for aprovado. Sarah
84 Rodovalho (IAC) comentou que algumas pessoas haviam perguntado sobre os shapes, e disse que
85 eles serão entregues ao término da elaboração. Sarah Rodovalho (IAC) indicou que, a partir
86 daquele momento, passaria a explicar os programas relacionados à proteção ambiental, e explicou
87 o programa 3 (licenciamento, fiscalização territorial, conectividade e conformidade ambiental),
88 conforme os slides 18 e 19. Explicou que o Naturatins tem vários setores, cada um com suas
89 atribuições, e disse que o licenciamento ambiental é um setor que se diferencia da gestão da APA,
90 sendo necessário que os dois se aproximem. Disse que essa aproximação acontece em dois
91 sentidos: quando for feito um novo licenciamento ambiental, depois de aprovado o plano de
92 manejo, será esse novo plano que valerá; e que, depois de feito o licenciamento ambiental, será
93 preciso acompanhar a operação desse licenciamento. Disse que aquilo que o licenciamento
94 ambiental exigir do proprietário deve observar as diretrizes previstas na APA, e que, se houver algo
95 a ser recuperado em prol da APA, como a priorização dos corredores ecológicos, isso deve ser
96 considerado. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 6 (recuperação ecológica e
97 conservação do solo), conforme os slides 20 e 21, e falou sobre a priorização da recuperação nas
98 zonas de adequação ambiental. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 8 (proteção,
99 prevenção e monitoramento da biodiversidade nativa), conforme os slides 22 e 23, e falou da
100 importância dos animais e da vegetação naquele momento, dizendo que ainda não conseguem

101 mensurar a importância deles dali a algum tempo. Contou que, no dia anterior, em Araguacema,
102 uma pessoa extrativista havia falado sobre o jatobá, e disse que uma ação possível daquele
103 programa era também monitorar as espécies de interesse dos extrativistas, já que eles estão
104 começando a notar que algumas espécies estão diminuindo e que o ciclo das plantas está
105 diferente. Sarah Rodovalho (IAC) explicou o programa 10 (manejo integrado do fogo), conforme os
106 slides 24 e 25. Disse que, a partir daquele momento, explicaria os programas relacionados ao
107 terceiro bloco: coordenação e governança. O primeiro programa apresentado nesse bloco foi o
108 programa 1 (participação social), conforme os slides 26 e 27. Disse que estava sempre falando
109 “nós”, pois as pessoas precisam continuar participando da gestão da APA da mesma maneira que
110 haviam conseguido participar do planejamento. Disse que é preciso provocar, mas também
111 garantir que o órgão de gestão da APA assegure esses espaços. Deu um exemplo: imaginando que
112 houvesse uma questão no assentamento Manchete, um grupo de trabalho poderia levar reuniões
113 até lá, descentralizando e possibilitando o aumento da participação social. Sarah Rodovalho (IAC)
114 disse que são quatorze programas, e que é preciso ter equipe para conseguir operacionalizá-los,
115 propondo pelo menos sete especialistas — nesse cenário, cada especialista será responsável por
116 gerir dois programas, o que já representa, de acordo com Sarah Rodovalho (IAC), muita coisa. Sarah
117 Rodovalho (IAC) comentou que o presente trabalho de revisão do plano de manejo não poderia
118 ter sido feito sem as parcerias com as prefeituras, e que as parcerias no fortalecimento da
119 governança são muito importantes. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 4 (indicadores
120 de sustentabilidade, boas práticas e avaliação permanente do plano), conforme os slides 30 e 31.
121 Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 5 (pesquisa, inovação e gestão da informação
122 ambiental), conforme os slides 32 e 33. Sarah Rodovalho (IAC) encerrou a apresentação dos
123 quatorze programas e passou para a etapa de dúvidas e questionamentos, perguntando quem
124 gostaria de começar. Bruna, do projeto Restaurar Cantão, parabenizou pelo trabalho e pela
125 apresentação, dizendo que considera o resultado muito bom. Disse ter uma sugestão para o
126 programa de gestão relacionado ao MIF (fogo): considera-o essencial, voltado à prevenção, mas
127 sentiu falta de algo, dentro desse programa ou em um programa específico, sobre o momento de
128 combate. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que existe sim — que, olhando o documento como um
129 todo, há subprogramas, incluindo um específico relacionado ao enfrentamento. Disse que a
130 apresentação precisava traduzir o conteúdo de uma maneira mais palpável, pois, entre as quatro
131 mil pessoas ouvidas, havia públicos mais conhecedores e outros com maior dificuldade de
132 entendimento, sendo necessário equilibrar essa linguagem. Victor, do Naturatins, saudou Bruna e
133 desejou bom dia. Informou, primeiramente, que Fábio e Hélio não estavam presentes naquele dia,
134 pois haviam tido um incidente com o veículo deles — o motor havia dado problema — e que
135 estavam se esforçando, junto com a equipe, para ver se conseguiam chegar a Marianópolis. Em
136 relação ao fogo, disse que era justamente o que Sarah Rodovalho (IAC) havia colocado: aborda
137 tanto a questão do combate, que era a resposta, quanto a prevenção, que começa antes do período
138 de fogo, e que isso também passa pela questão da educação ambiental. Disse ver o fogo muito
139 mais como uma questão social do que ambiental, sendo o dano ambiental uma consequência.
140 Afirmou que o trabalho de educação ambiental, ao qual às vezes não davam tanto valor, era o que,
141 na sua visão, mais traria respostas dali a cinco ou dez anos. Disse que, enquanto isso não acontecia,
142 a unidade trabalhava com a questão do combate e da prevenção, sendo o combate feito com
143 planejamento. Disse que, dentro do programa como um todo, no documento completo há mais
144 informações, e que o Naturatins trabalha com a elaboração dos planos do MIF, que vão desde a
145 prevenção até o monitoramento pós-fogo. Reconheceu que o Estado tem falhas, inclusive porque
146 não tem equipe qualificada suficiente, e afirmou que sempre reforçava internamente: precisamos
147 de mais gente para isso. Contou que, no dia seguinte, haveria uma reunião em Dois Irmãos, que
148 tinha um núcleo de fogo em Palmas, e que esse núcleo havia sido solicitado pela prefeitura para
149 capacitação, assim como Divinópolis e Chapada de Areia também haviam solicitado. Disse que
150 querem se aproximar das prefeituras nessas ações, pois a unidade precisa executar e elaborar o

plano de MIF, e que precisam se integrar mais — prefeituras e Estado. Explicou que o Naturatins tem brigadas apenas nas unidades de conservação, e que o papel deles é articular essas ações; os municípios tem brigadas municipais, e é preciso ter esse contato e essa resposta junto à sociedade, para saber onde cada um atuará, e como, afirmou Victor Moreto (Naturatins). Pontuou que precisam dessa atuação em conjunto, e que, em Palmas, por exemplo, há bombeiros, defesa civil e Naturatins, mas que, dois ou três anos antes, uma brigada atuava em uma frente, uma fazia o contra-fogo, outra combatia, e a ação não era eficaz. Disse que o que pretendiam com aquele programa era melhorar a comunicação entre os entes, e que havia também um papel de capacitação da brigada comunitária, buscando sempre chamá-los para essas ações. Disse que a questão do combate está prevista dentro do MIF, e que faziam o monitoramento das cicatrizes anteriores para saber onde havia mais material combustível, servindo esse monitoramento ao próprio MIF. Disse que, naquele momento, o Naturatins tinha a brigada da APA e a do parque; a brigada da APA, inclusive, tem equipe atuando no Onalício e no Manchete, mas é uma brigada reduzida — conta com dezoito brigadistas, não conseguindo atender a toda a APA, sendo a prioridade o entorno do parque, de onde começavam a atuar diante de qualquer demanda de fogo. Sarah Rodovalho (IAC) falou sobre os subprogramas existentes dentro do programa, envolvendo o combate, e lembrou o site e o Instagram da APA Cantão. Luís César comentou, sobre o fogo, que, vendo que seriam ações conjuntas e coordenadas, e vindo de Jataí, em Goiás, lembrou que, depois de um incêndio muito grande ocorrido em 2021 ou 2022 — não se lembrava exatamente —, os produtores haviam se juntado, e deixou a sugestão de que fizessem algo semelhante por meio da ADSTO, reunindo produtores que tenham aeronaves e os que não tem. Explicou que essas aeronaves, no período da seca, ficavam concentradas em uma só pista, com pilotos revezando plantão, servindo de suporte quando havia fogo. Disse que o que faziam no dia a dia ali, para ajudar os vizinhos, o pessoal de lá faz com aeronaves, e que funciona muito bem; o produtor que não tem aeronave disponibilizava a pista. Contou que, depois dessa ação, o combate ao fogo havia se tornado muito mais efetivo. Disse que quem já havia apagado fogo sabia que era muito perigoso, com risco de vida, e que a aeronave, por vir de cima, ajuda a ter uma visão muito melhor e a adiantar o combate. Deixou então a sugestão de incluir a ADSTO, para que, por meio dela, formassem um grupo que pudesse ficar disponível para esse tipo de apoio, contando com boas práticas que poderiam ajudar nisso. Guilherme, da Fazenda do Futuro, disse primeiramente que estão em um momento de potencial enorme de integração entre três movimentos: o plano de manejo da APA — que, segundo ele, está sendo construído de maneira muito boa e participativa, parabenizando a todos —, o plano do parque, e, com os quatorze programas, o fato de isso facilitar muito que o parque olhasse para a APA, priorizasse e tivesse seus programas específicos; e o terceiro ponto é o comitê de bacias, que também está organizando seu plano de bacias olhando para os quatorze programas da APA. Disse que, como território, precisam aproveitar essa sinergia entre as três ações, buscando programas comuns e apoiando essa governança. Como presidente do comitê de bacias, comentou sobre a complexidade de lidar com quatorze programas e nove municípios. Perguntou: imaginando que o plano fosse aprovado, como começaria a se concretizar — recursos e demais aspectos? Disse que perguntava isso porque, com o olhar do parque e do comitê de bacias, queria entender como sincronizariam projetos e ações, e qual seria o próximo passo. Victor Moreto (Naturatins) respondeu a Guilherme dizendo que, com o plano de manejo aprovado, conseguirá, junto ao gestor do Naturatins, incluir essas ações no planejamento de recursos do órgão, pois assim terá recurso para contratação e material, e, a partir desse ponto, conseguirá articular as ações. Disse que aquele momento de participação nas audiências era muito bom, pois criava aproximação entre comunidades, prefeituras, defesa civil e Estado, possibilitando a formação de um grande núcleo de trabalho. Disse que, com o plano aprovado, conseguirá incluir tudo isso dentro do planejamento do órgão — se propuser uma ação que não esteja prevista, não conseguirá nem justificar uma diária, por exemplo, mas, estando prevista no plano, conseguirão ter, como Sarah Rodovalho (IAC) havia falado, uma equipe mínima, justificando, por exemplo,

201 pessoal para coordenar esse trabalho. Victor Moreto (Naturatins) afirmou que, naquele momento,
202 tinha o núcleo do fogo do Naturatins, que era muito importante, mas que, dentro do órgão, não
203 existe oficialmente, por falta de planejamento. Contou que, com as discussões do PCDIF, essa
204 temática começa a ganhar espaço. E compartilhou que, na semana anterior, estiveram em
205 Araguaína discutindo isso com Perla, diretora, sobre quem começaria a organizar a questão do
206 fogo, e que sugeriram que fosse a Semahr, por meio de uma câmara de fogo. Disse acreditar que,
207 com o que propõem, conseguirá trabalhar com equipes específicas por temática, e que vê o plano
208 como o caminho ideal para começarem. Disse que, naquele momento, estavam no zero em várias
209 temáticas, e que, com o plano, começarão ajustando a rota se for necessário; concluindo que,
210 enquanto estão parados, o dano ambiental continua acontecendo, e que, naquele ponto,
211 conseguirá trabalhar para ter um planejamento e uma resposta efetiva. Guilherme perguntou qual
212 será o melhor cenário para que acontecesse a contratação de equipe. Victor Moreto (Naturatins)
213 respondeu que é no ano seguinte, em março, quando será liberado o recurso. Sarah Rodovalho
214 (IAC) destacou ser importante a necessidade de apoio político, dizendo que não sabiam como seria
215 mais adiante, e que é muito importante que aquilo se torne política de Estado, e não de governo;
216 disse que essa cobrança é boa, e que todos precisam continuar cobrando. Comentou também que,
217 em um cenário otimista, a gestão continuará, mas que, se não ficassem atentos por meio da
218 participação social, talvez não continuasse. Guilherme agradeceu, e contou sobre uma experiência
219 recente em uma reunião do comitê de bacias, na qual estavam se conectando e haviam conhecido
220 o projeto Guardiões do Caiapó, tendo estado na Ilha do Bananal, onde acamparam. Disse que
221 sabem da morosidade do sistema político, e que, ao chegar março do ano seguinte, por mais boa
222 vontade que houvesse, talvez não aconteça o esperado. Disse que, por isso, poderiam começar um
223 núcleo, um comitê dentro da ADSTO, olhando para os programas do parque, da APA e das bacias,
224 e que, como produtores, já partiriam para a execução. Reafirmou acreditar que, como produtores,
225 não podem esperar, pois o território está pedindo ações que lhes interessam, e que, com a ADSTO
226 à frente, podem começar a agir. Victor Moreto (Naturatins) disse concordar, e que estão ali por
227 isso. Contou que está no órgão há treze anos, e que aquela era uma demanda do próprio órgão —
228 haviam identificado situações que precisavam ser revistas, sendo uma demanda interna; disse que,
229 como Guilherme havia falado, por mais boa vontade que tem, é preciso ter essa pressão. Afirmou
230 que o plano de manejo é uma prova viva disso, pois só está acontecendo porque houve pressão da
231 sociedade. Disse que qualquer tipo de programa ou ação previsto precisa muito da contribuição
232 de quem mora ali, e que, como Guilherme havia dito, o recurso também tem seus limites e, às
233 vezes, é direcionado a outras temáticas — sendo necessária a pressão externa, de fora para dentro,
234 o que também é bom para eles, dentro do órgão. Disse que, quando ver o conselho do parque
235 pressionando para renovar o plano de manejo, acha ótimo, pois sabe que precisa fazer e quer fazer,
236 mas que cobrar sozinho é diferente de a comunidade cobrar. Concluiu afirmando ser importante
237 que as associações se juntem e se articulem, sendo o plano de manejo a prova viva disso.
238 Guilherme disse considerar muito importante a entrada da UFT, afirmando que, em sua visão, a
239 universidade sempre esteve distante do Cantão. Disse que, com a UFT e o IAC presentes, de várias
240 maneiras, é importante que, dentro da própria UFT, trabalhem de forma integrada, conversando
241 entre si. Guilherme compartilhou que, independentemente da aprovação dos planos, já
242 conseguem trabalhar com programas integrados, e que precisam continuar fazendo isso. Fez uma
243 provocação à UFT: desenhem programas integrados para a APA Ilha do Bananal/Cantão, pois, caso
244 contrário, o recurso vai se diluindo e não conseguiríamos convergir os interesses que a comunidade
245 precisa. Comentou que a região tem um IDH baixo, explicando que geram riqueza, mas não geram
246 educação, e que o Estado do Tocantins está entre os mais burocráticos e corruptos; perguntou se
247 não fariam nada a respeito, dizendo que precisam trabalhar de forma integrada, ou então
248 continuará a mesma coisa de sempre: muita fala e pouca ação. Fernan Vergara (IAC) complementou
249 dizendo que há o plano de manejo, o plano do parque, o plano da APA, o plano da bacia, e que, ao
250 analisarem políticas públicas, muitas vezes percebe que não há integração entre eles. Contou que

havia orientado uma aluna que comparava esses planos em Palmas — plano de bacia, plano de saneamento e plano diretor —, e que alguns requisitos contradiziam os outros, por falta de comunicação. Disse que, na audiência de Abreulândia, haviam comentado sobre isso, e que havia sugerido, e parecia que a APA tinha representação no comitê, e que o comitê deveria ter representação na APA. Disse que é fácil perceber que muitos desses programas poderiam ser programas do plano de bacia, pois a água é uma só, e o regramento também é um só, dentro das políticas estaduais e nacionais de recursos hídricos. Disse achar que, naquele momento, o mais importante é essa interlocução que Guilherme havia comentado, entre parque, APA e bacia, e o que mais houvesse. Comentou ainda sobre o que a iniciativa privada — por exemplo, a ADSTO — já poderia fazer: acha muito importante, e disse que, se a sociedade civil se articular para executar qualquer ação que não exija muito recurso, isso, no futuro, se apresentará como resultado de barganha perante o próprio Estado, quando fossem cobrar recursos, podendo dizer: já fazemos isso e aquilo, mas a partir daqui precisamos de recurso. Disse que aquilo depende muito da articulação e da vontade da sociedade, e reforçou a importância do que havia sido dito sobre a universidade. Rodrigo comentou que, há muitos produtores presentes ali, e citou que os produtores de Marianópolis têm um grupo de combate a incêndio, por meio do qual ele havia conseguido disponibilizar uma aeronave de sua fazenda, sem custo algum, e informou que Arnardino Gabriel é o administrador do grupo. Edio disse que, em um primeiro momento, todos estão satisfeitos, vendo apenas pontos positivos. Agradeceu pelo tempo dedicado, e comentou que as audiências estavam mais calmas, ao contrário de antigamente, quando todos ficavam nervosos, se alterando e ansiosos, mas que tudo havia se encaixado no seu tempo. Levantou algumas dúvidas: disse que tanto os fazendeiros pequenos quanto os grandes estavam ansiosos com as licenças, e que cada um se enquadraria e que daria certo. Comentou que o mapa hidrográfico do Naturatins parece bem feito, até demais, de acordo com ele — mostrando mais água do que realmente há. Disse que, como a APA é muito grande, Caseara tem a hidrografia bem mais definida, enquanto Dois Irmãos apresenta muito problema. Disse que, até aquele momento, só haviam visto um mapa pequeno, sem acesso ao shape, e contou que sua propriedade aparece marcada em vermelho, querendo saber como será feita a fiscalização. Disse saber que a APP está certa, mas que haverá um problema que todos terão: antigamente havia córregos, faziam represas, e depois aquilo não dava certo, sendo necessário um processo de regeneração. Perguntou se isso seria feito com acompanhamento técnico ou se o Naturatins seria obrigado a acompanhar. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, provavelmente, o vermelho indica a zona de adequação ambiental — áreas identificadas com algum tipo de uso ou degradação dentro de uma área que deveria ser APP. Explicou que a ideia é que essa área seja restaurada a longo prazo, para que depois componha a parte chamada zona de uso restrito, já que o próprio código florestal prevê essa recuperação para APPs. Disse que a zona de adequação ambiental havia sido criada justamente para identificar essas áreas de APP degradadas, e que, na análise, o prazo de adequação do proprietário depende do risco e do grau de impacto. Explicou que a ideia, ao criar a zona, é identificar a área degradada, e que, hoje, no Naturatins, não se consegue obter essa licença sem isso — é preciso pensar no médio e no longo prazo da unidade de conservação, afirmou Victor Moreto (Naturatins). Disse que, independentemente de serem três, quatro ou cinco anos, precisam da área recuperada, mas respeitando as pessoas que já têm autorização de uso. Explicou que a ideia é um termo de compromisso entre o produtor e o órgão, com prazo, que, dependendo do grau de impacto, determinará o tempo para a recuperação da área, podendo ser até gradativo — por exemplo, um compromisso de que, a cada ano, o produtor recupere um pouco, para que, dali a cinco anos, na renovação da licença, seja possível constatar a recuperação. Disse que a ideia do plano é ter um processo mais gradual e participativo, no sentido de cada parte entender o lado da outra — o ambiente e a produção. Comentou que há áreas degradadas próximas a APPs que estão afetando essas APPs, e que, em Dois Irmãos, há muitos rios efêmeros, existindo no Naturatins um processo de contestação de hidrografia, em que a pessoa apresenta um laudo e uma história de

301 área para comprovar se determinado rio é de fato efêmero — pois nem todo rio que seca é efêmero
302 —, e que, comprovando isso, aquela zona pode ser descontinuada. Edio complementou dizendo
303 que o fazendeiro tinha medo: quando o Naturatins chegava, sentiam medo. Disse achar bonito ter
304 essas parcerias, e que estavam mudando muito — antes, de acordo com ele, o Naturatins
305 fiscalizava e autuava, e hoje, nessa proposta, há tempo de adequação. Reconheceu que há gente
306 que faz errado mesmo, mas também há gente tentando fazer certo, e achou muito bonita essa
307 parceria, essa mudança. Comentou ainda que, em Caseara, a maioria é de fazendeiros grandes,
308 mas quis dar um alerta sobre os pequenos produtores: na parte de regularização, eles não
309 conseguirão se a prefeitura não entrar com parceria, pois metade dos assentados não conseguirá
310 regularizar, já que é caro. Disse que há muitos engenheiros ambientais fazendo um serviço
311 malfeito, pois, às vezes, o produtor quer contratar pelo preço mais baixo. Disse para o vice-prefeito
312 que estava presente, que era preciso se mobilizar, sugerindo que a secretaria de agricultura
313 pensasse em algo; comentou que a prefeitura do RS estava dando assistência, pois é preciso que
314 isso seja municipalizado, não podendo deixar tudo a cargo do Estado — a prefeitura precisa
315 participar. Victor Moreto (Naturatins) respondeu a Edio dizendo que é importante que o
316 proprietário, ao perceber um problema, se antecipe e procure o órgão. Disse que, se o proprietário
317 esperar a fiscalização chegar, será autuado; é importante que ele busque o órgão para firmar esse
318 termo de compromisso, pois, se a fiscalização chegar antes, terá que pagar multa e regularização,
319 enquanto, se procurar o órgão antes, pagará apenas a regularização, reforçou Victor Moreto
320 (Naturatins). Disse que, se a fiscalização chegar e o proprietário já mostrar o termo de
321 compromisso, não haverá multa. Edio disse ter entendido, e citou como exemplo a recuperação
322 feita na propriedade do senhor João do Cantão, dizendo que havia sido uma recuperação de APP
323 muito bem feita. Explicou que a área não havia sido degradada originalmente — antes da compra
324 pelo senhor João, havia um córrego, depois fizeram uma represa, a água subiu e matou a mata
325 auxiliar. Victor Moreto (Naturatins) disse que a questão do assistencialismo vinha sendo discutida,
326 e que é importante que todos saibam e estejam cientes disso, pois, de fato, os pequenos
327 produtores têm dificuldade de acesso à informação técnica e ao consultor ambiental, por causa
328 dos custos; disse que o Senar e o Ruraltins deveriam fazer essa articulação junto aos pequenos
329 produtores, e que tem programas relacionados a esse tipo de trabalho. Reconheceu a falta de
330 conhecimento técnico dos pequenos produtores, dizendo que essa falta de conhecimento pode
331 gerar muitos problemas, sendo necessário que essas instituições conversem entre si e levem
332 assistência a essas comunidades. Esclareceu que não é papel do Naturatins dar assistência técnica
333 rural, sendo esse papel de outros órgãos, já que o papel do Naturatins é a conservação do meio
334 ambiente. Mas disse que, como a falta de assistência é um problema para eles, haviam incluído
335 um programa para que pudessem articular essa questão, pois não querem que haja dano ambiental
336 no futuro, e, com a assistência, as pessoas acabam produzindo mais e melhor. Bruna sugeriu que
337 o plano de trabalho, em vez de ser anual, fosse semestral. Victor Moreto (Naturatins) respondeu
338 que sim, que é algo a ser discutido. Sarah Rodovalho (IAC) pediu que Victor Moreto (Naturatins)
339 falasse um pouco sobre a relação da APA com o parque. Victor Moreto (Naturatins) explicou que a
340 unidade havia sido criada para proteger a outra: no Estado do Tocantins, as APAs sempre foram
341 criadas no entorno dos parques, priorizando a conservação da área deles. Disse que as APAs
342 existem para minimizar os impactos sobre o parque — qualquer retirada de água na bacia do rio
343 do Coco, por exemplo, acaba afetando diretamente o parque. Disse que a APA é a cuidadora do
344 parque, e que a ideia de restringir algumas atividades, principalmente na zona de uso restrito, nas
345 margens dos rios, é evitar problemas. Disse que tudo o que pensam, lá em cima, é para tentar
346 minimizar ao máximo os impactos aqui embaixo, e que, querendo ou não, a APA se torna quase
347 uma zona de transição para o parque. Afirmou que a APA tem um grande propósito de conservação
348 de água e mananciais, que afeta mais de oitocentos lagos só na região do parque, de modo que
349 qualquer ação lá em cima afeta diretamente aqui embaixo. Guilherme contou que um dos projetos
350 que o trouxe de São Paulo para morar definitivamente naquela região, dez anos antes, foi um

projeto que mostrava o corredor ecológico Coco-Caiapó. Disse que havia ido à Holanda e indicado o projeto a João. Explicou que, quando olham o mapa desenhado, saindo da propriedade de João, passando por uma área entre ele, a fazenda California e a Veneza, entrando no asfalto, é possível conectar tudo — observando o mapa, a reserva de João é maravilhosa, e, com pouco esforço, conseguimos conectar novamente toda aquela fauna, do Caiapó ao Coco; falta muito pouco. Disse que existem muitos projetos para resolver essa integração, e sugeriu que a ADSTO olhasse para essa visão de corredores ecológicos, para que os produtores também olhassem para esses projetos de integração dos corredores. Disse que a APA ser a transição do parque é um grande presente. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, se olhassem os corredores propostos, era justamente isso: pegando a zona de uso restrito, saindo da foz do Caiapó e chegando ao início dele. Guilherme comentou que é ali onde a APA atua, que o comitê também atua. Victor Moreto (Naturatins) confirmou, dizendo que exatamente: a proposta de corredor é justamente o que Guilherme estava dizendo — haviam pegado a bacia do Coco e do Caiapó e feito o corredor que já era natural nesses corpos hídricos. Explicou que essas reservas já estavam interligadas a corpos hídricos menores, e que haviam identificado alguns já degradados, sendo aí que se criou a zona de adequação ambiental, para que houvesse fluxo de uma bacia para outra e para que tivessem resultados. Disse que todos tinham um papel a cumprir. Daniela Sandoval disse trabalhar com Felipe Odilon, na parte administrativa, e ser esposa de Júlio, da fazenda mencionada. Perguntou se haveria outra audiência ali. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que aquela era a última. Daniela Sandoval perguntou como ficarão os licenciamentos após a aprovação do plano, já que espera uma avalanche de solicitações. Contou que vinha solicitando seu licenciamento havia quatro anos, e que havia conseguido apenas recentemente, passando por três técnicos até encontrar um que conseguisse concluir o processo. Disse saber que haverá uma quantidade muito grande de solicitações, e perguntou como ficará a questão dos licenciamentos, e se haverá alguma área terceirizada para agilizar o processo. Victor Moreto (Naturatins) perguntou se ela se referia a uma área terceirizada por parte do Estado. Daniela Sandoval confirmou, perguntando se, dentro do Naturatins, haveria algum escritório terceirizado para ajudar. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que o fluxo seguirá o mesmo, mudando apenas as regras. Disse que precisarão, como unidade de conservação, ir até o setor de licenciamento para explicar o processo, fazendo capacitação com a equipe responsável. Explicou que, naquele momento, os processos de pequeno e médio porte passam diretamente pelo licenciamento, sem manifestação da unidade de conservação para áreas consolidadas. Contou que, em 2023, haviam travado solicitação de supressão, e que praticamente todas as zonas permitem supressão, algumas com mais requisitos, outras com menos, devendo tudo seguir o rito legal. Explicou que a equipe de supressão é diferente da equipe de licenciamento. Daniela Sandoval comentou que os departamentos não conversam entre si. Victor Moreto (Naturatins) confirmou que é exatamente assim que funciona, mas disse que estão com uma proposta para mudar isso — não pelo plano de manejo, mas como uma ideia para melhorar o fluxo. Explicou que, hoje, na Geref, quando se identifica uma supressão referente à unidade de conservação, o processo é encaminhado a eles; disse que isso poderia mudar por portaria, dependendo muito da conversa e da capacitação interna. Mas explicou que o processo seguirá o mesmo rito: a Geref identifica a supressão, encaminha ao setor responsável, que devolve a autorização; uma vez autorizado, segue para o licenciamento, que, ao identificar que está na unidade de conservação, se baseia no plano de manejo. Disse que só retornará à unidade de conservação se for um processo de grande porte, seguindo a resolução Conama — nesse caso, o processo de grande porte será encaminhado à unidade de conservação, que precisará dar sua manifestação. Reforçou que a proposta não é mudar o fluxo, mas que há algo que podem mudar internamente, sendo necessária a capacitação para que a Geref consiga fazer essa análise. Daniela Sandoval deu uma dica, contando sua própria experiência: disse ter passado três anos tentando o licenciamento, e aconselhou que, ao entrar com o processo, já se entrasse com tudo, com o processo completo. Disse que o técnico é como um médico, sendo preciso confiar muito nele, mas que, mesmo confiando, é importante

acompanhar pelo Sigam, pois os processos não podem vencer — se vencerem, é necessário pagar as taxas novamente. Disse saber que o tempo de todos é muito curto e a rotina muito intensa, mas que ela mesma entra todos os dias no sistema, pois há muitos documentos e, às vezes, não dá tempo de o técnico responder, mesmo recebendo o e-mail. Recomendou que, havendo alguma pendência, ligassem para o técnico e pedissem que agilizasse. Explicou que o Sigam é o sistema do Naturatins, por meio do qual é possível acompanhar o processo em tempo real. Júlio César disse querer compartilhar o resultado de uma pesquisa feita pela Semarh e pelo Fundo de Amparo sobre a qualidade da bacia do rio do Coco: constatou-se que a água dessa bacia está em excelente qualidade, mostrando que o que vem sendo feito está sendo bem feito. Disse achar interessante essas pesquisas, pois partem de dados de pesquisa, e não de algo aleatório — é muito simples dizer que os produtores estão poluindo a água com agrotóxicos, mas a pesquisa comprova que as práticas que estão conduzindo são boas. Disse que, obviamente, tudo o que está bom pode melhorar, desde que se baseie em algo técnico, e não em suposição ou ideologia. Disse querer compartilhar isso por achar importante, mencionando que, como o comitê havia sido citado, a Prosoja está presente e acompanhará o processo nesse nível. Fernando Vargas disse que, sobre a ADSTO, ela continuará participando. Afirmou que o que sempre falam é sobre o fortalecimento — em Pium, já estão conseguindo conversar com os assentados sobre a importância de participarem. Disse que, como Arnardino Gabriel menciona, foram muitas noites, madrugadas, reuniões e articulações com outras entidades, e que é necessário que a população se associe para fortalecer a instituição. Disse que, se o governo não disponibilizar recurso, a ADSTO, com mais de duzentos e setenta associados, não deixará aquele plano morrer. Pediu ajuda para divulgar e fortalecer a ADSTO, lembrando que há mais de três mil propriedades dentro da APA, e que não têm nem dez por cento dessas propriedades associadas. Disse que precisam se fortalecer, pois é o meio de levar seus anseios até as entidades. Reconheceu que sabem que é preciso produzir com sustentabilidade, e que aquilo está sendo bem construído ali, com todos elogiando o Naturatins e os órgãos envolvidos; disse que, se fortalecerem a ADSTO, aquele trabalho não terminará ali, mas que isso depende do empenho de todos para continuarem fortalecidos. Disse que as audiências estavam terminando, mas que a batalha continua, e que precisam transmitir isso para as próximas gerações, pois o resultado depende deles, como sociedade. Encerrou dizendo: vamos fortalecer a ADSTO; Fernando levantou pontos de reflexão: quem assumirá o governo no ano seguinte, quem assumirá as diferentes pastas, e se terão o mesmo posicionamento dos que os haviam ajudado, lembrando que várias pastas haviam validado o trabalho para que estivessem ali naquele dia. Disse que sempre fala, principalmente em Pium, que o meio rural, por muitos anos, esteve dividido, mas que, em Pium, haviam conseguido reunir os presidentes de assentamento e mostrar que o problema deles é o mesmo do pequeno, do médio e do grande produtor. Victor Moreto (Naturatins) concordou com Fernando, dizendo que é isso mesmo. Mencionou o presidente Cledson, a si mesmo à frente da gerência, a diretora Perla, e o IAC, dizendo que não havia sido fácil no começo — houve muita discussão e embate. Disse que é complexo, mas que as equipes que se colocaram à disposição para ouvir o outro e revisar seus próprios preconceitos, a fim de chegarem a um denominador comum, e que, como Fernando havia dito, as instituições e as pessoas podem ser trocadas. Disse que aquele é o espaço de todos, sendo a área mais rica do Estado em recursos naturais, e que é importante que a sociedade continue cobrando e acompanhando, para que aquele trabalho seja contínuo e caminhe para o que é necessário. Fernando Vargas, retomando a fala de Edio, comentou ser interessante conversar com Ana Carolina, de Dois Irmãos. Contou que, na audiência do dia anterior, haviam disponibilizado um consultor, que ficou desde o início da audiência até as dezesseis horas oferecendo consultoria gratuita. Disse que, se alguém do município não se mobilizasse, a população ficará novamente para trás. Disse querer levar essa iniciativa para Pium, achando muito legal o que haviam feito, desde o engajamento da sociedade em participar, levando duzentas pessoas em uma terça-feira de manhã. Contou que uma mulher havia agradecido ao prefeito por ter conseguido chegar à reunião limpa, sem estar suada. Disse

451 achar que é isso que precisa ser feito nos demais municípios, ou então geraria, de novo, aquela
452 divisão. Sarah Rodovalho (IAC), finalizando, agradeceu novamente a disponibilidade do parque,
453 dizendo que havia sido muito bom, e que sentir a natureza, enquanto falavam sobre ela, fazia muita
454 diferença. Disse que estavam terminando a terceira etapa do trabalho, e apresentou o cronograma.
455 Agradeceu a presença de todos. O vice-prefeito Diogo agradeceu à equipe que estava à frente do
456 projeto, dizendo que, como produtor, sabem que faz tempo que é um trabalho difícil. Parabenizou
457 a todos e agradeceu pela dedicação, pedindo que mandassem um abraço a Arnardino Gabriel,
458 grande trabalhador dessa causa, de acordo com ele. Disse ter participado das três reuniões, e que
459 houve redução do público ao longo delas, mas que perceberam que os produtores continuavam
460 vindo até o final, sabendo da importância do processo. Disse que, apesar de ter sido divulgado,
461 infelizmente poucas pessoas haviam comparecido, mas que quem realmente quer produzir estava
462 ali, reconhecendo a importância do trabalho. Disse que precisam estar juntos, ter união e estar
463 dentro do processo, sendo essa a única forma de alcançarem seus objetivos. Agradeceu a todos,
464 dizendo que todos são muito importantes, e que precisam do campo produzindo (para ele,
465 produtor é todo mundo, independentemente do tamanho da propriedade) para que possam levar
466 o benefício do trabalho do campo até a cidade, e a cidade, por sua vez, se desenvolva para dar
467 suporte ao campo, sendo todos dependentes uns dos outros. Agradeceu a presença de todos. Foi
468 informado que o gestor Cleber não pôde estar presente porque estava acompanhando a equipe
469 de monitoramento de fauna dentro do parque.

2.7. Marianópolis do Tocantins

Ata da Audiência Pública – Apresentação dos programas	
Data: 24.06.2026	
Início: 14:46h	
Fim: 15:45h	
Local: Centro de Convenções Og Sá Silveira - Marianópolis	

Histórico:

1 A prof. Sarah Rodovalho (IAC) deu abertura à audiência e informou que aquela seria a última da
2 revisão do plano de manejo na cidade. Victor Moreto, representante do Naturatins, afirmou que o
3 zoneamento geralmente chama a atenção das pessoas, mas que a temática da presente audiência,
4 “programas de manejo”, é muito importante pois indica onde cada um atuará e como a sociedade
5 deverá cobrar do Estado o cumprimento do objetivo da APA. Victor Moreto disse que são nove
6 municípios com um histórico de trinta anos de problemas que vem se repetindo. Contou que,
7 alguns anos antes, havia começado a proposta do plano, mas que, naquele momento, chegaram com
8 uma proposta nova — nova no sentido de não ser algo milagroso, mas de contar com a participação
9 da sociedade, afirmou Victor Moreto. Disse que a ideia é que todos contribuam, tirem dúvidas e
10 avancem com o plano, e que, daqui a alguns anos, comecem a colher frutos de fato com a gestão
11 da unidade. Afirmou que o plano de manejo é o início de um trabalho que eventualmente precisará
12 de ajustes e correções de rota, pois é assim que funciona: não é algo engessado, não é uma lei.
13 Disse que é preciso trabalhar com possibilidades de ajuste de rota, pois as tecnologias mudam, a
14 população muda, e o meio ambiente também muda. Afirmou contar com a participação de todos
15 para que aquele plano, depois de aprovado pelo rito original, transforme a unidade de conservação
16 — na qual todos haviam se dedicado tanto — em um modelo. Disse que o trabalho que haviam
17 começado ali gerará muitos frutos para os demais. Agradeceu e pediu que todos aproveitassem a
18 audiência, reforçando que estavam ali para tirar dúvidas e receber sugestões. O presidente da
19 ADSTO, Arnardino Gabriel, deu as boas-vindas a todos e agradeceu a presença na construção do
20 que definiria o futuro. Disse que, como Victor havia falado, o primeiro passo é entregar o plano de

manejo com segurança jurídica, e que as adequações continuariam sendo feitas, pois a vida de hoje não é igual à de amanhã, e que, de acordo com o crescimento da região, conseguirão fazer esses estudos e adequações. Disse que não se alongaria, pois tecnicamente já tinha existe um plano de manejo quase pronto, faltando apenas algumas arestas — poucas, de acordo com ele, — que os técnicos presentes estavam ali para anotar, e que depois se reuniriam à mesa para resolver. Agradeceu a todos que haviam permanecido nas audiências durante quatro anos, além das audiências realizadas com o IAC e o Naturatins, e afirmou que uniram grandes esforços. Arnardino Gabriel afirmou que, antes disso, a ADSTO já vinha trabalhando nessa construção, tão importante para eles e para os filhos deles. Afirmou que, até agosto, o plano de manejo estará aprovado. Disse que todos estavam empenhados em falar a mesma língua, e citou o apoio importante do Ministério Público e do Juiz Wellington (Cejuscaf). Humberto cumprimentou todos os presentes e disse que estavam ali em uma construção coletiva. Lembrou que havia um ano e meio naquela luta com eles, e que chegavam àquele momento final com a alegria de ter alcançado algo equilibrado, que compatibiliza pessoas, produção e ambiente. Disse que, só na parte comunitária, haviam sido realizadas trinta e seis reuniões, e que as três instituições tiveram a preocupação de construir o plano junto com a população. Disse que chegavam então àquela última audiência pública, já com quase cinquenta reuniões realizadas, com a sensação de dever cumprido, buscando trazer paz, tranquilidade e segurança jurídica para quem produz, para os assentados que podem exercer suas atividades, e para as cidades. Contou que haviam estado em Araguacema, e comentou como a cidade estava bonita, e que a produção tinha tudo a ver com isso, pois é com a produção que as cidades se desenvolvem. Disse que esse é o papel deles. Da mesma forma, contou que haviam estado mais cedo em Caseara, e que a sensação de estar na natureza era muito agradável; reafirmou que o objetivo deles é equilibrar os três pilares, sem prejudicar a produção, o ambiente e as pessoas. Disse que finalizavam ali em Marianópolis, e que teriam mais dois encontros no dia seguinte, e que, naquele dia, tratariam dos programas de manejo. Acrescentou que, dentro desses programas, encerravam aquela etapa, e que aquele era apenas o ponto de partida — ali se iniciava o manejo. Sarah Rodovalho (IAC) retomou a fala e perguntou quem estava naquela reunião pela primeira vez; algumas pessoas se manifestaram. Informou que Paulo estava passando com a lista de presença, e que tudo o que era dito ali, Ana Livia (IAC) estava registrando na ata. Sarah Rodovalho (IAC) lembrou as etapas percorridas até aquele momento: oficinas, zoneamento e apresentação dos programas. Explicou que, quando diziam que estavam terminando o trabalho, estavam terminando o planejamento, e que, depois de o plano ser aprovado, será preciso geri-lo para alcançar os objetivos — começará então a gestão e o manejo. Sarah Rodovalho (IAC) explicou quem serão os responsáveis pela gestão da APA: o Naturatins, destacado como a entidade mais importante, os órgãos estaduais e municipais relacionados ao meio ambiente, as prefeituras e ressaltou a importância da gestão compartilhada, principalmente por se tratar de uma APA muito grande. Falou da importância da participação social a partir do conselho gestor deliberativo e da gestão democrática, conforme o slide 3. Disse que, às vezes, é mais fácil chegar até um representante que tem cadeira no conselho do que diretamente à gestão da APA. Lembrou que já passaram mais de quatro mil pessoas no processo de escuta comunitária, e que é interessante que todos continuem mobilizados. Explicou que, no dia seguinte, concluirão as audiências e voltarão para casa. Explicou que a equipe fechará o plano de manejo e entregará o produto ao Naturatins, encerrando assim a parte mais direta de responsabilidade do IAC. Disse que o Naturatins terminará de conferir o material, dará o “ok”, e que o conselho gestor precisará, em seguida, aprovar o plano de manejo; depois de aprovado, será publicado e passará a valer de fato. Sarah Rodovalho (IAC) explicou o processo de gestão conforme o slide 4. Em seguida, explicou os quatorze programas, conforme os slides 5 e 6, e disse que, para facilitar a explicação, eles foram divididos em coordenação e governança, proteção ambiental, e desenvolvimento socioeconômico, conforme o slide 5. Sarah explicou o programa 7 (água, segurança hídrica, saneamento rural e resíduos) e disse que, na prática, ele trata do fato de que todos precisam de água. Explicou que os exemplos

apresentados eram apenas exemplos, mas que existem outras formas de contemplar um programa. Comentou que o tema da educação aparece em vários outros programas. Sarah Rodovalho (IAC) explicou o programa 9 (controle de espécies exóticas/invasoras). Explicou o programa 11 (slides 10 e 11) e disse que havia sido muito ouvida a necessidade de cuidado em toda a cadeia de aplicação de agrotóxicos. Sobre o programa 12, disse que, na prática, é necessário apoio à produção, principalmente para pequenos produtores e assentamentos rurais (agroextrativismo, bioeconomia e desenvolvimento socioeconômico), e que fortalecer a permanência do jovem no campo havia sido um ponto muito comentado nas audiências anteriores (slides 12 e 13). Em seguida, apresentou o programa 13 (cultura, educação ambiental e saberes tradicionais), explicando que ele se justifica porque as pessoas tendem a se sentir mais pertencentes a uma cultura quando a conhecem melhor. Disse que, naquele quase um ano de audiências públicas, já haviam percebido diferença nesse sentimento de pertencimento à APA, e que esse sentimento, antes negativo, vinha mudando, o que ajuda a população a participar mais do processo de gestão. Sarah Rodovalho (IAC) lembrou que a educação ambiental permeia todos os programas, e que, novamente, o órgão participa da organização dos temas, contando com o apoio do conselho para isso. Explicou o programa 14, que trata da diminuição da burocracia, e comentou que estava sempre dizendo “a gente” porque é preciso que todos se incluam nesse processo — ela, eles, todo mundo, na gestão da APA (programa de governança territorial, demandas fundiárias e mediação institucional de conflitos de uso). Lembrou que, na reunião anterior, haviam apresentado o zoneamento, com uma quantidade de informações muito grande, e que, a partir do momento em que aquilo fosse aprovado e todos tivessem acesso ao shape, as pessoas precisarão entender ainda mais sobre cada zona, precisando de mais orientação. Disse que o processo estava apenas começando, e deu como exemplo o fato de que o Naturatins pode buscar parcerias com o Incra, o Ruraltins, entre outros. Sarah Rodovalho (IAC) disse que, a partir daquele momento, apresentaria os programas dentro do eixo “proteção ambiental”, e começou pelo programa 3 (licenciamento, fiscalização territorial, conectividade e conformidade ambiental). Comentou que, dentro do Naturatins, há vários setores — licenciamento ambiental, unidade de conservação, Cars — e citou Fábio como presidente do conselho gestor e supervisor da gestão da APA, que precisará trabalhar em conjunto com os outros setores do Naturatins. Deu o exemplo de uma consultora ambiental que entrasse com um pedido de licenciamento: é importante que as condicionantes das zonas sejam cumpridas, e, uma vez cumpridas, será preciso acompanhar se as diretrizes da APA continuam sendo respeitadas. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 6, dizendo que seu objetivo é recuperar áreas degradadas, e citou a zona de adequação ambiental como zona de interesse (programa 6 — recuperação ecológica e conservação do solo). Sarah apresentou o programa 8, conforme os slides 22 e 23, citando que se trata de uma área de proteção ambiental. Disse que as plantas, os animais e os frutos já são importantes no presente momento, e que não conseguem mensurar a importância deles no futuro. Contou que, no dia anterior, uma moradora havia falado, em outra audiência, sobre árvores protegidas, como o jatobá e o pequi, e que isso também pode ser englobado por esse programa. Sarah Rodovalho (UFT) explicou que o programa 10 trata do manejo integrado do fogo, conforme os slides 24 e 25. Antes de passar ao exemplo prático, Sarah comentou que o documento completo está disponível no site há mais de vinte dias, e a apresentação em si por um período um pouco menor. Mencionou o site do projeto e disse que estava vendo pessoas tirando fotos, e pontuou que baixar os documentos direto do site faz com que eles tenham uma resolução melhor, além de ser mais fácil de compartilhar. Acrescentou que há também o Instagram @apacantao, em que o conteúdo é publicado de forma mais resumida, e que lá tem o link que leva ao site. Sarah Rodovalho (IAC) disse que, estava encaminhando para o fim da apresentação, no último bloco — coordenação e governança — e que naquele momento apresentaria o programa 1, participação social, comentando que já vinha falando sobre esse tema desde o começo. Reforçou que não basta a população ter participado do planejamento e depois todos irem para casa e esquecerem que aquilo precisa ser implementado. Explicou o programa conforme os slides 26 e

27. Comentou que, naquela mesma manhã, havia falado no parque que, por ser a APA muito extensa, existiam coisas mais importantes em algumas partes do que em outras, dando como exemplo a pesca em Caseara e em Araguacema. Disse que, naqueles dois municípios, havia comunidade quilombola, sendo necessário descentralizar as ações para que fossem mais efetivas. Afirmou que por isso, falava sempre “a gente”, pois acreditava que esse processo já havia começado durante o planejamento. Sarah Rodovalho (IAC) explicou o programa 2, dizendo que, na prática, o Naturatins precisa de equipe e organização para que esse programa funcione (fortalecimento institucional e capacidade de gestão da APA). Explicou conforme os slides 28 e 29, e citou que havia sido estabelecido, nos programas, um mínimo de sete técnicos de nível superior — ou seja, um técnico para cada dois programas — além de mais nove técnicos de nível médio. Contou que, naquela mesma manhã, haviam recebido a sugestão de que o planejamento dos programas fosse semestral, em vez de anual, e que isso havia sido registrado em ata. Disse que, para que as equipes de gestão da APA consigam atuar, são necessárias parcerias e apoio político. Lembrou que estamos em um ano eleitoral, que haverá um novo governador, e que, provavelmente, a equipe do Naturatins passará por reestruturação, sendo necessária a pressão da população junto ao novo governador para garantir apoio político e fomentar essa equipe — pois, ressaltou novamente que o plano está ótimo, mas, se ficar “guardado na gaveta”, não servirá de nada; é preciso conseguir implementá-lo, afirmou Sarah Rodovalho. Disse que, por isso, é necessário continuar fazendo o que estavam fazendo ali: contou que aquela estrutura havia sido organizada pela prefeitura, que o IAC estava passando por nove municípios, e que não conseguiriam fazer isso sozinhos. Pontuou que as parcerias para a gestão da APA podem ocorrer de várias formas, dando como exemplo a disponibilização, uma vez por mês, da sala do sindicato para que alguém fosse até lá realizar atendimento. Sarah Rodovalho (IAC) explicou o programa 4 (indicadores de sustentabilidade, boas práticas e avaliação permanente do plano), e disse que, havia mais de um ano que o processo de revisão do plano de manejo havia começado, e que dentro desse processo estavam ouvindo mais de quatro mil pessoas, e que tinha certeza de que todos estavam mais motivados. Disse que a ideia é justamente essa: reconhecer as ações mais inovadoras. Sarah disse que apresentaria o último programa, conforme os slides 31 e 32 (programa 5 — pesquisa, inovação e gestão da informação ambiental). Sarah Rodovalho (IAC) lembrou que havia falado sobre como o licenciamento e a gestão da APA se aproximavam e que o licenciamento ambiental é uma fonte de dados muito importante. Sarah Rodovalho (IAC) disse que havia terminado a apresentação e abriu espaço para perguntas e questionamentos, informou que o QR code leva a um formulário de dúvidas, mas que, como ainda havia tempo, se a pergunta fosse feita ali, poderiam responder no momento, e que a pergunta de uma pessoa poderia interessar a todos. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou quem gostaria de começar. Jéssica perguntou se, sendo aquele o último encontro, qual seria o próximo passo. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que o próximo passo seria, no dia seguinte, realizar audiências muito parecidas com aquela, em Chapada de Areia e em Pium, e que, depois disso, fariam dois relatórios: um relatório de participação e outro resumindo o que havia sido dito, além do relatório daquela terceira etapa. Disse que, depois, precisariam se reunir com a ADSTO e o Naturatins; contou que a equipe deles era formada por trinta e seis pessoas, e que ainda precisavam fechar o que havia sido discutido no zoneamento, e que, provavelmente em julho, fechariam aquele documento completo — momento em que o convênio terminaria e o Naturatins receberia o produto final. Disse que a equipe do Naturatins conversará com os outros setores do órgão para aprovação, e que eles mesmos encaminharão o material ao conselho gestor. Acrescentou que, segundo Victor havia dito em outras audiências — corrigindo-se, caso estivesse enganada —, ele acreditava que, no início de agosto, o material seria encaminhado ao conselho gestor. Disse, porém, que o plano de manejo provavelmente será aprovado, pois há muita gente acompanhando aquele processo, e que, uma vez aprovado, será publicado. Sarah perguntou novamente, várias vezes, se ninguém tinha mais dúvidas. Antônio disse que estava ali desde o início, e que, com tudo o que havia sido colocado na mesa e tudo o que

171 havia sido mostrado, poucas dúvidas restavam. Disse que, como forma de parabenizá-los, tudo
172 estava muito bem explicado, e que espera que aquilo tenha continuidade. Parabenizou a equipe,
173 dizendo que aquilo havia sido feito com várias mãos em um processo muito democrático, e que é
174 preciso aplaudir o trabalho voltado ao meio ambiente, à população, a todos. Disse acreditar que
175 haviam chegado a um ponto de união e consenso, e que talvez fosse por isso que não houvesse
176 muitas perguntas naquele momento. Sarah apresentou o cronograma da finalização da presente
177 rodada de audiências. Sarah Rodovalho (IAC) convidou a professora Maria Carolina para fazer as
178 considerações finais e encerrar a audiência, dizendo que, sem ela, nada daquilo teria acontecido,
179 pois havia montado a equipe e dado coragem e força quando ninguém mais tinha. Maria Carolina
180 (IAC) desejou boa tarde a todos e disse que fazia parte dos bastidores. Afirmou ser importante
181 deixar claro que aquele processo não aconteceria sem a população — e que, quando dizem que
182 precisam da participação social, não era apenas “por dizer”, mas sim porque não haveria como
183 chegar ao resultado alcançado sem a opinião de todos os que conheciam e viviam o dia a dia da
184 região. Disse que, todas as vezes em que as rodadas de audiências se aproximavam do fim, sentiam
185 que o processo estava caminhando, mas ainda permanecia certa sensação de incerteza. Contou
186 que, naquele dia, sentia-se mais leve, pois havia dado certo, e haviam conseguido mobilizar as
187 pessoas — citou imaginar que chegariam perto de cinco mil pessoas mobilizadas, número que,
188 apesar de parecer pouco diante de nove municípios, representa muita gente envolvida, afirmou
189 Maria Carolina (IAC). Disse que o IAC trabalha com plano diretor e sabem como é difícil mobilizar
190 a população. Contou que há turmas que estiveram presentes durante todo o processo, que
191 ajudaram, que se apropriaram efetivamente do conhecimento e que os ajudaram a defender o
192 posicionamento técnico, e disse estar muito ansiosa para ver aquele projeto colocado em prática.
193 Afirmou ter plena certeza de que todos aqueles programas são viáveis, mas que, se todos virassem
194 as costas e dissessem que o trabalho estava resolvido, nada daquilo aconteceria. Disse que a única
195 arma que tinham era a cobrança. Sem mais delongas, agradeceu a todos.

2.8. Chapada de Areia

Ata da Audiência Pública – Apresentação dos programas	
Data: 25.06.2026	
Início: 08:40h	
Fim: 10:20h	
Local: Auditório da Escola Municipal América Alves de Oliveira - Chapada de Areia	

Histórico:

1 A prof. Sarah Rodovalho (IAC) deu abertura à audiência e chamou o prefeito Adauto para as
2 considerações iniciais. O prefeito Adauto deu as boas-vindas, agradeceu a presença de todos,
3 mencionando diretamente o pessoal do IAC, a presença dos fazendeiros e de Adão, “da Javaé”.
4 Sarah Rodovalho (2016) explicou que o projeto é um trabalho em parceria entre a UFT/IAC, a
5 ADSTO e o Naturatins, e chamou Victor Moreto, do Naturatins, para falar. Victor Moreto
6 (Naturatins) desejou bom dia a todos e disse que estavam ali para trazer a proposta de ações do
7 plano de manejo (programas). Pediu que todos prestassem atenção no que Sarah Rodovalho (IAC)
8 iria apresentar, pois trata-se, de acordo com o Victor, com o que as equipes técnicas haviam
9 pensado para as ações de gestão da unidade de conservação dali em diante — tudo o que constava
10 naquela apresentação era o que a equipe do IAC, da ADSTO e do Naturatins havia pensado,
11 reforçou Victor Moreto. Disse que a presente reunião ainda era um momento de contribuição, da
12 equipe coletar informações junto a todos, para que pudessem ter um documento mais robusto e,
13 de fato, aplicável e possível de ser executado. Afirmou que não adiantava fazerem um plano bonito
14 no papel e, no final, não o executarem. Disse que precisavam que todos trouxessem informações
15 e contribuíssem, pois a gestão dos recursos ambientais importa, mas é necessário que tivessem
16 um produto possível de executar e que minimizasse conflitos. Disse que, assim como na última
17 audiência, aquele era o momento de contribuição, e que ficava feliz por haver, naquele dia, mais
18 gente de fato interessada pelo tema do que na audiência anterior. Disse esperar que todos
19 apreciassem a apresentação e pensassem bem sobre cada uma das temáticas, e que também
20 teriam o QRcode para quem quisesse contribuir de forma online, e que tudo isso era importante
21 para que a equipe pudesse levar essas contribuições à mesa. Desejou uma ótima audiência.
22 Fernando Vargas, representando a ADSTO, desejou bom dia e disse que, como Victor havia falado,
23 estavam na reta final, sendo aquela a última audiência naquele município. Disse que era com muita
24 alegria que apresentavam aquele projeto, e que, dali em diante, precisariam continuar articulando,
25 pois essa, de acordo com ele, é apenas o começo da jornada sobre a APA Cantão. Fernando Vargas
26 pontuou que vários planos seriam apresentados, e que precisarão conviver com eles, sendo
27 necessário articular para que esses planos aconteçam e continuem tendo segurança jurídica.
28 Afirmou que a segurança jurídica de que tanto falavam havia chegado, e estava presente no plano
29 proposto atual. Em nome da ADSTO, disse ser muito importante que a sociedade entendesse seu
30 papel naquele projeto, e que afirmou que precisam trazer mais pessoas para a associação, pois a
31 caminhada é longa e precisam de representatividade. Desejou uma boa audiência, e pediu que os
32 presentes tirassem suas dúvidas, por mais simples que pudessem parecer, pois ficariam registradas
33 em ata, sendo isso muito importante. Humberto Xavier (IAC) assumiu a palavra e afirmou que, para
34 a universidade, é motivo de alegria estarem ali naquele dia para finalizar a última audiência pública
35 do plano de manejo da APA no município. Lembrou que haviam começado em agosto do ano
36 anterior, e perguntou quem estava presente desde aquele mês; algumas pessoas se manifestaram.
37 Relembrou que, no início do presente mês, estavam falando sobre o zoneamento, e que, ali,
38 finalizavam aquela etapa de audiências. Explicou que o plano é um planejamento do manejo para
39 equilibrar meio ambiente, produção e pessoas, e que, naquele dia, finalizavam um sonho de vários
40 anos que se concretizava. Disse que, depois de terminarem aquela rodada, encerrariam, naquela
41 mesma tarde, em Pium. Explicou que tudo o que fosse definido seguiria para o Naturatins finalizar,
42 sendo depois apresentado ao conselho gestor da APA. Afirmou acreditar que, em meados de
43 agosto ou setembro, já haverá um plano de manejo vigente, o que possibilitará segurança jurídica
44 para o produtor — o acesso ao banco, hoje travado, será viabilizado, e quem vivia em
45 assentamento e não podia produzir conseguirá regularizar sua produção, pontuou Humberto
46 Xavier (IAC). Ele comentou que, depois de fazerem aquela leitura comunitária, organizarão o
47 material, e que, para quem tivesse dúvidas, havia o QR code; pediu que os presentes tirassem suas
48 dúvidas e fizessem sugestões, para que tivessem um plano de manejo que atendesse às
49 necessidades da região. Sarah Rodovalho (IAC) explicou que Paulo estava passando com uma lista
50 de presença, e falou da importância da assinatura no processo participativo. Disse que faria uma

51 apresentação de aproximadamente quarenta minutos, e que, depois, abriria espaço para dúvidas
52 e questionamentos; mencionou o QR code para tirar dúvidas que surgissem depois, em casa, mas
53 incentivou que se a dúvida surgisse ali, as pessoas deveriam tirar de imediato, pois a dúvida de
54 uma pessoa poderia ser também a de outra. Explicou que estavam na terceira e última etapa do
55 processo de revisão do plano de manejo. Sarah Rodovalho (IAC) contou que, primeiro, havia sido
56 feito o diagnóstico, seguido de muitas reuniões até chegarem à proposta de zoneamento
57 apresentada no início do presente mês, e que, então, chegavam aos programas. Explicou que, ao
58 finalizarem aquele processo de planejamento, precisarão executá-lo, sendo os programas de
59 manejo os instrumentos que transformam o diagnóstico e o zoneamento em ações. Explicou que
60 a equipe terminará de organizar o documento completo, e que, após a aprovação do Naturatins e
61 do conselho, será preciso implementar a gestão. Sarah Rodovalho (IAC) explicou o início do
62 processo de gestão, conforme o slide 4, e retornou ao slide 3 para explicar os responsáveis pela
63 gestão da APA, ressaltando a importância das parcerias para a gestão, já prevista inclusive na lei
64 de criação da APA, de acordo com Sarah Rodovalho (IAC). Ressaltou a importância da participação
65 social, e explicou que o conselho gestor é deliberativo, destacando que, além da chefia da APA,
66 prefeitos, secretários de meio ambiente e entidades civis organizadas fazem parte do conselho.
67 Disse que a população pode conversar com esses membros para que as demandas sejam
68 trabalhadas, dando continuidade ao processo democrático. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou os
69 quatorze programas, conforme o slide 5, e disse que, para a apresentação, havia achado
70 interessante dividi-los em três blocos — desenvolvimento socioeconômico, proteção ambiental, e
71 coordenação e governança —, informando que os programas seriam apresentados nessa ordem.
72 Sarah Rodovalho (IAC) iniciou o bloco de desenvolvimento socioeconômico, explicando o programa
73 7, conforme os slides 6 e 7 (água, segurança hídrica, saneamento rural e resíduos). Disse que, para
74 todos os programas, haviam sido colocados exemplos, mas que os exemplos não são as únicas
75 ações possíveis, dependendo da gestão e das parcerias necessárias. O programa 9 (controle de
76 espécies exóticas/invasoras) foi explicado em seguida, de acordo com os slides 8 e 9. Sarah
77 Rodovalho (IAC) comentou que a educação ambiental é um assunto que atravessa quase todos os
78 programas, e que conseguir ampliar o número de pessoas que trabalham no campo, capacitando-
79 as como um todo, permitirá que elas reportem à gestão da APA onde estão, tornando as ações do
80 órgão ambiental mais específicas. Disse que o programa 11 trata da redução dos impactos da
81 agricultura e dos agroquímicos, explicando-o de acordo com os slides 10 e 11, e que o exemplo
82 prático desse programa está relacionado à logística reversa. Sarah Rodovalho (IAC) explicou o
83 programa 12 (agroextrativismo, bioeconomia e desenvolvimento socioeconômico), conforme os
84 slides 12 e 13, dizendo que, na prática, esse programa indica a necessidade de ajudar a produção,
85 principalmente a dos pequenos produtores e assentados. Citou que a necessidade de fortalecer a
86 permanência dos jovens no campo havia sido um tema muito mencionado nas audiências
87 anteriores. Disse que o programa 13 é o programa específico relacionado à educação, e afirmou
88 que valorizar a cultura funciona como instrumento para fomentar a participação, pois esse
89 processo de valorização cultural garante um sentimento de pertencimento, algo que vem sendo
90 observado ao longo do processo. Depois de trinta e seis audiências, Sarah Rodovalho (IAC) afirmou
91 que a visão de pertencimento à APA da população em geral mudou em relação ao início do
92 processo. Sarah Rodovalho (IAC) detalhou o programa 13, conforme os slides 14 e 15. Explicou o
93 programa 14, afirmando que, na prática, precisam reduzir burocracias e conflitos, detalhando-o
94 conforme os slides 16 e 17. Relembrou que, na audiência anterior, haviam sido apresentadas as
95 zonas e as atividades, mas que sabem que aquelas informações são complexas, e que, a partir do
96 momento em que o plano for aprovado, deverá fazer parte do processo que as pessoas entendam
97 o conteúdo, sendo essa uma ação contínua. Deu como exemplo o Ruraltins, a Adapec e outras
98 instituições que podem ser parceiras nessa parte de esclarecimento e capacitação. Sarah
99 Rodovalho (IAC) disse que, a partir daquele momento, entraria na explicação do bloco de
100 programas relacionados à proteção ambiental, e começou apresentando o programa 3, conforme

os slides 18 e 19, dizendo que, na prática, trata-se de aproximar os setores. Explicou que o Naturatins tem muitos setores, como o de licenciamento e o de gestão da APA, e que esses dois setores precisam se aproximar para atingir esses objetivos: quando for necessário fazer licenciamento ambiental dentro da APA, é importante que o plano seja levado em consideração, e, uma vez concedido o licenciamento, é importante que a atividade seja acompanhada; sempre que possível, o que o licenciamento ambiental demandar deverá priorizar o plano de manejo, ou seja, priorizar os corredores ecológicos, por exemplo. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 6 (recuperação ecológica e conservação do solo), dizendo que, na prática, trata-se de cuidar do solo, explicando-o conforme os slides 20 e 21, e lembrou que a zona de adequação ambiental envolve as APPs e os pequenos rios. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 8, dizendo que, na prática, trata-se de cuidar dos animais e das plantas. Comentou que vinha ouvindo bastante da população sobre as árvores frutíferas, tendo as pessoas falado bastante sobre o jatobá e o pequi, e a necessidade de protegê-los; falou da importância da biodiversidade do cerrado, explicando o programa mais detalhadamente conforme os slides 22 e 23. Disse que, quando, na audiência anterior, uma senhora havia falado sobre o jatobá e como ele vinha mudando, ela estava trazendo um conhecimento comunitário que precisa ser confrontado com o conhecimento científico. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 10 (manejo integrado do fogo), dizendo que, na prática, é preciso evitar incêndios, explicando-o conforme os slides 24 e 25, e disse que o programa atuava em duas frentes — primeiro, evitando que os incêndios acontecessem. Sarah Rodovalho (IAC) disse que passaria, então, para o bloco de programas relacionados à coordenação e à governança. Sobre o programa 1 (participação social), comentou que já havia falado, no começo da conversa, sobre os responsáveis pela gestão da APA, e que a equipe havia achado importante registrar isso como um programa: haviam feito todo o planejamento de forma participativa, e a execução também precisa ser participativa, reforçou Sarah Rodovalho (IAC). Falou da importância de manter uma rotina de escuta qualificada da comunidade, dizendo que haviam planejado três horas de atividade, sendo sua fala de quarenta minutos, restando tempo para ouvir os presentes também. Disse ser preciso atualizar e publicar a agenda anual de reuniões do conselho gestor, pois, mesmo sem ter assento no conselho, qualquer pessoa pode comparecer. Disse que a APA é tão extensa que apresenta diferenças de interesses, citando o turismo de pesca em Caseara e Araguacema, ausente em Dois Irmãos, e afirmou ter certeza de que, em Chapada de Areia, há pontos particulares, sendo possível que a gestão da APA trate municípios diferentes de formas diferentes, no sentido de qual programa priorizar. Sarah Rodovalho (IAC) explicou o programa 2 (fortalecimento institucional e capacidade de gestão da APA), dizendo que estavam chegando até aquele ponto com muito sucesso, tendo um plano de manejo bom, bem feito, com um diagnóstico bem feito; disse que completariam trinta e seis reuniões participativas, com mais de quatro mil pessoas participando, considerando isso excelente. Sarah Rodovalho (IAC) afirmou que o zoneamento é bastante inovador e muito aplicável, mas que, se aprovassem aquele plano de manejo e o deixassem na gaveta, não serviria de nada — precisam conseguir implementar aquele programa, sendo necessário ter “perna” para conseguir executá-lo, pontuou Sarah Rodovalho (IAC). Comentou sobre a priorização dos programas, pois, sendo quatorze, e dependendo do tamanho da equipe, precisarão escolher quais executar em cada momento, conforme a disponibilidade de dinheiro e de equipe. Falou da importância das parcerias, dizendo que, se pensarem que o Naturatins conseguirá fazer tudo sozinho, as coisas andarão mais devagar, ressaltando a importância da parceria com as prefeituras e com as secretarias de meio ambiente. Explicou sobre a importância da equipe mínima de sete analistas de nível superior na gestão da APA, e disse que a ideia é esse mínimo para que cada colaborador fique responsável por dois programas cada, o que já representa, de acordo com ela, muito trabalho; Sarah Rodovalho (IAC) afirmou também que a ideia é que a equipe de gestão da APA seja diversa, com alguém da pedagogia, por exemplo, para os programas educativos, e um biólogo para as partes respectivas, e que, para formar essa equipe mínima, é necessário apoio político — sem dinheiro, também é

151 difícil inovar nos processos de gestão, comentou Sarah Rodovalho (IAC). Ela continuou sua fala
152 dizendo que o processo de planejamento do plano de manejo, com trinta e seis reuniões, só foi
153 possível porque tinham parceria com as prefeituras, sendo essa parceria que viabilizou o processo,
154 e que ela precisa continuar acontecendo. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 4,
155 conforme os slides 30 e 31 (indicadores de sustentabilidade, boas práticas e avaliação permanente
156 do plano). Sarah Rodovalho (IAC) compartilhou o último programa (programa 5 — pesquisa,
157 inovação e gestão da informação ambiental), dizendo que, na prática, precisam continuar com
158 dados atualizados, e que aquele processo de revisão já havia gerado muitos dados, mas que eles
159 mudam, sendo necessários instrumentos para mantê-los atualizados. Sarah Rodovalho (IAC)
160 detalhou a explicação conforme os slides 32 e 33 e encerrou sua apresentação. Em seguida, abriu
161 espaço para contribuições, incentivando os presentes a tirarem suas dúvidas e fazerem sugestões.
162 Victor Moreto, do Naturatins, desejou bom dia novamente, e disse que aquele era o momento,
163 pedindo que ninguém ficasse acanhado ou com vergonha, pois precisavam das informações de
164 todos. Disse que Sarah havia falado sobre fogo e água, e que vinha também informar que, a partir
165 daquele momento, especialmente durante o mês de julho, voltariam à mesa para estudar o que
166 estavam discutindo ali. Explicou que, depois, o documento precisará ser aprovado pelo Naturatins,
167 e posteriormente será submetido ao conselho — como Sarah Rodovalho (IAC) havia falado, o
168 conselho é deliberativo, sendo dele a competência de aprovar, afirmou Victor. Ele comentou que,
169 depois, o plano de manejo será publicado, e então terão o plano ativo. Disse que, se alguém tivesse
170 dúvida sobre o procedimento, sobre o CAR, sobre licenciamento ou qualquer outra contribuição,
171 poderia pedir a palavra. Pedro Vaqueiro, proprietário da região, comentou que o brasileiro já paga
172 o imposto sobre a energia solar, e disse ter escutado que também seria cobrado um imposto sobre
173 o uso da água, perguntando se havia algum procedimento sobre essa informação. Victor respondeu
174 ao senhor Pedro que aquele projeto, em si (revisão do plano de manejo da APA Ilha do Bananal
175 Cantão), não tratava dessa temática da cobrança pelo uso da água, e perguntou de onde havia
176 vindo aquela informação, questionando se estaria relacionada ao comitê de bacias. Pedro Vaqueiro
177 confirmou que sim. Victor Moreto (Naturatins) explicou que alguns estados já tem cobrança pelo
178 uso de recursos hídricos, mas que não sabia exatamente como funcionava, pois não era o setor
179 dele. Disse que o plano de manejo não trata da cobrança pelo uso da água. Contou que, em algum
180 ponto do Estado, na bacia do rio Formoso, haviam ocorrido problemas ambientais relacionados à
181 captação de água, começando a faltar água, e que havia gente exagerando no uso. Disse que,
182 então, houve uma ação do Estado, que passou a fiscalizar essas propriedades para verificar quanto
183 de água cada uma estava retirando, e que o Ministério Público havia determinado o registro de
184 medidores interconectados via satélite, com a secretaria fazendo o monitoramento direto da
185 quantidade de água retirada, para que não faltasse água no rio. Explicou que a lei exige que, de
186 toda a água que passe pelo rio, pelo menos vinte e cinco por cento permaneça no rio, sendo os
187 outros setenta e cinco por cento divididos entre todos os usuários. Disse que, no rio Formoso,
188 estavam estudando a questão da cobrança pelo uso da água para quem utilizava esse recurso
189 hídrico para irrigação, sendo um processo em estudo para inibir que as pessoas retirassem água
190 sem necessidade. Imaginou que talvez aquela informação tivesse chegado por conta dessa situação
191 em Formoso, mas que esse era um trabalho da secretaria de ambiente e do setor específico de
192 águas, enquanto ele trabalha com unidades de conservação. Concluiu a resposta dizendo que pode
193 buscar essa informação na secretaria, para saber se existe um projeto de ampliação para outros
194 locais ou se estava restrito a Formoso, e que avisará ao prefeito. Fernando Vargas perguntou se,
195 no licenciamento ambiental, a parte hídrica exige que façam as outorgas integralmente. Victor
196 Moreto (Naturatins) confirmou, explicando que é preciso fazer o licenciamento, exemplificando:
197 quem trabalha com gado provavelmente tem cisterna ou poço, e, dentro do licenciamento,
198 identificava-se a presença de gado — que bebe água —, sendo então perguntado de onde se retira
199 essa água, e é aí que existe a outorga. Explicou que, até 21.600 litros por dia, considera-se
200 insignificante, e que o produtor deve abrir um processo dentro do órgão para retirar água, de modo

que o órgão tenha a informação de quanto de água está sendo retirada daquele córrego. Deu mais um exemplo: se alguém tem uma bomba e declara retirar dez mil litros por dia, e três vizinhos retiram dez mil litros cada, já se aproximam do limite por lei, caso o rio comportasse cinquenta mil litros. Contou que, em Formoso, as pessoas declaravam retirar dez mil litros, mas na verdade retiravam vinte mil, e que, por isso, houve uma atuação mais específica: o Ministério Público cobrou, e foi necessário fazer termo de ajuste, identificando-se ainda outras situações, como desmatamento ilegal. Disse que, então, os proprietários tiveram que instalar um registro, semelhante a um relógio de água residencial, conectado à internet, para que a secretaria pudesse fiscalizar. Fernando falou que, hoje, em outras bacias, já existe um projeto de outorga, com uma tabela de proprietários autorizados a retirar água daquela bacia, e que, quando entra um novo usuário, um técnico analisa quanto já está sendo retirado. Disse que é por isso que tem aquele sistema, que, apesar de burocrático, volta em benefício de todos, pois a ideia do órgão é que não falte água para ninguém, mas também que não falte água para o rio. Fernando Vargas (ADSTO) comentou que, sobre o comitê de bacias dos rios Caiapó e do Coco, aquilo era algo novo para ele, e que estava aprendendo muito com as audiências; disse que, quando houvesse convocação, seria importante que a população participasse, para entenderem melhor e fazerem os questionamentos necessários. Perguntou se, nesse procedimento que Victor havia explicado, não haveria cobrança, sendo apenas um item para ficarem regularizados. Victor confirmou que exatamente, e explicou que aquele comitê de bacia do Coco-Caiapó havia sido criado recentemente, sendo um outro grupo de estudos com diversas instituições; disse que o Naturatins também tinha assento ali, mas que não era o coordenador. Explicou que a ideia do comitê é avaliar o uso da água em toda a bacia, para depois tomarem decisões sobre isso. Pontuou que tinham uma unidade de conservação sobre um território amplo, e que pensavam na gestão territorial para outras frentes, mas que não chegavam até a cabeceira do rio do Coco, que ficava na região de Paraíso, fora da APA. Disse que iria buscar informações sobre se existe um projeto da secretaria para cobrança pelo uso de água, pois isso aparecia em Formoso, mas não sabia se havia um projeto de expansão; concluiu reafirmando que buscaria essa informação, e que repassaria ao Fábio, presidente do conselho, para que ele transmitisse a informação às prefeituras e esclarecesse o assunto. Sarah Rodvalho (IAC) agradeceu e perguntou se havia mais alguma pergunta. Victor Moreto (Naturatins) disse, dirigindo-se novamente ao Pedro, que era importante, complementando o que Fernando e Sarah haviam falado, que a comunidade estivesse presente não só ali, mas que é extremamente importante que produtores, comunidade e a juventude participassem das reuniões do comitê, do plano de manejo e do conselho. Frisou que é sempre importante, pois, nessas reuniões do conselho e do comitê, de acordo com ele, estão presentes a Semarh, a Adapec, o Naturatins, sendo o momento de tirar dúvidas. Comentou que quem tivesse redes sociais deveria seguir os perfis oficiais, ou acompanhar pelos sites oficiais, onde também publicavam quando haveria reuniões. Disse que, assim, as pessoas podem tirar dúvidas, esclarecer questões e defender o que consideram correto. Victor Moreto (Naturatins) disse ser muito importante que, mesmo não sendo conselheiro, as pessoas participem, pois todos tem voz, e os conselheiros ouvem, discutem e votam a favor ou contra. Ressaltou mais uma vez que é sempre importante que a comunidade esteja presente, pois, às vezes, as pessoas pensam que não fazem parte do conselho, mas o conselho é uma amostra da própria comunidade. Informou que há, naquele momento, vinte e sete conselheiros, vindos de diversos setores — pecuária, agricultura, turismo, colônias de pesca, entre outros —, sendo importante a presença de todos para se manifestarem, e que, assim, conseguiriam esclarecer dúvidas, acontecendo uma aproximação do poder público com a comunidade, o que é o mais importante. Marcos disse ter uma fazenda em Chapada de Areia, e que tem a ideia de trabalhar com o que havia sido apresentado, buscando trazer verbas internacionais para a região. Perguntou em qual órgão deveria buscar essa conversa, e como funcionaria, dizendo ter acesso a empresas que podem ajudar a acelerar esse processo, e que algumas dessas empresas tem muito interesse na proteção da biodiversidade, considerando aquele um lugar que chama muita atenção.

Victor Moreto (Naturatins) respondeu a Marcos que a Semarh faz a política de meio ambiente, e o Naturatins a executa. Disse que as propostas de programa estão apresentadas de forma resumida, mas que há sido deixado em aberto alguns pontos, por se tratar de uma APA de uso sustentável, composta por propriedades, e que os proprietários tem o direito de uso da terra. Disse que o Estado precisa trabalhar com políticas, mas que, dentro da legalidade, precisam respeitar o direito de uso da terra, e que haviam deixado os programas de maneira geral porque entendem que é ali que conseguem buscar parceiros. Deu o exemplo do fogo: dentro do parque, afirmou ser de responsabilidade do Naturatins, por ser uma unidade de proteção integral, mas, dentro da APA, os proprietários também são responsáveis por cuidar do fogo, ressaltou Victor Moreto (Naturatins). Victor exemplificou com o fato de que o proprietário precisa ter aceiros, e, em propriedades maiores, precisam ter brigada e equipamento, sendo uma corresponsabilidade. Citou Fernando Vargas (ADSTO) como exemplo de parceiro que já tem equipamento e brigada. Disse que, em relação a recursos, depende da área em que a pessoa trabalha, mas que o órgão está aberto para conversar sobre isso, tendo uma gerência de pesquisa que trabalha com a questão de recursos — dependendo da temática, se fosse relacionada à unidade de conservação, acaba recaindo sobre ele também, considerou Victor Moreto (Naturatins). Victor Moreto (Naturatins) continuou sua fala afirmando que sempre há gente querendo conversar sobre trazer recursos, mencionando a ATN, uma entidade externa que havia criado o site do projeto e entregado a eles, com quem estavam conversando sobre a atualização desse site. Disse que, às vezes, o poder público não consegue atender a toda essa demanda. Contou que, no dia anterior, na audiência de Marianópolis, um rapaz havia conversado com ele, querendo montar um programa dentro do Manchete para auxiliar o pessoal na questão do fogo, com capacitação, ensino de aceiros e organização de recursos para equipamentos, reduzindo o uso do fogo; Na situação, Victor Moreto (Naturatins) sugeriu a ele que se reunissem para conversar, e comentou que o rapaz pretende começar pelo Manchete, que é a maior área. Disse que essa questão de parceria e governança foi deixada aberta porque o órgão não pode se responsabilizar por tudo, já que não tem capacidade para isso. Victor Moreto (Naturatins) alegou que, sendo alguém um parceiro na questão do fogo, como Fernando é em Pium, e como Ana Carolina faz um trabalho muito bom em Dois Irmãos, o órgão fica no centro organizando os projetos e ajustando a rota. Concluiu dizendo que, havendo essa abertura, o Naturatins tem uma equipe responsável para dar início ao trabalho, e que, se avançassem, fariam acordos de cooperação, convênios e outros instrumentos. Reforçou que estão sempre abertos a parceiros, e que precisam deles, pois não conseguem abraçar tudo sozinhos. Sarah Rodvalho (IAC) perguntou se mais alguém gostaria de fazer alguma consideração. Sarah Rodvalho (IAC) iniciou o encaminhamento para o final, disse que estariam em Pium no período da tarde, e chamou o secretário Laudemiro para o encerramento. Laudemiro agradeceu às pessoas que estiveram presentes, dizendo que, em todas as audiências realizadas ali, haviam convidado a população, usado carro de som e divulgado nas redes sociais. Encerrou agradecendo a todos os que vieram.

2.9. Pium

Ata da Audiência Pública – Apresentação dos programas	
Data:	25.06.2026
Início:	14:39h
Fim:	17:00h
Local:	Auditório da Prefeitura - Pium

Histórico:

1 A prof. Sarah Rodovalho (IAC) deu abertura à audiência e convidou o prefeito para fazer a abertura.
2 O prefeito Padre Fernando, após realizar uma oração, disse que havia estado em uma reunião
3 naquele mesmo dia sobre o programa Rota da Pecuária, e que, naquela reunião, haviam
4 comentado o quanto Pium havia perdido investidores; disse acreditar, porém, que a equipe traria
5 boas respostas e bons resultados. O presidente da Câmara, Rafael Siqueira, desejou boa tarde a
6 todos e cumprimentou os profissionais do IAC, do Naturatins, da ADSTO e os colegas vereadores.
7 Disse que, naquele mais de um ano de trabalho, sempre haviam estado presentes nas audiências,
8 e esperava que aquele dia, em que se encerrava o processo, fosse produtivo. Lembrou que, como
9 o prefeito havia comentado, na reunião da Rota da Pecuária daquele dia, mais de setenta por cento
10 do PIB do município vinha dessa atividade. Disse acreditar, como o prefeito havia colocado, que
11 chegariam a um ponto de convergência entre o meio sustentável e o produtivo, pois a segurança
12 de quem investia ficava comprometida sem um plano de manejo correto. Parabenizou o trabalho
13 realizado, com a certeza, como o prefeito havia dito, de que o município voltaria a crescer, e
14 desejou a todos uma boa audiência. Sarah Rodovalho (IAC) explicou que aquele trabalho era um
15 convênio entre a ADSTO, o Naturatins e o IAC e convidou o Victor, do Naturatins, para fazer suas
16 considerações iniciais. Ele disse que, como o prefeito e o presidente da câmara haviam falado, era
17 um trabalho longo, que vinham discutindo, e que chegavam então a Pium, na última audiência da
18 última rodada das trinta e seis audiências realizadas. Disse que, ainda assim, era um momento de
19 contribuição e colaboração: vinham falar das regras e anotar as sugestões para colocar na mesa e
20 discutir. Informou que, naquele dia, a professora Sarah Rodovalho (IAC) começaria os trabalhos
21 apresentando os programas de manejo, que representavam o que pensavam, enquanto Naturatins,
22 para realizar os trabalhos daquele momento em diante, envolvendo diversos temas, como fauna,
23 flora, política pública. Disse acreditar que aquele era um dos momentos mais importantes para
24 prefeituras e secretarias, sendo o momento de contribuir. Disse que, nas audiências anteriores,
25 haviam surgido conversas sobre projetos, e que tudo isso estava sendo incorporado para que
26 pudessem incluir essas contribuições dentro do documento. Reforçou que ainda era um processo,
27 um momento de contribuição, e que esperava sair dali com muita coisa anotada, assim como havia
28 ocorrido na última audiência. Desejou que fosse um plano de manejo executável, que atendesse
29 ao meio ambiente, mas também às pessoas. Disse que estavam em uma unidade de conservação
30 criada pela riqueza de recursos naturais e econômicos, o que afetava não apenas aquela
31 comunidade, mas também o Tocantins e o Brasil, lembrando que tinham uma das bacias mais
32 importantes do país. Disse que, ao final da apresentação da professora Sarah Rodovalho (IAC),
33 haveria um momento para esclarecimentos e dúvidas, e desejou que Pium voltasse a crescer.
34 Fernando Vargas, representante da ADSTO, desejou boa tarde a todos e disse ser um prazer estar
35 encerrando o trabalho nos nove municípios ali, naquele município pelo qual tinham muito carinho.
36 Em nome da ADSTO, parabenizou todos os envolvidos na organização, dizendo que estavam muito
37 bem representados pela sociedade de maneira geral, com representantes de assentados, da
38 prefeitura e da parte agrícola, o que era bom, pois tinham o privilégio de reunir tudo aquilo e
39 transmitir à sociedade, de modo que ela entendesse que aquilo era apenas o começo. Disse que
40 estavam terminando a regularização do sonho deles: a segurança jurídica. Agradeceu ao Naturatins
41 e ao IAC, pois, a partir da junção de tudo aquilo, apresentariam o que precisavam seguir adiante.
42 Pediu que todos participassem, mesmo que considerassem suas dúvidas bobas, pois aquilo era
43 muito importante para eles, sendo tudo registrado em ata, vídeo e outros meios. A professora
44 Maria Carolina (IAC), coordenadora técnica do projeto de revisão do plano de manejo, fez as
45 considerações iniciais em nome do IAC. Ela desejou boa tarde a todos e disse que aquela era a
46 última audiência pública daquele projeto, que somava trinta e seis audiências. Perguntou aos
47 presentes quem havia estado nas outras audiências. Na sequência agradeceu imensamente a
48 Fernando, da ADSTO, dizendo que o trabalho dele havia sido essencial para mostrar que estavam
49 trabalhando “a seis mãos”, em busca do equilíbrio, sendo nítido seu crescimento e sua propriedade
50 ao falar. Disse precisar agradecê-lo de verdade. Disse ter visto a casa cheia, e que ficou feliz, pois

51 haviam conseguido mobilizar novamente um público bom e qualificado para as contribuições.
52 Disse que, naquele momento, era preciso que continuassem trazendo contribuições, concordando
53 com Victor, e que ali já havia surgido boas contribuições. Disse ter certeza de que o plano atenderia
54 a todos de maneira adequada, justamente porque havia contribuições sociais. Afirmou que tudo o
55 que Sarah Rodovalho (IAC) fosse falar ali era o que aconteceria a partir daquele momento, pois
56 haviam falado do que havia acontecido no diagnóstico, de como deveria ser no zoneamento, e do
57 que seria a partir de então. Desejou uma boa audiência. A Prof. Sarah Rodovalho (IAC) falou sobre
58 a lista de presença, conduzida por Paulo, e introduziu a apresentação. Relembrou as etapas já
59 realizadas: as oficinas em agosto, e o zoneamento, apresentado há pouco mais de vinte dias antes,
60 e disse que, naquele momento, traziam os programas de manejo, que estabeleciam diretrizes para
61 a gestão da APA. Explicou que estavam terminando o planejamento, e que, uma vez aprovado,
62 começaria a gestão. Sarah Rodovalho (IAC) citou os responsáveis pela gestão da APA, o Naturatins,
63 os órgãos estaduais e municipais do meio ambiente, e as prefeituras, dizendo que isso já estava
64 previsto em lei. Falou da importância do processo participativo, destacando a existência do
65 conselho gestor deliberativo da APA, e disse que era o próprio conselho que aprovava o plano de
66 manejo. Sarah Rodovalho (IAC) comentou que todo o processo de gestão havia sido dividido em
67 três fases estratégicas, e disse que a revisão do plano poderia ser pontual, por programa. Informou
68 que aquela apresentação e o documento completo, assim como os documentos das fases
69 anteriores, estavam disponíveis no site, o último, referente aos programas, havia sido publicado
70 pelo menos vinte dias antes, podendo ser encontrados na aba de documentos, junto aos demais.
71 Sarah Rodovalho (IAC) apresentou os quatorze programas de ação, de acordo com o slide 5, e disse
72 que haviam sido organizados em três blocos: desenvolvimento socioeconômico, proteção
73 ambiental, e coordenação e governança. Sarah Rodovalho (IAC) iniciou a explicação pelo programa
74 7, dizendo que, na prática, ele tratava do fato de que todos precisavam de água para viver
75 (conforme os slides 6 e 7), e explicou que, para cada programa, apresentaria uma possibilidade de
76 aplicação prática, sem que essa fosse obrigatoriamente a ação a ser realizada, nem a única possível.
77 Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 9 (controle de espécies exóticas/invasoras), dizendo
78 que, na prática, ele tratava da necessidade de harmonia, explicando mais detalhes conforme os
79 slides 8 e 9. Fez uma observação de que a educação ambiental era um pilar transversal, presente
80 em todos os programas, mesmo havendo um programa específico para isso, comentando, em tom
81 leve, que não era apenas por ser professora, mas que a educação libertava; deu como exemplo
82 capacitar guias de turismo, pescadores e outras pessoas para que avisassem ao órgão quando
83 localizassem espécies exóticas. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 11 (redução dos
84 impactos da agricultura e dos agroquímicos), explicando os detalhes conforme os slides 10 e 11, e
85 comentou que, nas audiências, haviam sido escutados vários comentários sobre a necessidade de
86 capacitação em todo o processo, como, por exemplo, a capacitação do piloto de aplicação aérea.
87 Sarah Rodovalho (IAC) explicou o programa 12 (agroextrativismo, bioeconomia e desenvolvimento
88 socioeconômico), dizendo que, na prática, esse programa tratava da necessidade de apoiar a
89 produção, principalmente a dos pequenos produtores e assentados, explicando os detalhes
90 conforme os slides 12 e 13; comentou que o fortalecimento da permanência do jovem no campo
91 havia sido um ponto muito mencionado nas audiências anteriores. Sarah Rodovalho (IAC)
92 apresentou o programa 13 (cultura, educação ambiental e saberes tradicionais), dizendo que, na
93 prática, tratava-se de valorizar os saberes — saber de onde se veio, ter orgulho de pertencer à APA,
94 o que motivava mais a participação nos processos participativos de gestão —, detalhando
95 conforme os slides 14 e 15, e disse que era importante atrelar ao ensino formal práticas de
96 valorização desses saberes. Sarah Rodovalho (IAC) falou sobre o programa 14 (governança
97 territorial, demandas fundiárias e mediação institucional de conflitos de uso), dizendo que esse
98 programa visava diminuir e mediar conflitos e reduzir a burocracia. Lembrou que, na audiência
99 anterior, haviam mostrado o mapa com oito zonas, o que já havia ajudado as pessoas a entenderem
100 um pouco mais, principalmente quem havia acessado o site e baixado os documentos completos,

mas que, a partir do momento em que o plano fosse aprovado, seria necessária capacitação contínua. Disse que, nas diversas audiências, inclusive naquela em Pium, havia sido muito mencionada a dificuldade de entender o licenciamento ambiental e a dificuldade burocrática, e que o Naturatins poderia buscar parcerias com o Incra, o Ruraltins e os sindicatos, para viabilizar mutirões de licenciamento nos assentamentos. Sarah Rodovalho (IAC) disse que passaria a apresentar o conjunto de programas de proteção ambiental, começando pelo programa 3 (licenciamento, fiscalização territorial e conectividade), explicando que esse programa tratava da necessidade de aproximar o licenciamento da gestão da APA — embora se falasse do Naturatins de maneira geral, como se fosse uma coisa só, isso não era verdade: o licenciamento era uma área, e a gestão da APA era outra. Explicou que, quando alguém entrasse com um pedido de licenciamento ambiental, o técnico do Naturatins precisaria observar as condicionantes do zoneamento; e que, depois de concedida a licença de operação, seria necessário acompanhamento dela. Disse que, sempre que o licenciamento ambiental tratasse, por exemplo, de compensação ambiental, era importante observar as diretrizes do plano. Afirmou que, sendo a APA muito extensa, o monitoramento precisava ser eficiente. Sarah Rodovalho (IAC) explicou o programa 6 (recuperação ecológica e conservação do solo), conforme os slides 20 e 21, afirmando que, na prática, tratava-se de cuidar do solo. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 8 (proteção, prevenção e monitoramento da biodiversidade nativa), dizendo que, na prática, precisavam cuidar da vida existente ali, animal e vegetal; comentou que, em uma das audiências, a comunidade extrativista presente havia destacado o pequi e jatobá. Sarah Rodovalho (IAC) detalhou o programa 8 conforme os slides 23 e 24. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 10 (manejo integrado do fogo), dizendo que, na prática, era preciso evitar incêndios, e explicou conforme os slides 24 e 25. Sarah Rodovalho (IAC) disse que apresentaria o terceiro e último bloco de programas, relacionados à coordenação e à governança. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 1 (participação social), dizendo que, na prática, tratava-se de participar da gestão tanto quanto, ou até mais, do que haviam participado do planejamento. Disse que, no processo de planejamento, devem ter chegado perto de cinco mil pessoas envolvidas. Sarah Rodovalho (IAC) detalhou conforme os slides 26 e 27, e deu como exemplo uma situação relacionada à comunidade indígena, presente apenas em Pium e em nenhum outro local da APA, sendo um tema muito específico daquela região, para o qual um grupo de trabalho seria interessante. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 2 (fortalecimento institucional e capacidade de gestão da APA), dizendo que, na prática, tratava-se de ter pessoal, orçamento e parcerias para que os programas funcionassem — quanto mais isso existisse, mais efetivo seria o plano, e que os meios para isso envolviam ter um plano anual ou semestral de trabalho. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou mais detalhes do programa 2 conforme os slides 28 e 29. Disse que a proposta trazida no plano de manejo era de pelo menos sete servidores de nível superior, de modo que cada servidor ficasse responsável por dois programas. Disse que, além do apoio político, para que a gestão da APA tivesse mais efetividade, era necessária diversidade de formações na equipe — um engenheiro ambiental para os programas relacionados à água, um biólogo para a fauna, e assim por diante. Disse que jamais conseguiriam realizar a quantidade de reuniões que haviam feito sem o apoio das prefeituras, não conseguindo, por exemplo, fazer nove reuniões em cinco dias sem isso, sendo as parcerias necessárias, e que as prefeituras e os movimentos sociais precisavam continuar apoiando. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o programa 4 (indicadores de sustentabilidade, boas práticas e avaliação permanente do plano), dizendo que o objetivo era criar indicadores para saber se o plano de manejo estava sendo efetivo, inclusive para saber se seria necessário revisar algum programa, sendo preciso criar um planejamento de avaliação anual, e detalhou conforme os slides 30 e 31. Por fim, apresentou o último programa, o programa 5 (pesquisa, inovação e gestão da informação ambiental), conforme os slides 32 e 33, dizendo ser importante para todos — consultores precisarem de dados mais atualizados, e o órgão precisar de ferramentas de dados para a tomada de decisão. Sarah Rodovalho (IAC) encerrou a apresentação, reforçando que, além

da conversa daquele momento, havia também o QR code para questões futuras. O sr. Luís Israel Costa contou que havia chegado a Pium em 20 de agosto de 1947, e que moravam ali desde então. Disse ter terra, ter tirado escritura, registrado, tirado o Car, feito o Geo e a licença ambiental. Disse ser trabalhador, plantar arroz, fazer farinha, e ser um caipira nato, sem estudo. Perguntou o que ainda precisava fazer em sua terra, dizendo ter terra na beira do córrego, onde tinha pequi e a natureza de que gostava, bem como gostava de água fria e sombra. Comentou, em tom de brincadeira, que o maior progresso do mundo era a mulher. Pediu que explicassem o que ele ainda precisava fazer, dizendo que já havia desmatado o que precisava desmatar, e que Guilherme, do meio ambiente, já havia visto sua propriedade. Contou ter um curral de vaquejada, e que o técnico já havia ido lá ver a água onde os animais bebiam. Disse que, todo ano, guardava parte da terra para reformar e plantar arroz, e que haviam dito que havia uma árvore que não podia mais derrubar, perguntou se deveria derrubar com foice ou o que deveria fazer, dizendo que seus amigos queriam que ele passasse a notícia adiante, mas que ele não escutava direito. Victor Moreto (Naturatins) perguntou ao senhor Luís se ele já havia feito o Geo, o CAR, tirado a licença, e se sua área já estava produzindo. Luís confirmou que sim, e disse que sua fazenda tinha reserva sobrando perto do córrego, pois gostava do canto dos pássaros. Victor Moreto (Naturatins) perguntou se ele havia deixado a reserva conectada aos rios, e confirmou se a atividade já estava produzindo, tudo com a licença. Luís respondeu que tudo estava certo. Victor Moreto (Naturatins) perguntou se ele queria aumentar a área ou mantê-la. Luís disse que precisava roçar com roçadeira. Victor Moreto (Naturatins) perguntou se era o pasto ativo. Luís respondeu que o pasto estava sujo. Victor Moreto (Naturatins) explicou que, quando a pastagem estava no processo normal, com o gado utilizando-a, não era necessário fazer solicitação para roçar um pasto já existente; mas que, no processo de regeneração da vegetação “juquirá”, se ela passasse de cinco anos, faziam uma análise para verificar se já havia regenerado. Luís disse que, no caso dele, era dentro de três anos. Victor Moreto (Naturatins) explicou que, dentro desse período, geralmente a vegetação ainda não atingia o DAP (diâmetro à altura do peito) exigido, e que, normalmente, áreas com dois ou três anos não atingiam. Disse que existia, no órgão, um processo de autorização de limpeza de pastagem, e que, como o colega ambiental dele provavelmente sabia usar o sistema Sigam, em vez de pedir licença, pediria autorização para limpar o pasto. Explicou que, se fosse uma área já consolidada como pasto, qualquer satélite a identificaria como tal; mas que, se fosse uma área em processo de regeneração, às vezes o satélite identificava como desmatamento, quando, na verdade, era apenas limpeza. Disse que, nesse caso, o técnico reunia todos os documentos, demarcava e inseria o polígono correspondente ao perímetro da área a ser limpa, havendo uma taxa, que, segundo lembrava, era de oitenta reais, embora não fosse especialista em taxas, e que, então, a autorização era emitida quase automaticamente. Luís perguntou se era como tirar uma licença. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que era parecido, mas mais simples e mais automático. Luís comentou que, no dia 5, haveria uma festa a cinquenta e seis quilômetros daquele local. Disse que sabia apenas assinar seu nome, não sabendo ler nem escrever, mas que havia criado sete filhos, dezessete netos e doze bisnetos. Wellington Castro, da Fazenda Terra Boa, contou que haviam feito abertura de área, mas depois não conseguiram mais renovar as licenças, e a vegetação havia voltado a crescer “juquirado novamente”. Perguntou como deveria proceder, dizendo que, até no CAR, a área constava como área de desenvolvimento. Victor Moreto (Naturatins) disse que o caso dele era um pouco diferente do caso do senhor Luís, e tentou confirmar o entendimento: o senhor Wellington havia tirado a AEF em 2020, que normalmente valia dois anos, não sabia se a dele tinha esse mesmo período (foi esclarecido que a autorização havia sido emitida em 2019 e vencido em 2021). Perguntou se, nesse período, ele havia aberto a área, em 2019, havia entrado com um processo pedindo duzentos hectares, depois haviam aberto metade, e queriam continuar a partir de 2021, mas a licença havia vencido sem prorrogação. Explicou que a licença tinha validade de dois anos, e que, se a pessoa não conseguisse executar o que pretendia, precisaria pedir a prorrogação; se a data fosse perdida em 2021, mas tivesse sido solicitada a prorrogação a tempo, valeria até 2023,

mais dois anos. Como a data havia sido perdida, necessitava de um processo novo, e, se o processo novo tivesse sido protocolado depois de 2023, encontraria um obstáculo, pois, em 2023, o setor de unidade de conservação encerrou a análise de processos de supressão, proibindo toda supressão, devido a divergências no plano de manejo então vigente. Explicou que havia uma demanda interna para que isso fosse corrigido, sendo difícil, para os técnicos, autorizar algo de acordo com entendimentos divergentes entre si; havia dúvida entre os próprios técnicos, e, para resolver isso, decidiram revisar o plano de manejo. Disse que, como essa demanda interna não havia sido atendida a tempo, os técnicos haviam se posicionado fortemente para que o Estado se movimentasse, e que, coincidentemente, vieram pressões também do conselho e de dificuldades de financiamento, somando forças. Wellington disse que, na propriedade dele, havia nove lotes, e que só tinham licença de operação de um deles. Victor Moreto (Naturatins) confirmou que, a partir de 2023, não havia mais saído nenhuma autorização de supressão. Explicou que utilizavam um programa chamado Brasil Mais, que mostrava alertas de desmatamento, em parceria com a Polícia Federal e o Ministério do Meio Ambiente. Disse que, em 2023, quando o bloqueio havia sido implementado, muita gente que ainda tinha autorização vigente de supressão havia aproveitado para executá-la enquanto ainda estava válida, fazendo a curva de desmatamento subir e depois cair, sendo a maioria das áreas bem pontuais, já que, de fato, novas autorizações não estavam mais saindo. Disse que só havia supressão para quem havia prorrogado o pedido a tempo, ou de forma ilegal. Explicou que a ideia, naquele plano, era conseguir regularizar essas atividades, e que o zoneamento vinha marcando as áreas, havendo áreas que ficaram dentro da zona de produção e outras na zona de uso moderado. Wellington disse que haviam feito o EIA-RIMA, e que estavam esperando a análise. Victor Moreto (Naturatins) disse que, naquele momento, no setor dele, não havia mais fila, que os processos de médio e pequeno porte iam diretamente para o setor de licenciamento. Explicou que a ideia do processo era: a partir do trabalho que estavam fazendo ali, se reuniram com a equipe técnica, e aquilo seria aprovado pelo Naturatins; disse que sua equipe, que não era grande, ainda reduziria temporariamente, pois parte do pessoal do IAC entraria de férias, e que se reuniram para conversar entre julho e agosto. Explicou que o IAC entregaria o produto ao Naturatins, que o avaliaria e daria seu aval; depois, seguiria para o conselho, que o aprovaria, retornando ao Naturatins, que o publicaria no diário oficial — encerrando aquela etapa, e passando a analisar os processos conforme o novo plano. Disse que, se o processo dele entrasse naquele momento, seria analisado conforme o que estava vigente, e que, como ele tinha licença, mas não conseguiu concluir a abertura na época prevista, havia perdido a validade. A Prof. Polliana (IAC) se apresentou como professora de engenharia ambiental na UFT, mas disse que, antes de ser professora, havia trabalhado no Naturatins durante dezenove anos, período em que trabalhou ao lado de Victor. Disse que, complementando o que Victor Moreto (Naturatins) havia falado, conheciam bem o histórico de conflito naquela área da APA, e que havia sido necessário interromper essas autorizações de supressão; reconheceu que isso havia doído para os proprietários, mas que era necessário para que discutissem e organizassem o processo. Disse que, para os técnicos, era muito difícil assinar algo sem respaldo legal, podendo depois responder penalmente por isso, e que sabia que aquilo não era bom para ninguém, nem para o Naturatins, mas que, olhando pelo lado positivo, havia sido por causa dessa situação que estavam ali naquele dia. Disse que, a partir de agosto, provavelmente teriam o plano de manejo aprovado, do qual a comunidade havia participado da elaboração por meio da leitura comunitária, e que muito provavelmente seria aprovado pelo conselho, já que eles também haviam participado. Afirmou que aquele histórico ruim terminava ali, e que, a partir de agosto, entrariam em uma nova fase, que esperavam ser muito mais participativa, para que não caíssem no mesmo erro. Disse que, às vezes, era preciso que algo doesse um pouco para que as coisas se resolvessem. Victor Moreto (Naturatins) comentou que tinham o Ministério Público acompanhando de perto, sendo necessário agir sempre com respaldo legal. Valdir, do P.A. Macaúba, cumprimentou os presentes e disse ter sido um prazer para ele, tendo feito amigos com professores e com o pessoal do Naturatins.

Disse acreditar que aquele plano de manejo estava bem elaborado, com muita gente inteligente envolvida, sabendo que precisavam morar e produzir. Disse acreditar que estavam no caminho certo e que teriam um respaldo muito bom. Disse contar com cada um para que cumprissem a lei de conservação do meio ambiente, e comentou sobre o programa 7 (segurança hídrica e saneamento): perguntou o que fariam e quem os apoiaria, considerando que uma comunidade de cento e doze famílias geraria muita demanda. Comentou que, na temporada, visitantes usavam o rio e deixavam garrafas PET, sacolas e outros resíduos, prejudicando o meio ambiente e os animais. Perguntou o que deveriam fazer para se livrar disso, e se havia algum projeto para restringir o passeio na temporada. Victor respondeu que tudo o que estava colocado naqueles programas — ali de forma resumida, havendo mais informações no documento completo disponível no site — tinha como ideia buscar parceiros para a execução das atividades. Explicou que o plano de manejo era um documento que descrevia ações que o órgão precisava executar na região, e que, no Brasil, havia um histórico de planos que não se concretizavam. Disse que a ideia do documento era não o deixar muito amarrado: se colocassem algo muito específico, e surgisse uma nova situação, ou uma instituição interessada em fazer parceria em determinada temática que não estivesse escrita no documento, ficariam limitados. Disse que a ideia era manter o documento aberto, para poder buscar instituições parceiras para executar projetos. Explicou que o parque era uma unidade de proteção integral, de responsabilidade do Naturatins, enquanto, na APA, havia muitas propriedades particulares, e todos tinham direito de uso de sua terra, mas também tinham responsabilidades, como cuidar da água e do lixo. Disse que todos aqueles programas haviam sido criados para que tivessem parceiros para executá-los, e que, ao longo das audiências, vinham recebendo ideias de programas, cada lugar trazendo as suas. Disse que a ideia do projeto era que pudessem conversar e levar projetos que de fato fossem executados, mesmo dentro de um assentamento, em que a propriedade sendo do morador, que precisava pedir autorização; se desmatar antes de pedir, o órgão poderia multar. Disse que a questão do lixo era semelhante: se a comunidade levar ao órgão uma determinada demanda, o órgão precisa se mobilizar. Explicou que a APA era ordenadora, mas que a responsabilidade pela área não era do Naturatins, e sim dos proprietários, sendo a terra deles; se houvesse esse tipo de problema, a comunidade poderia provocar o órgão, e então conseguiriam responder. Disse que, no Naturatins, existia uma gerência inteira de suporte para acompanhar a comunidade no desenvolvimento de projetos mais economicamente viáveis, ecologicamente corretos e mais sustentáveis, havendo pessoas para ajudar a montar projetos — por exemplo, em caso de problema com fossa, conseguiam fazer projetos-piloto. Disse que, da mesma forma, na questão do lixo, se o assentamento, que fica na divisa do rio do Coco, fizer a solicitação ao órgão sobre essa demanda, conseguiriam montar campanhas de fiscalização e projetos de educação ambiental. Disse que, por si só, a presença do órgão ali, defendendo a comunidade e orientando os usuários externos a não jogarem lixo, já ajudava a inibir esse comportamento, criando uma aproximação entre a comunidade e o órgão. Disse que essas conversas eram muito boas, pois quebravam barreiras, e que Fernando, (ADSTO) representando os produtores, vinha mostrando muito esse trabalho conjunto. Valdir perguntou como se regularizava o lote de um assentado dentro da área da APA Cantão. Victor Moreto (Naturatins) perguntou se ele se referia à regularização ambiental da atividade como um todo. Valdir confirmou que sim. Victor Moreto (Naturatins) explicou que a questão documental era de competência do Incra, enquanto a questão ambiental era justamente o que estava sendo tratado ali, a ideia havia sido criar uma zona específica e manter os assentados nessa zona, para que pudessem cumprir o objetivo do assentamento, que era produzir. Disse que, antes, quando alguém ia fazer a supressão, acontecia o mesmo que Wellington havia relatado. Explicou que, hoje, a maioria dos assentamentos estava em zona de conservação, onde a supressão não era permitida, sendo papel do técnico seguir o que estava escrito; mas que, com o assentamento em uma zona específica, a ideia era que o assentado pudesse produzir o que desejasse, desde que conseguisse o licenciamento ambiental. Valdir comentou que havia direito e dever. Victor Moreto (Naturatins)

confirmou. Valdir disse que queria reformar dois alqueires de pastagem, mas que, na hora de gradear, o satélite o identificaria; e que, quando chegasse a hora de o Naturatins atender à solicitação da associação, talvez demorasse, pois às vezes, entrava com o pedido em agosto daquele ano, e só recebia a autorização no ano seguinte. Disse que era preciso ter parceria de fato, e não apenas no papel, mas que acreditava que teriam. Disse que cuidava de sua APP, não deixando o gado entrar, e que aconselhava os que representava a fazerem o mesmo. Agradeceu a presença de Fernando e do senhor Jonas, que vinham ajudando, e disse contar com essa parceria, esperando continuarem se encontrando. Victor Moreto (Naturatins) disse ser importante o que ele havia falado, pois estavam buscando justamente essa aproximação com o órgão ambiental. Disse que tinham um programa de incentivo para isso, e que o Estado tinha programas, mas que, às vezes, faltava articulação para que todos caminhassem juntos. Disse que haviam pensado nesses programas para que o Naturatins conseguisse ser mais efetivo dentro da comunidade, e pediu que, quando os assentamentos tivessem reuniões, convidar o Naturatins, pois assim conseguiriam convidar outros parceiros, como o Ruraltins, para que pudessem participar e esclarecer dúvidas da unidade de conservação — por exemplo, se a dúvida fosse sobre o Car, levariam o técnico responsável por essa área, para orientar adequadamente. Disse que havia conversado com Fernando, trocando ideias sobre o fortalecimento dessa parceria com as comunidades, e que o programa específico para isso justificaria as ações do órgão. Disse que eram quase cinquenta assentamentos, totalizando muitos hectares — muita terra, muito território. Pediu que sempre chamassem o Naturatins, conversando com Fábio, que era o supervisor da APA e formalizasse essas demandas, e disse que verificaria as datas disponíveis para avisar a todos, levando a equipe e ajudando pouco a pouco. Fernando, da ADSTO, comentou que, em Dois Irmãos, havia tido a oportunidade de conhecer um projeto bonito feito pela prefeitura de lá, sobre o qual já havia conversado com Diego, secretário de meio ambiente de Pium, e que, depois da aprovação do plano de manejo, queria conversar mais com ele a respeito. Disse que todas aquelas audiências haviam quebrado uma certa barreira que existia entre eles. Contou que o pessoal de Dois Irmãos estava disposto a compartilhar o formato do projeto que haviam feito, oferecendo assessoria, por meio de parceria com consultor ambiental, para o pessoal dos assentamentos. Disse não saber dizer sobre os custos, mas que, a partir desse projeto, talvez pudessem pensar em algo semelhante. Disse que, depois da aprovação ali, não podiam deixar o processo esfriar, devendo se unir para buscar soluções, evitando que voltassem a ser como eram dois anos antes — quando havia muita desavença entre eles. Disse que, assim como haviam construído história para fazer o plano de manejo, precisavam continuar construindo história, sendo os assentamentos também figuras principais nesse processo. Disse que Dino (presidente da ADSTO) explicaria como os assentamentos poderiam se associar à ADSTO, e que, se haviam chegado até aquele momento, era por conta da ADSTO, sendo necessário fortalecê-la. Disse que Sarah Rodovalho (IAC) havia deixado claro que precisavam de recursos, e que, de uma forma ou de outra, ainda não sabiam de onde viriam, mas que precisavam fortalecer a ADSTO. Disse que, depois, traria informações sobre como se associar, e que a ADSTO havia mostrado à sociedade que tinha credibilidade naquilo que se propunha a fazer. Disse que, após a aprovação, entrariam em contato para continuar o trabalho. Victor Moreto (Naturatins) disse que o Naturatins tinha acordos de cooperação técnica firmados com quase todos os municípios — segundo lembrava, apenas Monte Santo ainda não tinha —, e que Pium tinha esse acordo tanto com a APA quanto com o parque. Explicou que essas eram parcerias em que um lado apoiava o outro: podia fornecer brigada para atender a demanda do município, um carro, um soprador para a questão do fogo, ou apoio em qualquer outra temática. Disse que, para o Estado, era importante formalizar isso, pois enviar uma demanda por WhatsApp não funcionava — era necessário um ofício, um encaminhamento, para que órgão registrasse a demanda e pudesse agir. Valdir comentou estar pensando em uma ação formativa para todas as comunidades, dizendo que muitos não tinham conhecimento básico — por exemplo, não conseguiam usar a internet —, sendo necessário trabalhar com cartilhas simples. Victor Moreto

(Naturatins) sugeriu algo simples: que, na associação, identificassem alguém que soubesse digitar bem, mesmo sem ter computador próprio; ou, quando precisassem de um documento, que contassem com alguém do órgão ambiental para formalizá-lo. Disse que, não havendo disponibilidade de meios digitais, uma carta escrita à mão, entregue ao Fábio, já constituía uma formalização da demanda, permitindo que ele justificasse a liberação de pessoas e recursos. Citou o exemplo de Dois Irmãos, onde, como Fernando havia mencionado, estavam ajudando com um técnico que ficava disponível até as dezessete horas, depois das audiências, auxiliando o pessoal com o Car. Valdir disse ter contato com a associação, e que poderiam montar um pequeno escritório. Victor Moreto (Naturatins) confirmou, dizendo que, formalizando o pedido, o técnico poderia atender de qualquer lugar, e que, quando enviado por e-mail, a mensagem chegava à caixa de Cledson, sendo então distribuída internamente. Sarah Rodovalho (IAC) disse querer retomar a primeira pergunta do senhor Valdir, sobre o saneamento dentro do assentamento, voltando ao slide das parcerias e do papel da prefeitura, destacando ser importante pensar que, nos municípios, as prefeituras precisavam dar conta do desenvolvimento municipal, e que as políticas de saneamento e de resíduos também precisavam ser de responsabilidade delas na área urbana e rural. Prof. Thiago Portelinha (IAC), respondendo ao senhor Valdir, fez um comentário rápido, dizendo que algo interessante naquele processo era a questão participativa: todos estavam entendendo que a APA estava sendo construída com a ajuda de todos. Disse que aqueles quatorze programas haviam sido pensados a partir dos pontos fortes e fracos da APA, e que todos precisavam ser executados, contando com pessoas responsáveis dentro do órgão ambiental, por isso haviam pensado na quantidade mínima de servidores. Disse, desde já, que a sociedade precisava cobrar do poder público essa quantidade mínima de servidores, para que o programa funcionasse. Voltando à pergunta do senhor Valdir sobre o saneamento, explicou que, dentro do programa 7, haveria um servidor responsável por buscar soluções, indo até a prefeitura, por exemplo. Disse que existiam fundos específicos do governo e programas de crédito, e que a prefeitura buscava as melhores formas de acessá-los, enquanto o Naturatins faria a intermediação. Disse que assim funcionariam todos os programas. Comentou que todo município precisava ter um plano de saneamento básico, e que Pium tinha o seu, datado, segundo lembrava, de 2014, precisando ser atualizado. Perguntou se havia plano de resíduos sólidos, comentando achar que Pium não tinha. Diego, secretário de meio ambiente confirmou que não. Portelinha explicou que esse plano detalhava, por exemplo, a eliminação dos lixões e o destino do lixo, e que o Ministério Público vinha pressionando os municípios em relação a isso. Diego informou que o prazo já havia se encerrado. Portelinha disse que o IAC tinha experiência em ajudar os municípios também nessa área, sendo um ponto específico que cada prefeitura precisaria cuidar. Marsolene, filha de Deusina, disse que viam todos falando de forma muito bonita, sempre destacando a questão da associação, mas que sabiam também que havia pequenos produtores, muitos analfabetos, que não entendiam tudo aquilo. Disse ser bonito ver todos falando ali, mas que sabiam que existia uma morosidade no processo. Comentou que, ao chegarem a algum local em busca de informação, ouviam respostas como “ah, não sei” ou “vá em tal lugar”, sendo muitas informações desencontradas, o que gerava ônus para as pessoas. Disse ser difícil até para quem entendia do assunto, pois, mesmo querendo fazer o licenciamento, o processo era muito complexo — por exemplo, ao pedir outorga de uma fazenda, era necessário um levantamento topográfico completo, o que tinha um custo elevado; e que, dependendo de ter ou não o Car, seria necessário também o Geo, sendo tudo muito complexo e impossível de separar em etapas menores ao longo de um licenciamento. Contou que, na propriedade de sua mãe, havia um pequeno rio que, havia uns dez anos, secava cada vez mais, que no ano anterior, em dezembro, caminhavam dois ou três quilômetros sem encontrar uma gota de água, sabendo que, mais abaixo, havia fazendas com grandes produções fazendo captação de água, sendo essa captação algo que talvez precisasse ser revisto na questão das outorgas. Disse que falar era muito simples, mas que, na prática, era muito difícil, oneroso e complicado, e que quem não entendia não sabia a quem recorrer nem o que fazer — citou também a questão do desmatamento:

uma área em processo de regeneração (“pousio”), com quatro anos, já ficava muito alta, e a legislação considerava que, até cinco anos de pousio, não se aplicava a restrição de árvores de diâmetro grande, mas que a vegetação de pousio crescia muito rápido, e, em imagens de satélite, uma área com dois ou três anos já parecia fechada, levando a interpretações de que já havia passado dos cinco anos, quando, na prática, a situação era totalmente diferente. Contou trabalhar na área ambiental, em Goiás, prestando serviços a algumas cerâmicas, e que era muito complicado conseguir emitir licença; disse que, quando tudo enfim se resolvia, surgiam novas associações e exigências que não se conectavam entre si. Disse que falar sobre o assunto ali era muito bonito, mas que a prática era muito difícil, falando isso por experiência própria, trabalhando na área desde 2007. Disse ter ficado sabendo que algumas pessoas entravam com processo de licenciamento apenas para ficar na fila de espera, pois, quando fosse avaliado, o processo de desmatamento associado já estaria arquivado. Repetiu que falar era muito bonito, mas que a prática era totalmente diferente. Sarah Rodovalho (IAC) disse concordar muito com o que Marsolene estava dizendo, e que já haviam discutido bastante sobre isso com a equipe do IAC, lembrando que, na rodada anterior, haviam saído de lá discutindo como simplificar essas questões, reconhecendo a dificuldade e burocracia de realização do licenciamento ambiental, sendo dificultado pela desigualdade e barreiras como o acesso à internet e a alfabetização. Marsolene disse que, para ela, a questão mais difícil era o monitoramento por satélite: hoje, se alguém queimasse uma folha, já seria notificado. Disse que, como pessoa leiga, alguém que queimasse alguns matinhos e fosse identificado pelo satélite enfrentaria grande desinformação, sendo notificado e multado, e que, se não soubesse como resolver ou não tivesse assessoria, a situação se complicava muito. Sarah Rodovalho (IAC) disse que falavam bastante dos assentamentos porque a APA tinha essa característica marcante, mas que entendiam que havia também outros pequenos produtores que não estavam em assentamentos. Contou que tem um economista na equipe do projeto, o professor Fernando, que, entre a primeira rodada de oficinas e o zoneamento, havia retornado ao campo, visitado muita gente e feito muitos questionários, gerando um diagnóstico socioeconômico em que demonstrava essas questões. Disse que a informação trazida por Marsolene, de forma muito acertada, havia sido pauta desse diagnóstico. Comentou que havia um segundo ponto: haviam feito um plano que, no discurso, era muito bom, com programas aplicáveis e bem pensados, fruto de mais de trinta e seis eventos públicos e cinco mil pessoas ouvidas, mas que, se guardassem o plano na gaveta, não adiantaria de nada. Disse que, por isso, aquele grupo de programas era voltado para que o Naturatins conseguisse implementá-los, sendo um processo contínuo, de manejo de fato, sempre melhorando um pouco. Disse conseguir imaginar que, nos próximos meses, estariam melhores do que já estiveram. Prof. Polliana (IAC) complementou dizendo que a elaboração do plano era, como Sarah Rodovalho (IAC) havia dito, muito bonita, e que precisavam buscar a melhor situação possível. Disse que, para a execução correta do plano de manejo, era essencial que todos soubessem que precisavam de equipe na APA. Contou já ter trabalhado em uma unidade onde a equipe era grande, permitindo dividir o trabalho por setores, contou que no Jalapão, na época em que trabalhou lá, havia um técnico dedicado exclusivamente à conversa com a comunidade. Disse que, para que o plano de manejo realmente acontecesse, era necessário que a equipe atingisse o tamanho mínimo previsto, sendo por isso necessário o apoio da população e das associações para reivindicar politicamente essa equipe — pois, se continuasse apenas com a equipe atual, não conseguiriam de fato implementar o plano. Disse que era preciso buscar essa implementação, e que isso já constituía um programa em si. Disse que entendiam que isso não aconteceria da noite para o dia, mas que estavam dando o primeiro passo, e que alcançar esses objetivos poderia demorar, mas que, com o apoio da comunidade, das associações, da universidade e do próprio Naturatins como parceiro, esperavam que, a longo prazo, a situação mudasse, como já havia visto acontecer em outros locais. Disse entender toda a angústia das pessoas, sabendo que aquilo de fato acontecia, mas que aquele era o primeiro passo, e que, se as coisas continuassem como estavam, com a preocupação e a participação da comunidade, essa situação

poderia mudar. Marsolene comentou que a sociedade cobraria isso. Polliana confirmou, dizendo que era exatamente esse o ponto que queria destacar: a sociedade precisava cobrar. Victor Moreto (Naturatins) disse que haviam colocado a questão da equipe justamente para isso, para que a comunidade ajudasse a cobrar do Estado que a unidade tivesse a equipe necessária, pois estavam falando de uma comunidade enorme, sabendo ser difícil atingir a todos. Disse que, ao falarem de parcerias, os grandes parceiros do órgão seriam as prefeituras, as secretarias e as associações, pois era caro fazer processos de licenciamento e de supressão, e o órgão vinha trabalhando nessa questão — citou que, recentemente, havia ocorrido um fórum de regularização ambiental, reunindo o setor de licenciamento com consultores ambientais, com o objetivo de aproximar o órgão dos técnicos, permitindo identificar falhas. Disse que havia uma série de portarias publicadas sobre a melhoria do fluxo de processos internos e a facilitação do licenciamento em alguns casos, mostrando que o órgão estava se movimentando para ter uma melhor convivência com a sociedade. Disse que, internamente, também cobravam e eram cobrados, identificando os gargalos do órgão, e que, do ano anterior para aquele, muita coisa havia melhorado — citou a instrução normativa que fizeram para que processos da APA fossem direto ao licenciamento, o que já facilitava o fluxo. Explicou que existia também a situação de dispensa de licenciamento ambiental, havendo uma série de atividades isentas dessa exigência, sendo consideradas de baixo impacto — mas que, mesmo dispensado o licenciamento, o requerente precisava sempre ter o documento de dispensa em mãos, para evitar que a fiscalização aplicasse multa indevidamente. Deu um exemplo de uma situação no assentamento Manchete, em que uma pessoa havia sido multada por construir uma cacimba, que era dispensada de licenciamento, mas que precisava do documento correspondente de dispensa. Disse que tudo isso vinha sendo discutido ao se aproximarem das pessoas, e reconheceu que o órgão ambiental precisava seguir regras, havendo leis estaduais e federais que precisavam ser cumpridas. Diego perguntou se havia uma profundidade definida para essas cacimbas. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que acreditava que havia, dentro da regra de dispensa, mas que seria necessário verificar no setor de licenciamento. Victor Moreto (Naturatins) acrescentou que aquela conversa visava justamente essa aproximação: prefeituras e secretarias teriam mais informação, e, com os acordos de cooperação técnica já firmados, poderiam levar demandas ao órgão para esclarecer dúvidas. Reconheceu que o licenciamento, às vezes, era caro, mas que isso também tinha custo para o Estado, que vivia de arrecadação, havendo coisas das quais não conseguiam escapar. Explicou que o Naturatins funcionava por meio dessas taxas, que iam para o Fundo Estadual do Meio Ambiente (Foema) e sustentavam o órgão em todo o Estado no ano seguinte; disse que, se eliminassem todas as taxas, o órgão não se sustentaria, sendo esses recursos importantes para contratar mais técnicos, combustível, veículos, entre outros itens, citando ter estado recentemente em Goiás verificando esse tipo de estrutura. Marsolene comentou que havia também o PCFA (Pagamento por Conservação Florestal e Ambiental ou similar), em que parte dos recursos ia para o Estado, e outra parte para o Ibama. Victor Moreto (Naturatins) confirmou, dizendo que existia o PCFA, no qual o Ibama repassava parte do recurso ao Naturatins, havendo acordo entre os órgãos. Disse que essa contrapartida sempre existiria, não conseguindo escapar disso, mas que, claro, políticas de redução de taxas poderiam ser discutidas — o órgão ambiental não tratava diretamente disso, mas a comunidade poderia cobrar do prefeito que buscasse essas reduções junto as secretarias responsáveis. Marsolene comentou que, por isso, a legislação já definia diferentes faixas de tamanho de propriedade, pois, muitas vezes, financeiramente, o proprietário não conseguia custear o processo, havendo protocolos diferentes para cada caso. Victor Moreto (Naturatins) confirmou, dizendo que propriedades maiores exigiam estudos maiores e mais robustos, com taxas maiores e necessidade de vistoria. Disse entender que essa questão dos valores era cara, comentando que ele mesmo tinha uma chácara, com licenças, e achava caro. Disse que, para reduzir os valores, era importante cobrar do prefeito, que cobraria dos demais entes responsáveis, podendo se pensar inclusive em isenção de taxas, havendo uma série de discussões em curso sobre o tema, mas reforçou que o órgão dependia dessas taxas para

501 se sustentar. Sarah Rodovalho (IAC) encaminhou o fim da audiência, mencionando que aquela era
502 a última audiência daquela etapa, e a última etapa do processo como um todo. Disse que, para a
503 equipe do IAC, que estava terminando o convênio e o projeto, era motivo de muita alegria,
504 reconhecendo que havia sido um trabalho extenso, longo e intenso. Agradeceu imensamente a
505 Diego, secretário de meio ambiente, e a todos que haviam ouvido e dado atenção ao trabalho,
506 encerrando com muito obrigada a todos.

3. LISTAS DE PRESENCAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE PROGRAMAS DE MANEJO

O público total que registrou presença via assinatura nas listas de presença, conforme pode ser visto em resumo na tabela a seguir, foi de 572 pessoas distribuídas nas 09 audiências públicas.

Data	Município	Registros de presença
21/06/2026	Abreulândia	33
22/06/2026	Divinópolis do Tocantins	27
22/06/2026	Monte Santo do Tocantins	36
23/06/2026	Dois Irmãos do Tocantins	174
23/06/2026	Araguacema	74
24/06/2026	Caseara	40
24/06/2026	Marianópolis do Tocantins	72
25/06/2026	Chapada de Areia	48
25/06/2026	Pium	68
Total de pessoas que registraram presença		572

3.1. Abreulândia

No dia 21.06.2026, às 14h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de programas de manejo em Abreulândia, na Câmara Municipal, aonde 33 pessoas assinaram a lista de presença.

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DOS PROGRAMAS DE MANEJO

DATA: 21/06/16 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Abreulândia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
SARAI A RODRIGUES		IAC UFT	
FERNAN VERGARA		IAC UFT	
Ona Buxia Oliveira		IAC UFT	
Paula Palmeira de Sousa Junior		IAC UFT	
Victor Denis Morais		IDC UFT	
Victor Denis Morais		NATURALIS	
MAIOB PRAZISCO MACIEL		PRFECI/UFPA	
Clara Silva Gonçalves		IAC/UFPA	
Marina Almeida D'Oliveira		IAC/UFPA	
Thiago Almeida Remaudi		PRFECI/UFPA	
Smitha Silveira Sousa Araújo		NATURALIS	
Paula Regina Araújo da Silva		IPA Cantão - Naturalis	
Adriana Maria Santana da Cruz		APA Cantão - Naturalis	
Fernanda Vazquez Mendes		FAC JAU	
Marcelo da Silva		FAC JAU	
Carla da Silva		FAC JAU	
Maria de Lurdes Dias Lima		FAC JAU	
Patricia dos Santos Aguiar		FAC JAU	
Silvia Maria Gomes da Silva		FAC JAU	

Digitalizado com CamScanner

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação das Propostas dos Programas de Manejo

DATA: 21/06/16 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Abreulândia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Edmaria Alves Costa		Imara/Israel	
Maria da Socorro Viana			
Maria Domingos Mello da Silva			
Jose Barbosa da Silveira			
Marcelo Almeida			
Silvia Augusta Nunes			
Angela Marinho Rodrigues			
Luiz Marinho Rodrigues			
Anna Carolina C. de Jesus			
Luiz Carlos			
TACIANA POTULSKI			
DERICA P. SOUZA			
Marquês Barbosa Alves			

Digitalizado com CamScanner

3.2. Divinópolis do Tocantins

No dia 22.06.2026, às 8h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de programas de manejo em Divinópolis do Tocantins, na Câmara Municipal, aonde 27 pessoas assinaram a lista de presença.



INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES



CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS



LISTA DE PRESEÇA

Pauta: Apresentação dos Emergentes do Plano de Manejo

DATA: 21/05/20 **HORÁRIO:** 8:00 horas **LOCAL:** Divinópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Paulo Roberto de Souza Júnior		IAC / UFT	
Org. Grupo Oropaeu		IAC / UFT	
Emmanuel S. Marques		UFT / IAC	
FERNAN VECCHIA		UFT / IAC	
SARAH A RODRIGUES		UFT / IAC	
Clara Silveira Gonçalves		UFT / IAC	
Henrique		IAC / UFT	
Vitor Hugo Norio		UFT / IAC	
ITALIANO, POTULSKI		IAC / UFT	
Matheus Oliveira Reis		UFT / IAC	
Alvaro Fernando Pontes		ADSTO	
Thaísia de Siqueira Araújo		R. Maranhão	
Emmanuel Viana M. Henri		IGUA SAI MIGUE	
Argemiro Francisco da Fonseca		29 Assos. Francho	
Vitor Hugo Norio		RECUBITA	
João Cristiano do V. Viana		DSTO	
João Vitor de S.		SPT / TO	
Helena V. Siqueira		lato, Vale	
Flavio B. Siqueira		recubita	
		SC da mulher	
		de mulher	

[illegible]

3.3. Monte Santo do Tocantins

No dia 22.06.2026, às 14h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de programas de manejo em Monte Santo do Tocantins, no Auditório da Prefeitura, aonde 36 pessoas assinaram a lista de presença.



INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES



CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL (CANTÃO)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS



TELEFONE

LISTA DE PRESEÇA

Pauta:

Apresentação dos Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA:

22/06/2020

HORÁRIO:

14:00 horas

LOCAL:

Monte Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Eleneide B. Marques		UFET/IAC	
Mario Goulart D'Oliveira		UFET/IAC	
Humaira Paes de Souza		IAC/UFET	
Rafael dos Santos de Almeida		FAZ. Pirassol	
Alencar da Silva			
Almeida Borel		FAZ. Borel	
Fernando Viçosa M. P. S.		ADSTO	
Vitor David Borel		NATURARTIS	
Elaine de Souza Lopes		Geodeste	
Marina Angelica Melo Rodrigues		Geodeste	
Daniel Rodrigues dos Santos		Geodeste	
Helga Regina Araújo da Silva		Serviço de Conservação	
Janeth da Silva e Sousa Araújo		APA Cantão/NaturArtis	
FABIO DIAS PERCEIRA		APA Cantão/NaturArtis	
Pauline Maria Santana		APA Cantão/IAC	
SABIANE RODRIGUES		APA Cantão	
VERGILIO VERGILIO		IAC - UFET	
Olga Regina Araújo		IAC - UFET	
Flora Silva Gonçalves		IAC - UFET	
Paula Roldana de Souza Junior		IAC - UFET	



INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES



CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO



LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação dos Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 23/06/2020 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Manie Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Melaine P. de Souza		Procuradoria	
Paula V. de Paula		Secretaria	
Marcos Vinicius Oliveira		Adm	
LOURIVALDO DA SILVA		PROF	
Dedee Garves Ferreira		Secretaria	
SUELY MATHONEN NEGRÃO		S. Assistência	
Leandro Ribeiro da S. Oliveira		PROCURADORIA	
Marcos Vinicius Mota de Miranda		SECRETARIO DE TRANSPORT	
GERALDO A. CARVALHO		FREATOR	
Adriano S. S. de S. F.		PROF. - ABRENTON	
Roberto Ferreira Costa		PROF. -	
Fausto Wilson de Souza		PROF. -	
Manuel Raimundo da Silva		PROF. -	
Manoel Silva de Souza		PROF. -	
Nesida Martins Neto		PROF. -	
Manoel da Silva de Souza		PROF. -	

3.4. Dois Irmãos do Tocantins

No dia 23.06.2026, às 08h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de programas de manejo em Dois Irmãos do Tocantins, no CRAS, aonde 174 pessoas assinaram a lista de presença.



INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES



CANTÃO
PELO BEM DE MANTO DA APA (LUA DO MARANHÃO) CANTÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Aprovação dos Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 23/06/18 **HORÁRIO:** 08:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos

Presentes:	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Luiz Carlos Ribeiro de Oliveira		CHACARA UIRAB	
M ^{te} Ramilsona R. de OLIVEIRA		214 S. João mi RA	
Antonio Domingos Pacheco		engenharia Mosquito	
Imanés Ribeiro Gomes Amarial		1 Salomina	
Cláudio Ribeiro dos Santos		1 Salomina	
Luiz Carlos Nunes de Almeida		Vereador	
Ismael Pereira Costa		20.000 Sta Inês Mang	
Atanásio Carlos de Oliveira		20.000 Sta Inês Mang	
Roberto Ribeiro da Costa		20.000 Sta Inês Mang	
Imanés Ribeiro Silva		20.000 Sta Inês Mang	
Anderson Moraes Gomes		20.000 Sta Inês Mang	
JULIO NAKAMURA		20.000 Sta Inês Mang	
Carlos Pereira Costa		20.000 Sta Inês Mang	
Fernando Gomes Silva		20.000 Sta Inês Mang	
Pedro Guimarães		20.000 Sta Inês Mang	
Maximiliano Barbosa Silva		20.000 Sta Inês Mang	
Arthur Amorim da Silva		20.000 Sta Inês Mang	
David Augusto Macedo		20.000 Sta Inês Mang	
Guilherme F. M. Silva		20.000 Sta Inês Mang	
Maximiliano Sousa Ribeiro		20.000 Sta Inês Mang	



INSTITUTO
 DE ATENÇÃO ÀS CIDADES



CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO SENNAZAL/CANTÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL
do TOCANTINS

LISTA DE PRESEÇA

Pauta: Apresentação dos Anexos do Plano de Manejo APA Cantão
 DATA: 23/06/16 HORÁRIO: 08:30 horas LOCAL: Das 7mãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Luiz Marinho Rodrigues Sousa		NI TMS	
Valter Marinho Santana		APA Cantão/Instituto	
Helio Regina Araújo da Silva		APA Cantão/Instituto	
Smith da Silva e Sousa Araújo		APA Cantão/Instituto	
Plano de Manejo A. P. de A. Cantão		em anexo	
JOSE BILSONO CIL DA		IME/UF	
FERNAN VERGARA		PRATOR DE INOIAIS	
Cláudio da Silva		4 Chac. Engenharia	
Marcos da Engenharia		Intendente PAGLON	
Rosilene Gomes de Menezes		Agropecuária	
Luiza Condut Souza (Apoie)		Agropecuária	
Lucia Marcelly Sousa de Oliveira			
Antônio Carlos da Silva			
Somnil Verina de Araújo			
Flamildy Alves de Aguiar			
Madelena Andréa Rodrigues			
Miguel da Silva			
Julian Cesar da Silva			
Jose Carlos Pinheiro			
Miguel Marinho da Silva			

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação Programas Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 23/06/20 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dhs Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
MANUEL VAREJIN DE A. ALGODRES		FAZENDO DO	
Aguiar Pimenta JAPU			
João Soares da Silva			
Margarida Soares da Silva			
Carla Soares da Silva			
Edson Kuntz			
Apollonio Rodrigues Baltes		colha Reencarn	
Cláudio Mota de U	934 83 1514		
CIEGO MACHADO DA SILVA			
Carla Gabriela Bernardino		ADESTE/Segurança	
Antonio Carlos Benacchio		22. Nota sem nome por	
Maria Aparecida Bernardino			
Perceira Mendes Araújo			
Mauro Gomes da Silva			
Maria Antônia de Sousa			
Roberta Pereira de Almeida			
Henrique Moreira da Silva		conselho Tutela	
Luiz Carlos de Souza Cruz		conselho Tutela	
Marina Rodrigues Wom		conselho Tutela	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação dos Programas do Plano de Manejo APA Contão

DATA: 23/06/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dps Irmãos

Presents:[illegible]

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação dos Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 23/06/2026 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
JEAN PAUL - Alunos Jorisan		AF 514 456124	
Quellete Lameiro da Silva		ca. Amos Verde	
Guilherme Paiva dos Reis		UF: S. BENTO	
Roberto P. S. de Souza		AF: Mafelto	
Almeida Romão Flores Martins		estudante	
Roberto P. S. de Souza		estudante	
Ana Cláudia Flores Martins		AF Camada	
Jon Vania Flores		estudante	
Ane Lúcia Flores Martins		PA Salomina	
Camille da Veira de Carvalho dos Santos		PA Salomina	
Priscilla Maria Barros da Silva		Frazer da Quacilso	
Adilson Jovina Costa		el. Est. P. de L. de L. de L.	
Angela Maria Ribeiro Rodrigues		PA Salomina	
Daniel Florentino		faz. Boa Esperança	
Mary das Santos Franco		PA Salomina	
Sérgio Amílcar Rodrigues Castro Lima		Com. de Sta. 3ª Mar	
Imaculada Pereira Lima		Epizem da Lva Pmto	
Sadson Pereira da Conceição Chaves			
Marissa Pereira Lima			
Norma Maria de Ribero			

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação dos Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 22/06/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dois Irmãos

Presents:

NOME	CPF	ENDEREÇO/INSTITUIÇÃO	Telefone
Carimés P. de Oliveira		Bele Horizonte	
Eckson Bonifácio Bonfácio		PA Salomina	
Amândeo Rodrigues Borges		PA Salomina	
Aluísio Ribeiro Neto		PA Salomina	
Tomazales de Jesus Soares		PA Fátima Sobrinho	
Quintino do Santo Silva		Palmar Espirito Santo	
Padre Alípio Pereira		Madre Maria	
Silvanissa Teixeira da Silva		Madre Maria	
Salvador Alves da Silva		az. Várzea	
Rosa Presbítero		PA Salomina	
Arnaldo Figueira Neto		Fazenda S. Adolfo	
Arnaldo F. Figueira Interimista		Indústria de Papel e Celulose	
Antonio Luiz Coelho de S.		PA Salomina	
Arnaldo da Silva Alencar		PA Salomina	
Delcírio Antonio Figueira		PA Salomina	
CRELITO MATA		PA Salomina	
Alexandra Maria Soares		PA Salomina	
Agripino		PA Salomina	
Pedro Carlos Bonfácio Filho		Comércio	
Alomir F. Barbosa		PA Salomina	
Adilson de Oliveira		PA Salomina	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação dos Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 23/06/16 HORÁRIO: 16:00 horas LOCAL: Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Clara Silva Gonçalves		JAC/UFT	
Sarah A. RODRIGUES		JAC/UFT	
Paulo Roberto de Souza Farias		JAC/UFT	
Adriano Condeira D. Oliveira		JAC/UFT	
Almudi Augusto Marques		UFT/JAC	
Hu-lynn		JAC/UFT	
Sra. Carolina F. Silva		ADSTO	
Regina Reis		Faz. Guaratã	
QILAN BORGES CASTA JUNIOR		FAZ. GARVITA	
Blaine Batista de Sa		Sra. Garatã	
LEONARDO AUGUSTO A. A. DA FONSECA		FAZ. GARVITA	
Jairo José de Faveri		FAZ. SANTA ANA	
ANTONIO PEDRO DE FAVERI		FAZ. SANTA ANA II	
ITALVINO RIGATON		FAZ. VARGAS DO BOM	
Edmar José de Jesus		COOPERATIVA DE LAVOR	
Leandro de Jesus		Ruralins	
Leandro de Jesus		Fazenda União	
Leandro de Jesus		FAZ. UNIAO	
Leandro de Jesus		ADSTO	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação dos Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 23/06/16 HORÁRIO: 16:00 horas LOCAL: Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
José Carlos de Jesus			
Marcos Roberto			
Odair S. Katsunaka			
Valmir W. Katsunaka			
Maurício F. Silva			
Antonio Alvaro da Costa			
Almeida M. Silva			
DUARTE SEVERINO DA SILVA VILLO		Dom. Tenda e Maqui	
Paulo Soares Guimarães		IGROTA BRS-16	
Luciana Mendes Guimarães		FAZ. SÃO JOSE	
João Carlos Silva Marques		Faz. São José	
Marcelo Gomes de Souza			
João Luiz Marques Evangelista		Uz. Estância Marques	
Antonio Marques Evangelista		Uz. Estância Marques	
João Marques da Costa		Uz. Estância Marques	
Leandro de Jesus		Ruralins	
Leandro de Jesus		Fazenda União	
Leandro de Jesus		FAZ. UNIAO	
Leandro de Jesus		ADSTO	

[illegible]

3.5. Araguacema

No dia 23.06.2026, às 14h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de programas de manejo em Araguacema, no Centro de Eventos Cabo Chico, aonde 74 pessoas assinaram a lista de presença.

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação dos Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 23/11/2016 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Araguaçema

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ana Paula Siqueira Espirito		Pa da Mata	
Allana Helena Brito Jardim		Sec. Turismo	
Rodolfo de M. do Nascimento		Senad	
Dr. Ael D. Ribeiro		Naturatins (APA)	
Miguel de Siqueira Costa		Naturatins	
Domingos Ribeiro Leite		PA DA MATA	
Suzanna de Souza Silva		01111111-77-1111	
Cecília de S. Costa		01111111-77-1111	
Marcelo Costa Silva		URBANISMO	
Resan Zulf. Mirani		DEPTO. URBANISMO	
João Carlos de S. Silva		URBANO, MANEJO	
Guilherme Siqueira Cunha		URBANO	
Raimundo M. da S. Junior		RECREAÇÃO	
Dorci Reis de S.		RECREAÇÃO	
Samuel de S. Silva		RECREAÇÃO	
Guilherme Nascimento da Silva		RECREAÇÃO	
Williamson Gomes Brito		RECREAÇÃO (APA)	
Alvaro de Vasconcelos Brito		RECREAÇÃO	
Sérgio F. da Silva		RECREAÇÃO	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação dos Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 23/11/2016 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Araguaçema

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Maria Aparecida Fragoso da Silva		PA da Mata	
Mariana Figueiredo de Jesus		PA da Mata	
Elaine de O. Sousa Junior		PA da Mata	
Guilherme Siqueira Cunha		PA da Mata	
Rodolfo de M. do Nascimento		PA da Mata	
Carlo Rodrigo M. da Silva		PA da Mata	
Janeth da Silva e Sousa Araújo		PA da Mata	
Amanda de M. da Silva		PA da Mata	
Guilherme Siqueira Cunha		PA da Mata	
Elaine de O. Sousa Junior		PA da Mata	
FABIO DIAS FERREIRA		PA da Mata	
Fernando Vitorino Melo		PA da Mata	
Angela Marinho e Rodrigues		PA da Mata	
Vitor D. de M. Silva		PA da Mata	
Flora Silva Gonçalves		PA da Mata	
Guilherme Siqueira Cunha		PA da Mata	
Guilherme Siqueira Cunha		PA da Mata	
Guilherme Siqueira Cunha		PA da Mata	
Guilherme Siqueira Cunha		PA da Mata	
Guilherme Siqueira Cunha		PA da Mata	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação Programas Plano de Manejo APA Contão

DATA: 23/06/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Araguaema

Presents:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Cristiane Dias Oliveira Nates		Mistérios Social	
Dalva de Souza Moraes		Coord. moderna Educação	
Ed. Roberto Rodrigues de Oliveira		Coord. moderniza. Urbanismo	
Humberto P. do Rêgo		Estruturas de Edif.	
Jorge da Silva de Jesus		Urbanismo	
João Lima Gomes		Legislação Municipal	
Luiz Hugo Reis de Menezes		x. Associação Municipal	
Luzia Corrêas Soares		Sindicato Sra. Cidalgos	
Paulina Alves Guimarães		Xilete de Bolo	
Rogério de Silva Brito		Assistência Social	
Rui Cesar da Silva Araújo		refeições	
Tereza Luzete Brito Unzué		atm. escolar / Wilson Tel	
Viviana L. dos Santos		educação	
Estelene Martins dos Santos		atividades esportivas com	
Fabrizio Ribeiro dos Reis		PROBUTOR	
Alon Sousa Nates		PRODUTOR	
Edson Guedes Romagosa		Produtor	
Luiz Domingos Pereira		PRODUTOR	
Lucy Carla P. Jankowski Piñelo		produtora	
Valdir José de Jesus		PRODUTOR	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação dos Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 23/06/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Araguacema

Presents:

Nome	CPF	Entidade/Instituição	Telefone
GILBERTO BARBOSA SANDOVAL JUN. JR		MOSOL/SINDICATO RURAL	
João Vitor dos Santos		da São Roque III	
Walter Almeida de Souza Pinto		Associação RURAL	
Edmundo Piqueiro Costa		Clube Recreio e	
Maria Antunes e Bani		Clube Recreio e	
Vanilda Maria Barros da Costa		Associação Recreio e	
João Machado da Costa		Associação Recreio e	
Fernando Assunção Andrade		SCHMIDT	
Antônio Nazareno Martins		ASSOC.	
Andréa Verciniana Jardim de Souza		e Maria João Wilson Góes	
Elaine Aparecida Barros		Associação Recreio e	
Wagner Ribeiro da Silva		Associação Recreio e	
Val. Pires da Silva		Associação Recreio e	
Luiz Maximiliano Rodrigues Sousa		Associação Recreio e	

3.6. Caseara

No dia 24.06.2026, às 8h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de programas de manejo em Caseara, no Auditório do Parque Estadual do Cantão, aonde 40 pessoas assinaram a lista de presença.

INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL / CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS

LISTA DE PRESEÇA

Pauta: Apresentação Programas Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 21/02/26 HORÁRIO: 08:30 horas LOCAL: Casarão

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Mário Roberto F. da Mota		REF CASERÃO	
Vitor Danilo Aguiar		ATVIAZ	
Fernando Silva dos Santos		União Cantão	
Aldo Antônio de Freitas		Grupo Cultural	
Azuleiro Heshizume		STAS	
Fernando Vargas Nolas		DSTO	
Eduardo Augusto Regis		Santa Ana	
Ricardo Eduardo		Universidade	
Pedro Paulo Pereira		Z. Área Boa	
Flammarino Lago		op. Água	
Rodrigo Bento Borello A. Josa		ops AGRO	
José Cristiano M. Sousa		TA TURFINS	
Bruno de Moraes		FTIAL	
Gonelli e Dias		C	
Roberto de P. Rorke		Monumento do Sajo	
Roberto Luiz de Faria		Lap. Juazeiro	
Guilherme de Faria		Tela Tava Boa	
Renato Guimarães		Quia Branca	
Patrícia Maria Costa		op. Água	
Clara Larocamenta Costa Martins		atlas	

INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL / CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS

LISTA DE PRESEÇA

Pauta: Apresentação Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 21/02/26 HORÁRIO: 08:30 horas LOCAL: Casarão

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ana Paula Maciel Araujo de Lima		AC/UFT	
SARAIA A. RODRIGUES		IAC/UFT	
Florencia Silva Passalves		IAC/UFT	
Fernanda Verçosa		IAC/UFT	
Paula Palmeira de Souza Junior		IAC/UFT	
Carlos Christiano D'Oliveira		IAC/UFT	
Luís César Araújo		IAC/UFT	
Vagner Afonso Filho Jr.		IAC/UFT	
Alana Pinheiro		IAC/UFT	
Diego de Lencastre		IAC/UFT	
Lucas Guimarães		IAC/UFT	
Simone Rosa V. Gomes		IAC/UFT	
Callian Almeida		IAC/UFT	
Bruna Leone Gogoi		IAC/UFT	
Marcelo G.		IAC/UFT	
Sumaira Tonello Vaz		IAC/UFT	
Adriano Augusto		IAC/UFT	
Chrysina Ferreira		IAC/UFT	
William Bonifácio C. Silva		IAC/UFT	
H. L. X. -		IAC/UFT	

3.7. Marianópolis do Tocantins

No dia 24.06.2026, às 14h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de programas de manejo em Marianópolis do Tocantins, no Centro de Convenções, aonde 72 pessoas assinaram a lista de presença.

INSTITUTO DE ATENÇÃO AS CIDADES

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BAUNILHÃO / CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL do TOCANTINS

LISTA DE PRESEÇA

Pauta: Apresentação de Programas Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 24/06/2014 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** MARIANÓPOLIS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Denise Almeida		Faz. NSBS	
Ricardo Fari Benoi Oliveira		Faz. SANHARO	
Flávia Nicolletti		Faz. COQUÍTA	
Marcos Paulo da Silva		ADSTO	
Miguel Gomes		Faz. CARREIRO	
Suzane Silveira Vitorais Cabral		Saúde	
Patrícia Lúcia dos Santos		Guanabara	
Thalia Silva da Conceição		Agrícola de Saude	
Diiane Albuquerque		Agrícola de Saude	
Lauzanne Dias Mercatinhos		Agrícola de Saude	
Charles Maciel Teixeira		ACS	
Miguel Ribeiro Moreira		Produtora Logística	
Camila Maciel de Oliveira		ACS	
Luis Jonathan Alves da Silva		VAREADOR	
Barb. e Gledis Elton			
Eduarda Ribeiro Martins		PRODUTORES	
Guilherme da Silva & Pêdri Costa			
Yvica Hummel		Produtora	

[illegible]

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação Programas Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 24/06/26 HORÁRIO: 14:02 horas LOCAL: MARIANÓPOLIS - TO

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Roberto Costa da Silva		R 60 AGO	
ANGELA DE BEZILAS BARROSA		CARTH INNOVATION	
Wagner Rodrigues		EARTH INNOVATION	
Flavio Fernando Gomes		Proj. Agro. Francisco	
Paulo N. de Lencastre		MST	
Isabel Costa de Sousa e Silva		MST	
Wagner de Oliveira Carvalho		MST	
Luciana Gomes da Rocha		MST	
Maria Celina Nogueira do Carmo Mathos		MST	
Edson Lima		Serv. Público / Sispaz	
Luiz Gaudêncio		Grupo Botic	
Wilton Maria L. da Silva		Grupo Botic	
Isabela S. Lelha Lemos		Unagru	
Osvaldo Roberto de Almeida		Unagru	
Marcelo Silva de Souza		Unagru	
Caroline van der		Unagru	
William de Sousa Oliveira		Unagru	
Luiz Nunes Pereira		Unagru	
Paulo Roberto de Almeida		Unagru	
Paulo Roberto de Almeida		Unagru	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação Programas Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 24/06/26 HORÁRIO: 14:02 horas LOCAL: MARIANÓPOLIS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Roberto Costa da Silva		INNOVATION	
ANGELA DE BEZILAS BARROSA		INNOVATION	
Wagner Rodrigues		Soc. Soc.	
Flavio Fernando Gomes		Soc. Soc.	
Paulo N. de Lencastre		Unagru	
Isabel Costa de Sousa e Silva		Unagru	
Wagner de Oliveira Carvalho		Unagru	
Luciana Gomes da Rocha		Unagru	
Maria Celina Nogueira do Carmo Mathos		Unagru	
Edson Lima		Unagru	
Luiz Gaudêncio		Unagru	
Wilton Maria L. da Silva		Unagru	
Isabela S. Lelha Lemos		Unagru	
Osvaldo Roberto de Almeida		Unagru	
Marcelo Silva de Souza		Unagru	
Caroline van der		Unagru	
William de Sousa Oliveira		Unagru	
Luiz Nunes Pereira		Unagru	
Paulo Roberto de Almeida		Unagru	
Paulo Roberto de Almeida		Unagru	

3.8. Chapada de Areia

No dia 25.06.2026, às 8h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de programas de manejo em Chapada de Areia, no auditório da escola municipal América Alves de Oliveira, aonde 48 pessoas assinaram a lista de presença.

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação dos Programas Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 23/06/26 HORÁRIO: 8h:00 horas LOCAL: Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Thaiane Araújo Almeida		Escola	
Barbara S. de O. Araújo		Prefeitura	
Leidiana Pereira		Prefeitura	
Venusa Costa da Souza		Prefeitura	
Kamilly Rocha Gomes		Prefeitura	
Vanderlândia Martins da Silveira		Escola	
Daniella Marques Silva		Prefeitura	
Isaiane S. da Silva		Escola	
Adriano Augusto Alves		Prefeitura	
Barbara Quintade Sousa		Sec. Assistência	
Andréa Rodrigues Costa		Sec. Assistência	
Alano Costa Brito		PROJ	
Jun Botelho Silva		Serviço Público	
Juliana Williams J. Sousa		Autônomo	
Elizângela Gonçalves Pereira		Prefeitura	
Vanessa Costa da Souza		Prefeitura	
Alvina Gomes do Santos		Prefeitura	
Alvina Regina Gonçalves Silva		Proj. Cantão Natural	
Kailleria Pereira Gonçalves		APA Cantão / Autônomo	
Carla Costa de Almeida		RECUPERAÇÃO COMERCIAL	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação dos Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 25/06/26 HORÁRIO: 8h:00 horas LOCAL: Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
PEDRO ALVES DE OLIVEIRA (PEDRO ALVES)		FAP. SÃO PEDRO	
Wesley da Costa Cavalcante		Chapada Alto da Água	
Adriano de Jesus da Silva		FAP. SÃO JOSÉ	
Felipe Costa da Silva		Servidor Municipal	
Silvânia Lima de S.		Servidor Municipal	
Francisco Alves de Oliveira		Servidor Municipal	
Glennice E. Marques		UFT / IAC	
Graciana Ribeiro Lima		Servidor Municipal	
Graciana Maria		Eletricitel	
Marilene Mendes de Oliveira Ferreira		PROJ. T. B. D. I.	
Marilene da Silva e Sousa Araújo		Secretaria de Meio Ambiente	
Leidiana Martins da Souza		APA Cantão / Natural	
Valéria Marques da Silva		SEC. MEIO AMBIENTE	
Silvânia Lima de S.		Servidor Municipal	
Chapada Tempah Dos Santos		Servidor Municipal	
Emmanuel Costa de Almeida		CRAS	
Andreia Gomes de Almeida		ADSTO	
MARCOS AGOSTINHAS		CERRADO BRUNO	
Manoela Paula Lima		FAP. CERRADO BRUNO	
		meio ambiente	

[illegible]

3.9. Pium

No dia 25.06.2026, às 14h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de programas de manejo em Pium, no auditório da Prefeitura Municipal, aonde 68 pessoas assinaram a lista de presença.

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação Programas Plano de Manejo APA Contão

DATA: 5/6/26 HORÁRIO: 14:30 horas LOCAL: Bum

Presents:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
ROSE LINDAQUE FERNES LINS		Departamento de Juventude	
LEONARDO DOMAS DE MENDONÇA		São Vés e Comunitária	
RICARDO ALDO THOMAS		esportivas - IAC	
CHERIANE NUNO LIMA		esportivamente de limão	
ANTONIO DA SILVA VERGILIO		Departamento de Lupt	
JOSE HENRIQUE FERNES		Projetos - IAC	
FRANCISCO VARGAS MATEUS		ADSTO	
VALTER SOARES GILBERTO GONCALVES		Industria	
CLAIR CARLOS ALVES		Industria	
WILLIAMS ALVES SOARES		Industria	
ALCA SWARSON ALVES MATEOS		P.A Toledo II	
MARINELA LIMA DA SILVA		P.A. Garrafeira	
WALDIR GONCALVES DA COSTA		P.A. Toledo II	
JANA DAIK PEREIRA DE SIQUEIRA		P.A Toledo II	
JOAQUIM VALE DA SILVA		PA Toledo II	
POLLIANA GOMES LOPES		IAC / UFT	
OLENEIDE E. MARQUEZ		UFT / IAC	
ANDREA PATRICIA		UFT / IAC	
FERNANDA VERGILIO		UFT / IAC	
WILLIAM CHRISTIAN DO PRIMEIRO		UFT / IAC	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação Programas Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 25/06/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Bium

Presents:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Vicente Simão Moura		NATURAS	
James da Silva e Sousa Araújo		HR Cantos Naturais	
William Winkler Santana		IPA Cantos Naturais	
Helio Pimenta Araújo da Silva		IPA Cantos Naturais	
FABIO DIAS & FILHOS		Alc. Cantos N. / V. Verde	
Wendell (Wendell) Costa		V. Verde	
Ricardo Braga da Silva		V. Verde	
José Barbosa de Oliveira		V. Verde	
Luiz de S. Souza		V. Verde	
FRAN. S. RIT-UFFERS		V. Verde	
Alcides Camelo		V. Verde	
Esperanza Pires dos Reis		V. Verde	
João Carlos e C. L. (Luz)		V. Verde	
Roberto G. G. (Luz)		V. Verde	
Sora Souza dos S. (Luz)		V. Verde	
Barbosa da Silva (Luz)		V. Verde	
ou (Luz)		V. Verde	
Antônio Carlos de S. Souza		V. Verde	
Roberto (Luz)		V. Verde	
Vicente Moura (Luz)		V. Verde	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação Programas Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 25/06/2016 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Pim

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Adilson Soares de Castro		União do Povo	
Marcelino Augusto de Sousa		União do Povo	
Marcos Roberto Pereira Kurelo		União do Povo	
Alcides Pereira de F. Pereira		União do Povo	
Yone Pereira Moreira		União do Povo	
Paula Barros da Silva		União do Povo	
Administradora de F. Vieira		União do Povo	
Roberto Silva		União do Povo	
Francisco de C.		União do Povo	
Guilherme Fernandes Araújo		União do Povo	
Getulio de A. Azeite		União do Povo	
Valmir Azeite		União do Povo	
Marcelo Gabriel Ribeiro Costa		União do Povo	
Valdir de A. Araújo Costa		União do Povo	
Paulo Roberto Araújo		União do Povo	
Paulo Roberto Araújo		União do Povo	
JEAN LINDKE		União do Povo	
FERNANDO DENARDIN		União do Povo	
Paulo Roberto de Souza Júnior		União do Povo	
Clara Silva Gonçalves		União do Povo	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação Programas do Plano de Manejo APA Cantão

DATA: 25/06/2016 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Pim

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Diego Luiz Viana		Sec. Meio Ambiente	
Roselyne Paula da Silva		Sec. Meio Ambiente	
Paulo Sérgio da Silva		Sec. Meio Ambiente	
Valdir Azeite		Sec. Meio Ambiente	
Marcelo Pereira		Sec. Meio Ambiente	
Antonio Francisco da Costa		Sec. Meio Ambiente	
Diego Marcos Rodrigues Carneiro		Sec. Meio Ambiente	
Paulo Roberto de Souza Júnior		Sec. Meio Ambiente	

4. REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE PROGRAMAS DE MANEJO

4.1. Abreulândia

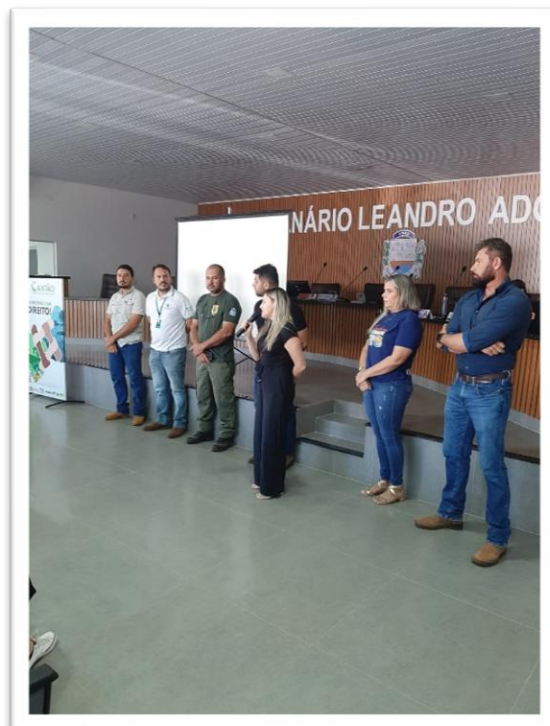
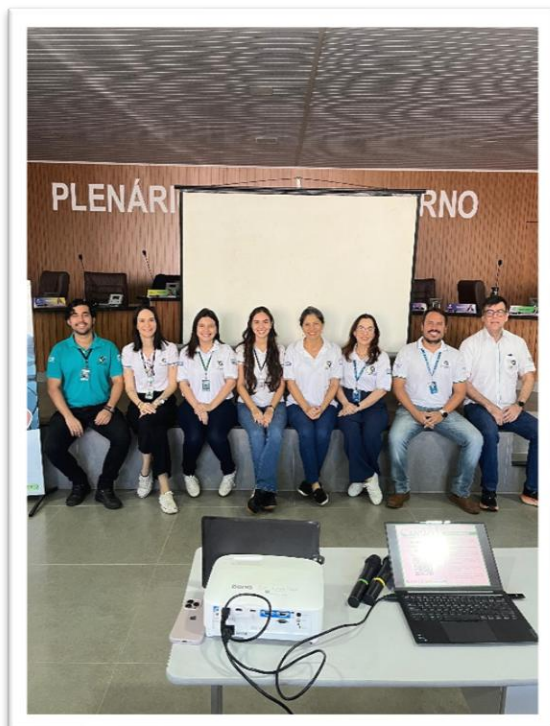








4.2. Divinópolis do Tocantins





4.3. Monte Santo do Tocantins





4.4. Dois Irmãos do Tocantins







4.5. Araguacema





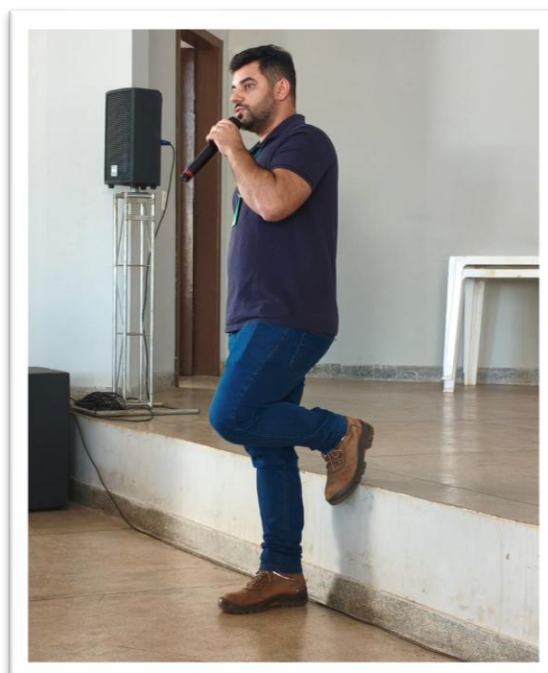
4.6. Caseara





4.7. Marianópolis do Tocantins





4.8. Chapada de Areia







4.9. Pium





